SANTIANE ARIAS

A Revista *Estudos Sociais* e a experiência de um "marxismo criador"

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SOCIOLOGIA

CAMPINAS
2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRA
SEÇÃO CIRCULANTI

SANTIANE ARIAS

A Revista *Estudos Sociais* e a experiência de um "marxismo criador"

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Livre-docente, MARCELO SIQUEIRA RIDENTI.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 09/12/2003.

BANCA

Prof. Livre-docente, Marcelo Siqueira Ridenti

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Royo

Profª Drª Maria Orlanda Pinassi

Profª Drª Elide Rugai Bastos (suplente)

DEZEMBRO DE 2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

IDADE IFCH
CHAMADA TI Unicamp
Ar41d
EX
MBO BC/ 57812
OC 16-227-04
D X
EÇO 22,00
TA 17/04/2004
CPD

CM00196695-0
Bib id: 314352

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Ar41r

Arias, Santiane
A revista *Estudos sociais* e a experiência de um "marxismo criador" / Santiane Arias. - Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido Comunista Brasileiro. 2. Comunismo. 3. Intelectuais. 4. Cultura. I. Ridenti, Marcelo Siqueira, 1959--. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Ao Rodrigo

Agradecimentos

Inicio agradecendo à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cujo apoio financeiro foi fundamental para a realização deste trabalho.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, particularmente à biblioteca e ao arquivo Edgard Leuenroth, pela estrutura proporcionada.

Ao CEDEM/UNESP, pelo material cedido e pela atenção dispensada.

Ao meu orientador, Marcelo Ridenti, pelo acompanhamento e leitura cuidadosa dos meus textos, por se colocar sempre à disposição nos momentos de dúvidas.

À professora Elide Rugai Bastos, pela importante contribuição apresentada no exame de qualificação deste trabalho.

Aos entrevistados (Armênio Guedes, Jacob Gorender, Jorge Miglioli, Helga Hoffmann e Leandro Konder) pela a atenção e presteza com que me receberam. Seus relatos foram de grande importância para andamento da pesquisa, na medida em que deram cor e movimento (vida) ao que eu lia e na medida em que revelaram o que não estava escrito.

Gostaria de deixar registrado o meu agradecimento a alguns professores da graduação da UNESP, os quais além de contribuirem para este trabalho, foram exemplos que me incentivaram a prosseguir. Assim, agradeço:

Ao professor Marcos Del Roio, com quem tive a oportunidade de começar a pesquisar, pelo exemplo de seriedade e comprometimento.

À professora Maria Orlanda Pinassi, de quem pela primeira vez eu ouvi o nome da revista *Estudos Sociais*, exemplo de intelectual. Agradeço também pelas contribuições no exame de qualificação.

Ao professor Paulo Cunha, pela leitura e sugestões. Mas sou grata, sobretudo, pela amizade e pela confiança que tem no meu trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos de todas as horas.

À Káris, sempre disposta a ajudar, pela cumplicidade. À Elaine, pelas dicas feitas ao texto e, de modo especial, pelo companheirismo. Ao Edy, referência de bom humor e tranqüilidade, pela amizade.

Ao Marcos Bertuzzo, pela ajuda com as tabelas e pela paciência que só os amigos têm.

À Claudete, que, mesmo diante da correria da seleção do doutorado, leu e fez valiosas sugestões ao meu texto.

Ao Marcelo (Sonho), *in memorian*, por ter feito parte da minha história.

Aos meus pais Mauri e Luzia, pela compreensão, apoio e amor, meu porto seguro.

Por fim (nunca por último), ao Rodrigo, cuja "leveza" é essencial para que eu não me afunde com todo o meu "peso". "Nas horas sem fim, em que a dor não tem mais cabimento, é no seu prumo que eu me oriento, é no seu prumo que me oriento".

Resumo

Esta dissertação apresenta um estudo sobre a importância da revista *Estudos Sociais* (1958-1964) dentro de um processo de renovação do pensamento marxista brasileiro, ressaltando a sua contribuição para o mesmo. Criada num período de mudanças por iniciativa do Partido Comunista Brasileiro, a revista propunha-se a romper com o dogmatismo que caracterizou a política cultural do partido até a crise do stalinismo em 1956. Nesse sentido, apresentando-se como um modelo de imprensa diferenciado em relação às publicações comunistas anteriores, nas quais predominavam traduções de textos soviéticos e documentos políticos, a *Estudos Sociais* surge com um perfil mais teórico, sendo um espaço para publicações de estudos sobre a realidade brasileira. A revista buscou se abrir às contribuições de intelectuais não comunistas ligados ao movimento nacional-democrático. Apesar das dificuldades e dos limites, a *Estudos Sociais* foi local de produção e sistematização do pensamento comunista do período que decorre entre 1958 a 1964.

Abstract

This dissertation presents a study about the importance of the magazine called *Estudos Sociais (Social Studies)* (1958 - 1964) within a renovation process of the Marxist thought, showing its contribution to it. The magazine was created by the Brazilian Communist Party during a period of changes and it aimed to break the dogmatism that characterized the party's cultural politics until the Stalinism crisis in 1956. This way, presenting itself as a model of a press different

from the previous communist publications, in which translations of soviet texts and documents were predominant, *Estudos Sociais* comes with a more theoretical profile being a place for the publications of studies which reflect the Brazilian reality. The magazine sought to open itself for contributions of non-communist intellectuals connected to the national-democratic movement. In spite of the difficulties and limitations, *Estudos Sociais* was a place for the production and systematization of the communist thought between 1958 and 1964.

Poderia dizer
que a vida é bela, e muito,
e que a revolução caminha com pés de flor
nos campos do meu país,
com pés de borracha
nas grandes cidades brasileiras
e que meu coração
é um sol de esperanças entre pulmões
e nuvens

Poderia dizer que meu povo
é uma festa só na voz
de Clara Nunes
no rodar
das cabrochas no carnaval
da Avenida.
Mas não. O poeta mente.

A vida nós a amassamos em sangue e samba
Enquanto gira inteira a noite
Sobre a pátria desigual. A vida nós a fazemos nossa
Alegre e triste, cantando em meio à fome
E dizendo sim
-em meio à violência e a solidão dizendo sim-
pelo espanto da beleza
pela flama de Tereza
pelo meu filho perdido
neste vasto continente
por Vianinha ferido
pelo nosso irmão caído
pelo amor e o que ele nega
pelo que dá e que cega
pelo que virá enfim,
não digo que a vida é bela
tampouco me nego a ela:
- digo sim.

Ferreira Gullar

Sumário

AGRADECIMENTOS VI

RESUMO VIII

INTRODUÇÃO 1

1. CENÁRIO DA NOVA REVISTA 9

1.1. UM PRIMEIRO CONTATO 9
1.2. CRISE DA DOUTRINA E A RENOVAÇÃO DO PARTIDO 21
1.3. A NOVA POLÍTICA 26
1.4. A SOCIEDADE BRASILEIRA 31
1.5. A IMPRENSA PARTIDÁRIA 39

2. O PERFIL DA REVISTA *ESTUDOS SOCIAIS* 49

2.1. A CRIAÇÃO 49
2.2. O FORMATO 54
2.3. O GRUPO 59
2.4. AS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES 73
2.4.1. Da área de economia e política 73
2.4.2. Da filosofia e da estética 78

3. O DEBATE SOBRE SUBDESENVOLVIMENTO NACIONAL E A QUESTÃO AGRÁRIA 89

3.1. O PROBLEMA CENTRAL DO ATRASO E A IMPORTÂNCIA DE UMA REVISTA TEÓRICA 89
3.2. DEBATES E CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA QUESTÃO AGRÁRIA 97
3.3. INTERPRETAÇÕES PECEBISTAS 107
3.4. A TESE 114
3.5. INTERLOCUTORES 123
3.6. A PROPOSTA 134

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 143

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 149

6. ANEXOS 155

6.1. TABELAS DAS REVISTAS ANALISADAS 155
6.2. DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS ENTRE OS EDITORES DA REVISTA 174
6.3. REPRODUÇÃO DE IMAGENS DA *ESTUDOS SOCIAIS* 175

Introdução

O presente trabalho se propõe a pensar a revista *Estudos Sociais* como parte de um processo de renovação do marxismo brasileiro. Se considerarmos que as idéias podem transformar-se em força política, temos outra perspectiva. Ao mesmo tempo em que a revista resultou de mudanças no movimento comunista, contribuiu para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, indagamos qual a contribuição de um órgão teórico dentro desse quadro de "abertura" do marxismo e qual o seu papel dentro da *nova política* esboçada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), seu idealizador[1].

A nossa empreitada, portanto, remeteu-nos à compreensão do seu sentido, isto é, a intenção da criação da revista no contexto em que foi gerada. Deste modo, acercamo-nos sobre o núcleo dos problemas do período e os pressupostos compartilhados com seus interlocutores, mas também as diferenças, marcando a especificidade do seu projeto. Para entendermos *Estudos Sociais* vários fatores se colocaram: o fato de ser órgão cultural do PCB; de ser uma revista, reunindo diversos temas e autores; de ser organizada e direcionada para intelectuais; de forjar-se num quadro de mudanças no movimento comunista como um todo e na sociedade brasileira, de modo particular.

Certamente todos esses aspectos estão, em alguma medida, relacionados. A crise do stalinismo, tal como veremos, ao mesmo tempo instaura uma profunda crise ideológica nos partidos comunistas e reascende o interesse, por parte dos

---

[1] Em 1961 foi organizada uma Conferência Nacional, na qual se alterou o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mantendo-se a mesma sigla PCB. No decorrer deste trabalho utilizamos o nome e a sigla considerando a mudança realizada.

intelectuais, em redescobrir o marxismo e as suas amplas possibilidades. De modo que as contundentes críticas ao dogmatismo, à rigidez partidária, ao pouco caso frente aos aspectos teóricos da práxis revolucionária, à via única para o socialismo, incentivaram um movimento de releitura da obra de Marx, ressaltando a importância da teoria para a revolução.

Por outro lado, a perda de diversos quadros políticos (muitos deles intelectuais), o descrédito nas teses formuladas sobre o país, as mudanças no cenário nacional, a reviravolta do comunismo internacional, levaram o partido a reformular sua orientação política. A *Declaração de Março,* documento político elaborado em 1958, previa a superação dos "erros de caráter dogmáticos e sectários". Nesse sentido, o papel da cultura e da atividade intelectual é repensado e apresentado em novas bases – não mais como instrumento político a serviço da estratégia partidária, mas que é importante em si mesmo, na sua especificidade, pautado no compromisso com a realidade: auxiliaria a revolução, tanto na crítica ao capitalismo (posto que desnudaria as desigualdades de classe social), quanto na formação de uma consciência revolucionária.

A nossa história, portanto, começa em março de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu a experiência ora estudada. Todavia, para entendermos a sua atuação no cenário brasileiro precisamos voltar um pouco ao período de sua gestação. Assim, de acordo com Raimundo Santos (1994), a *nova política* pecebista, concretizada na *Declaração de Março*, é o resultado de um longo processo iniciado em 1954 - com o suicídio do então presidente, Getúlio Vargas – e decididamente reforçado pelo relatório secreto de Nikita Kruschev, pronunciado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no ano de 1956. Transcorreram ainda dois anos de intenso debate em meio a muitas

confusões e incertezas até a elaboração, em março de 1958, do documento político que doravante orientaria a ação dos comunistas brasileiros.

A crítica ao passado dogmático colocou em evidência o papel da cultura, posto que a origem dos erros estava, sobretudo, na postura de subserviência ao pensamento soviético. Era necessário voltar os olhos para a realidade nacional, muitas vezes ignorada em nome da fidelidade ao marxismo-leninismo assimilado através de Stálin e outros escritores reconhecidos pela academia soviética. A sociedade brasileira, apesar de pontos em comum com outros países colonizados, apresentava particularidades as quais deveriam ser intimamente conhecidas para então se apreender o seu processo de transformação em direção ao socialismo. Destes pressupostos forjaram-se a oportunidade e o espaço para a atuação da intelectualidade comunista no trabalho que lhe é próprio – a crítica e a criação[2]. Uma imensa responsabilidade apresentava-se a esses intelectuais – conhecer a realidade do país, apresentando substratos para atuação do partido. Deste modo, considera o documento sobredito: "(...) importante papel desempenha a intelectualidade, que em sua esmagadora maioria está interessada no progresso e na emancipação nacional" (*Declaração de Março* In Documentos, 1980:19).

O ano de criação de *Estudos Sociais* sintetizou todas essas mudanças que nasceram em meio ao movimento comunista. Mas não é tudo. Sintetizou igualmente todo um processo de transformações pelas quais passava desde há

---

[2] Por intelectual entendemos aqui neste trabalho, tal como Michael Lowy (1998:25): uma categoria social definida por seu papel ideológico. "Os intelectuais assim definidos compreendem grupos como os de escritores, artista, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc". Sobre o papel do intelectual e sua ligação com a política consultar: Lowy, M. *A revolução política de Lukacs* 1909-1929. São Paulo: Cortez, 1998 e Bastos, Elide R., Rego, Walquiria D. L. *Intelectuais e política:* a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'água, 1999.

muito a sociedade brasileira. Infelizmente não foi possível considerar do mesmo modo todos esses fatores que marcaram o período estudado e, logo, possibilitaram o surgimento da revista. Enfatizamos o movimento comunista, por entender, tal como a literatura sobre o tema aponta, que a crise do stalinismo, desencadeada em 1956, é decisiva para o processo de renovação do Partido Comunista Brasileiro. Todavia, não nos é possível ignorar a discussão do período. A *Estudos Sociais* surge também da necessidade do partido se inserir no debate intelectual nacional, apresentando, obviamente, as suas teses. Diferenças à parte, existe uma preocupação comum entre aqueles que pensam os anos de 1950 e 1960, a saber: a causa do subdesenvolvimento nacional.

Buscamos, desta forma, considerar todos os fatores que possibilitaram o surgimento de *Estudos Sociais* e definiram suas características – sempre tendo em vista a sua relação com o processo de abertura e pluralização do pensamento marxista no Brasil. Com esse propósito o texto a seguir foi dividido em três capítulos. O primeiro aborda a contextualização histórica da revista, refletindo em que medida ela inovou dentro do modelo tradicional de imprensa do PCB; contribuindo para a produção e divulgação de uma produção intelectual (teórica) mais sistematizada entre os comunistas brasileiros. O segundo capítulo desenha o perfil deste periódico, apresentando seu principal objetivo – organizar a intelectualidade comprometida com o movimento nacional democrático em torno do propósito de conhecer a realidade nacional. Discutimos também as áreas e os temas mais abordados, a relação entre o grupo editorial, a ligação dos colaboradores com o Partido Comunista, o papel da revista como divulgadora de autores pouco conhecidos; os conflitos, o avanço e recuo no sentido de abertura do diálogo. O terceiro capítulo busca, através de uma questão central na *Estudos*

Sociais – a questão agrária – perceber em que medida a revista retratou o debate do período. Enquanto o antiimperialismo unia e identificava os intelectuais ligados às forças progressistas, o mesmo não ocorreu em relação ao debate sobre a questão agrária e a explicação sobre a formação do Brasil. Deste modo, as teses defendidas pelo PCB, tais como a existência de uma burguesia nacional, mas, sobretudo, o passado feudal, incitaram um amplo debate e muitas controvérsias. Assim, buscamos perceber como a *Estudos Sociais* se apresenta e se coloca nesse debate.

Por fim, uma questão de método. O presente trabalho assim que se iniciou contava com diversas fontes, apresentando um leque de possibilidades que foram aumentando à medida que a autora foi entrando no universo da revista. Em resumo, contávamos com uma vasta literatura sobre o movimento comunista internacional; sobre o Partido Comunista Brasileiro; sobre a sociedade brasileira do período; sobre a questão agrária; sobre os intelectuais; além de documentos e os próprios textos da *Estudos Sociais* distribuídos ao longo dos seus dezenove números. Diante de tamanha riqueza, fizemos algumas opções, sem deixar de atentar para todas essas possibilidades, privilegiamos a leitura de toda a revista e a literatura sobre o partido, seu criador.

O período ora estudado é conhecido pela íntima ligação entre as análises e as interpretações das mais diversas correntes do pensamento com os projetos de desenvolvimento do país. Os anos 1950 e 1960 destacam-se pela intensa politização da produção intelectual. Deve-se ressaltar, contudo, o inverso da moeda, isto é, uma ampla intelectualização do debate. Segundo Roberto Schwarz (1978:64), há "uma certa abstração e velocidade específica do novo cinema e teatro, em que as opções mundiais aparecem de dez em dez linhas e a propósito

de tudo (...), erguendo as questões à sua conseqüência histórica, ou a uma caricatura dela". Pode-se estender essa característica a toda produção cultural desses anos. Nesse sentido, as entrevistas realizadas têm muito a revelar – temas como casamento, filhos, amor, religião, tudo ganhava foros de debate dentro da juventude comunista, sendo sua posição seriamente sentida e avaliada por esses jovens.

Entrevistamos Armênio Guedes, Jacob Gorender, Jorge Miglioli e Leandro Konder, todos membros do conselho editorial de *Estudos Sociais*, e Helga Hoffmann, na época militante da União da Juventude Comunista (UJC), cuja colaboração na revista é significativa. As entrevistas foram de grande importância para essa pesquisa na medida em que revelaram o seu cotidiano. Isto é, não o seu objetivo explícito, descrito na sua apresentação e expresso através dos editoriais, mas a luta interna, os conflitos, ou seja, o processo de concretização desses objetivos. Assim pois, segundo Antonio Gramsci, discorrendo sobre o jornalismo:

> "Todo o edifício deveria ser construído de acordo com princípios 'racionais', isto é, funcionais, na medida em que se têm determinadas premissas e se pretende atingir determinadas conseqüências. Por certo, durante a elaboração do 'plano', as premissas necessariamente se modificam, dado que, se é verdade que uma certa finalidade pressupõe certas premissas, é também verdade que, durante a elaboração real da atividade determinada, as premissas são necessariamente modificadas e transformadas, e a consciência da finalidade – ampliando-se e concretizando-se – reage sobre as premissas 'adequando-as' cada vez mais. A existência objetiva das premissas permite pensar em certas finalidades, isto é, as premissas dadas só são tais em relação com certas finalidades imagináveis como concretas. Mas se as finalidades começam progressivamente a se realizar, o fato mesmo desta realização, da

> efetibilidade alcançada, modifica necessariamente as premissas iniciais, que porém não são mais ... iniciais e, conseqüentemente, as finalidades imagináveis, e assim por diante" (Gramsci, 1982:162).

A nossa história começa, em 1958, depois de uma crise, mas sucedida (não sem muita luta) por planos e projetos em meio a um intenso e rico debate sobre o país; termina em 1964, sem muito diálogo. Mas essa é uma outra história ...

1. Cenário da Nova Revista

1.1. Um primeiro contato

O final dos anos de 1950 representou um momento de redefinições para o movimento marxista brasileiro. O impacto causado pelo XX Congresso Partido Comunista da União Soviética (1956) abriu o espaço e a oportunidade que faltavam para se criar, em solo nacional, um pensamento que, embora pautado no materialismo histórico e dialético[3], tivesse nuanças próprias[4]. Seria longa e difícil semelhante tarefa. A autocrítica oficial, referimo-nos aqui fundamentalmente ao Partido Comunista Brasileiro, veio com muitos receios e reservas. As acusações contra Stálin, e ao modo como organizou o governo soviético, possibilitaram também uma espécie de "bem que eu disse" daqueles pouco afeitos às idéias comunistas.

Como criar um espaço aberto para reflexão, como repensar condutas até então tidas como verdadeiras sem cair na "tentação revisionista"? Essa questão

---

[3] É freqüente entre os comunistas do período preocupados com a superação do dogmatismo falar no resgate da dialética, o mesmo ocorre na *Estudos Sociais*, na qual existem várias referencias a importância da dialética para o pensamento marxista. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (1967: 98), houve no interior do marxismo uma forte tendência em separar o materialismo histórico do materialismo dialético. Resultando muitas vezes numa redução do marxismo ao materialismo histórico e, conseqüentemente, "por um lado (...) a uma sociologia dialética vulgar ou a um historicismo relativista, e, por outro, numa determinação das leis do materialismo dialético a partir tão somente da legalidade especifica da dialética da natureza, o que tem como conseqüência não só a destruição da especificidade das leis da dialética histórica (materialismo histórico), como também o empobrecimento mecanicista do materialismo dialético".

[4] É importante lembrar que mudanças na conjuntura política e, de certa forma, na sociedade de um modo geral, já vinham pressionando o partido nessa direção. Como diz Raimundo Santos (1991: 135) "o que ocorreu foi que os comunistas brasileiros, por ocasião da morte de Getúlio, sentiram tremer sua 'linha política' e sob o impacto do XX Congresso, viram também ser quebrada a solidez da sua ideologia marxista-leninista...".

parece expressar um pouco da dúvida que rondava o partido. A revista *Estudos Sociais* surge desta perspectiva de redefinir o marxismo e de aproximá-lo da realidade brasileira. Enquanto órgão do Partido Comunista, formado por seus membros, abriga a tensão acima mencionada, com certos entraves no sentido da abertura, o que não significa dizer que a tentativa não fora séria e sincera. Para Celso Frederico (1995:185), a revista reunia intelectuais comunistas "preocupados em renovar o marxismo para além das cartilhas stalinistas, com suas inevitáveis três leis da dialética, cinco modos de produção, etc. Mas os tempos ainda não eram totalmente favoráveis a maiores ousadias".

De fato não eram. De acordo com Jorge Miglioli, membro do conselho editorial e secretário da *Estudos Sociais*, apesar de se propor à abertura, a revista "esteve sempre controlada pelo partido", não enquanto entidade, mas através dos seus representantes diretos - menciona Jacob Gorender e Mário Alves, os quais também faziam parte da publicação, mas traziam, na sua opinião, as decisões "diretamente do Comitê Central"[5].

Tal consideração é importante, pois nos apresenta indícios de dissenso entre o grupo organizado em torno da revista. Ora, embora esta tenha sido fruto de um projeto comum, havia divergências as quais devemos considerar, para melhor compreendermos a natureza da abertura proposta. Endossando a afirmação de Miglioli, Leandro Konder diz:

> *"E depois teve um episódio interessante. Um artigo do Carlos Nelson Coutinho, na época com 17 anos, sobre Sartre. Um artigo muito simpático ao*

---

[5] Em entrevista realizada em 1999, em Campinas, por ocasião da iniciação científica: *Astrojildo Pereira: tarefas da inteligência brasileira dentro da revista Estudos Sociais*, desenvolvida entre 1999-2000.

> *Sartre. Eu gostei e encaminhei para a publicação. E houve uma certa hesitação, mas (...) não podiam argumentar que era um tema inconveniente, inadequado para a revista. O tema não abordava a luta interna, abordava um filósofo, as idéia políticas e filosóficas de Sartre. Depois de ter ficado algum tempo com o artigo sem discuti-lo, Jacob encaminhou-o para a publicação com uma sugestão: 'Vamos criar uma seção nova - Temas em Debate!' Eu consultei o Carlos Nelson Coutinho e ele concordou plenamente: 'Não, claro! É isso aí, temas em debate''* (Leandro Konder)[6].

Os problemas acerca da característica dos artigos a serem publicados não terminaram nesse episódio. Em 1959 é publicado um texto de Georg Lukács (*O irracionalismo)*, segundo Celso Frederico (1995), o primeiro texto do autor em língua portuguesa. O que representa, sem dúvida alguma, sinal do comprometimento da revista com o processo de abertura do marxismo brasileiro iniciado ante a crise do stalinismo. De modo que, como advertiu Jacob Gorender, "Lukács jamais poderia ser publicado numa revista como *Problemas*", onde apenas poderia sair "o que estivesse de acordo com a orientação da União Soviética"[7]. A publicação do filósofo húngaro, no entanto, esteve longe de ser tranqüila. Após um período de discussão, decidiu-se por colocar imediatamente na seqüência um artigo de Joszef Szigeti (ministro da cultura da Hungria), fazendo duras críticas a Lukács e seus discípulos - István Mészaros, Miklos Almasi e Agnes Heller.[8]

---

[6] Em entrevista realizada em 2000, no Rio de Janeiro, por ocasião da iniciação científica.
[7] Em entrevista realizada em outubro de 2002 em São Paulo.
[8] Antes dos textos, no entanto, vem uma pequena nota explicando que a opção por autores destoantes servia para estimular o debate. Ainda de acordo com a nota, Lukács é um importante filósofo marxista com significativa contribuição para as áreas de estética, teoria e história da literatura, mas, ao mesmo tempo, era "objeto de deturpações e explorações". E destaca: "Muitos são os que falam daquilo que chama seu 'marxismo aberto', mas raros são os que realmente o conhecem: interessam-se sobre tudo em

De qualquer modo, como veremos, a *Estudos Sociais* expressou claramente um salto qualitativo em relação aos outros periódicos (oficiais) do Partido Comunista, bem como uma abertura maior, isto é, uma produção intelectual mais autônoma - proporcionada mesmo pela nova linha política pecebista. Seu objetivo, ao contrário da revista *Novos Tempos* (editada no período da discussão gerada pelo impacto do XX Congresso do PCUS), não era debater o caminho a ser adotado ante a crise instaurada (Santos, 1988), mas era já uma tentativa de prática diferente, fruto de medidas e de novas posturas apresentadas na *Declaração de Março* de 1958[9]. Declaração esta que reabre a discussão acerca da questão democrática e sua contribuição para o socialismo, debate aceso no período imediato ao pós-guerra (marcado pela queda do totalitarismo fascista) e que se apagou com o jato d'água fria que foi o governo Dutra com a volta do PCB à ilegalidade[10].

Uma questão abordada no documento sobredito teve particular importância para o trabalho de abertura que se nota a partir de então, qual seja: a crítica à importação de modelos teóricos. O conhecimento da realidade brasileira assume aí uma posição de destaque. Não há mais (ou não deveria haver) espaços para fórmulas prontas e estratégias políticas gestadas em outro contexto sócio-histórico. A revolução somente se daria a partir do momento em

---

aproveitar seu nome para acobertar arengas antimarxistas" (*Estudos Sociais, n.*5, 1959:54).

[9] A nova política se propunha a livrar o PCB de concepções dogmáticas, ao que diz: "os documentos do XX Congresso do PCUS motivaram nas fileiras do nosso Partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário da orientação política do Partido" (*Declaração de* Março In Documentos, 1980: 3).

[10] Em 1946, o governo Dutra e diversos setores da classe dominante fecharam o cerco ao PCB, que recém saído da ilegalidade volta à clandestinidade, tendo seus jornais fechados, Comitês Democráticos dissolvidos, líderes sindicais afastados, parlamentares cassados, militantes perseguidos, revertendo radicalmente sua política de alianças, optando pelo isolamento (Segatto, 1989).

que se conhecesse a realidade nacional, suas especificidades, sua trajetória peculiar na inserção do sistema capitalista. Assim, a "nova política" deveria aliar os princípios universais do marxismo-leninismo às particularidades concretas do desenvolvimento histórico nacional. Ignorar o processo singular do caso brasileiro condenaria o Partido Comunista ao dogmatismo, enquanto o abandono da teoria conduziria à "degenerescência revisionista" (*Declaração de Março* In Documentos, 1980).

Essa seria a tarefa dos intelectuais do partido ou simpáticos à causa: conhecer a realidade brasileira. E um dos espaços para a divulgação destes estudos era a revista *Estudos Sociais*. Percebemos isso através da leitura de seus textos e de afirmações como a que segue:

> *"Não há dúvida que a publicação de Estudos Sociais, na forma que foi planejada, atende a uma necessidade sentida geralmente pelos estudiosos das coisas brasileiras. Representamos uma corrente do pensamento que tem demonstrado sua extraordinária vitalidade teórica e prática no estudo, na interpretação e na solução dos problemas contemporâneos, justificando-se, assim, plenamente, o nosso direito e o nosso dever de contribuir, com sinceridade e sem presunção dogmática, ao esclarecimento da nossa realidade econômica, social e política"* (E.S. n.1, 1958: 258).

Entretanto, se por um lado admitem a singularidade do caso brasileiro, não excluem, como vimos, a ligação com uma teoria mais ampla - o marxismo. Esse elo deveria ser mantido através do materialismo histórico e dialético. Assim, inspirados em Georg Lukács, a ortodoxia passava a ser questão de método[11]. A

---

[11] Os editoriais e os textos cuja referência são os erros dogmáticos do movimento comunista, trazem uma idéia próxima a do autor citado. No sentido de que: "o marxismo

própria autodefinição - "representamos uma corrente do pensamento" – indica-nos que tais intelectuais não falam mais em nome do partido, como nas publicações passadas. Mas expressam uma vertente do pensamento de "extrema vitalidade" teórica e interpretativa e, por isso, capaz de apontar soluções para os problemas da sociedade. Isto posto, entendemos que não falam mais apenas enquanto militantes políticos, mas fundamentalmente como intelectuais, olhando para uma realidade através de pressupostos teóricos[12].

É bom lembrar que essas mudanças tiveram os seus limites. Alguns estudiosos sobre o período acreditam que a "via brasileira para o socialismo" avançou mais nos documentos do que na cabeça e na prática dos militantes, principalmente dos dirigentes (Brandão, 1997). Dito isto, evitamos a imagem de transformações radicais, de uma virada total no que até então se defendeu, o que não foi o caso, mas não eliminamos as mudanças que de fato ocorreram.

Seja porque o Partido Comunista Brasileiro estabeleceu laços muito estreitos com o Partido Soviético; seja porque o Brasil não teve uma tradição de pensamento próprio; ou porque, como defende Gildo Marçal Brandão (1997), o PCB manteve "uma concepção fortemente ativista e anti-intelectualista da atividade política". A questão é que, apesar da forte presença política e ideológica do partido, a produção teórica de sua intelectualidade foi limitada[13], isto mesmo

---

ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma fé numa ou noutra tese, nem exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente ao método" (Lukács, 1989: 15).

[12] Referindo-se à mudança, Marcelo Ridenti diz: "para Gorender, a situação mudou na virada dos anos 50 para 60, em que o PCB procurou 'aproveitar os intelectuais naquilo em que eles são especialistas, o trabalho intelectual', desenvolvido com autonomia" (Ridenti, 2000: 68).

[13] No mesmo sentido, vai a argumentação de Guido Mantega (1995: 106): "A leitura dos textos e análises do PCB deixam entrever a precariedade teórica e a despreocupação com qualquer desenvolvimento metodológico. Havia apenas o intuito pragmático de entender a

tendo em vista o grande número de intelectuais em suas fileiras (Brandão, 1997). O paradoxo talvez resulte, dentre outros fatores, do fato destes nunca atuarem enquanto tais, mas realizando "tarefas" que fugiam a sua especialidade[14]. Todavia, o mesmo autor reconhece a chegada de novos ares a partir da década de 1950, quando "o partido começa a sistematizar algum conhecimento". Apresentando alguns desses esforços, cita-os:

> *"De Mário Alves são mais conhecidas sua Análise do Plano Trienal (com Paul Singer, Novos Rumos, Rio de Janeiro 1963) e os artigos "Dois caminhos da reforma agrária" (Estudos Sociais, n.13, jun.1962) e "A burguesia nacional e a crise brasileira" (Estudos Sociais, n.15, dez.1962), este avaliando as eleições de 1962. Como um dos principais ideólogos do PC nas décadas de 50 e 60, Jacob Gorender participou de uma rara e longa disputa filosófica sobre "A questão Hegel" (Estudos Sociais, n.8, jun.1960) com Djacir Menezes, e entre os artigos que escreveu deve ser lembrado o pioneiro "Correntes Sociológicas no Brasil" (Estudos Sociais, n.3-4,set./dez. 1958), além da crítica ao ISEB e às teorias de Celso Furtado, "Contradições do desenvolvimento econômico no Brasil", Problemas da Paz e do Socialismo, n.2, Rio de Janeiro, fev. 1963"* (Brandão, 1997: 209).

Nesse ambiente, as teses prontas são vistas com desconfiança e os manuais, divulgando teoria fácil e esquemática, com descrédito. Do mesmo modo, os periódicos puramente propagandistas, veiculando somente textos políticos e

---

correlação de forças da sociedade brasileira e encontrar o caminho para conduzi-la ao socialismo (...). São textos precários, com pouca elaboração teórica, que só iriam melhorar de qualidade nos anos de 1950, a partir do V Congresso do PCB".

[14] Um dos exemplos possíveis é o do cineasta Nelson Pereira dos Santos, que teve de vender jornal no morro, embora tivesse um projeto de filme a desenvolver, não obtendo apoio do partido (Cf. Ridenti, 2000: 68). Deste modo, "na condição de 'tarefeiros', os intelectuais podem virar motoristas/acompanhante de Prestes, como aconteceu com o jornalista João Falcão ou como ocorre com alguns intelectuais retratados no livro *Subterrâneos da liberdade*, de Jorge Amado" (Rubim, 1998: 354).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENT
SEÇÃO CIRCULA

estratégicos, deveriam ceder espaço para uma publicação mais consistente, permitindo a divulgação de pesquisas sobre o país e a discussão entre correntes do pensamento distintas. É claro, contudo, que essa reformulação do modelo de imprensa[15] se fez acompanhar de mudanças na concepção de intelectual e de trabalho intelectual. Sua atividade não estava mais reduzida a "guia para ação, de um lado, e divulgadora do saber universal, de outro" (Brandão, 1997: 212). Os longos textos, principalmente os de economia, vêm acompanhados de tabelas, menções a fontes teóricas e estatísticas, de um trabalho histórico cuidadoso, resultado de pesquisas documentais - como se pode averiguar nos textos de Miguel Costa Filho ("Quilombos", *E.S.* N.9, 1960; "O Trabalho nas Minas Gerais" *E.S* n.3-4, 1958; "Questões sociais e econômicas de Minas Gerais" *E.S.*, n.11, 1961), Alberto Passos Guimarães ("A questão agrária brasileira" *E.S.* n.14, 1962), Jorge Miglioli ("Um debate sobre o capitalismo atual" *E.S.* n.7, 1960), além de muitos outros.

Há, portanto, um trabalho no sentido de resgatar a questão teórica, pois se antes a política adotada e o programa do partido eram as bases de onde deveria emanar toda a produção intelectual (de um bom militante), nesse momento o conhecimento deve ser objetivo, pautado numa pesquisa rigorosa, para assim orientar e servir à política partidária. Para tanto, seria necessário acabar com a produção por encomenda e atribuir maior autonomia aos intelectuais do partido. Exemplos de que o trabalho intelectual sofria interferências diretas existem: "Jacob Gorender lembrou que a direção partidária certa vez solicitou que um grupo de economistas demonstrassem que a

---

[15] Para Antônio Rubim (1998: 320), as mudanças efetuadas na direção partidária, como o afastamento daqueles declaradamente comprometidos com o stalinismo, buscam "redimensionar a questão da imprensa comunista".

implantação da siderurgia no Brasil fazia parte da política entreguista de Vargas. Óbvio que não conseguiram realizar tal tarefa/proeza intelectual" (Rubim, 1998: 354)[16].

A conquista da autonomia trouxe a responsabilidade da construção de um "marxismo criador", posto que uma realidade nada comum, a ser descoberta à luz da teoria marxista, desafiava esses intelectuais.[17] Foi em meio a esse cenário que, em maio de 1958, veio a público no Rio de Janeiro a revista *Estudos Sociais*. Seu diretor, Astrojildo Pereira, fora um dos fundadores do Partido Comunista no Brasil (1922), criado na mesma cidade. Temos ao todo dezenove números distribuídos entre 1958 a 1964, quando se encerra sua publicação por conta do golpe militar. Seu secretário até março de 1960, quando foi publicado o sétimo número, era Armênio Guedes; o oitavo número, em julho do mesmo ano, apresenta como secretário, sem nenhuma referência à mudança, Jorge Miglioli. Pertencem ao conselho de redação da revista: Armênio Guedes, Astrojildo Pereira, Jacob Gorender, Jorge Miglioli, Leandro Konder, Mário Alves e Rui Facó, sendo incluídos Nelson Werneck Sodré e Fausto Cupertino, em 1963[18]. Estes, reunidos

---

[16] Segundo Rubim (1998: 354), "somente no pós-58, com a redefinição da política e de iniciativas como a revista *Estudos Sociais*, o Partido abre-se de modo paulatino e limitado às contribuições de cientistas sociais brasileiros, muitos deles já marxistas."

[17] O termo "marxismo criador" (não dogmático) é encontrado com freqüência nesse contexto de renovação. Alguns autores, como Georg Lukács e Antonio Gramsci são identificados com essa proposta. Carlos Nelson Coutinho, numa carta ao primeiro (1963), pergunta: "gostaria de conhecer sua opinião sobre a contribuição do marxista italiano Antonio Gramsci para a elaboração de um marxismo criador". Logo em seguida, ao término da carta, desculpa-se pela intromissão e ressaltando sua admiração pelo filósofo húngaro, conclui: "Creia também que os verdadeiros marxistas brasileiros o consideram símbolo de uma vida realmente devotada ao comunismo e à elaboração de um marxismo autenticamente criador" (Coutinho In Pinassi, 2002: 143).

[18] O "conselho de redação" aparece na última página da revista somente a partir do número 13 (1962). Lá já aparecem como membros Leandro Konder e Jorge Miglioli. A partir do n.16 (1963) são incluídos Nelson Werneck Sodré e Fausto Cupertino.

em torno da *Estudos Sociais*, têm em comum, num aspecto mais geral, o fato de serem intelectuais e comunistas.

A revista conta com artigos e ensaios de diversos autores, reservando para o final uma sessão chamada *Crítica de livros e revistas*, onde aparecem resenhas críticas sobre livros e artigos recentes e proposta de revistas, estando assim dividida em praticamente todos os números. Embora sua direção localize-se no Rio de Janeiro, possui representantes em capitais de outros Estados, tais como: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis, Recife, Fortaleza, Curitiba; sendo acrescentados depois, Teresina, Manaus, São Luís e Belém[19]. No final de cada revista, por vezes na contracapa, vem estampada a propaganda de um livro ou outro: do *Editorial Vitória*, editora do Partido Comunista, ou da *Livraria José Olympio Editora*, ou ainda da *Livraria São José*. Essa é por sinal a única espécie de propaganda existente na revista[20].

De início, a publicação se propõe bimestral, o que raramente ocorre. O primeiro ano, dentro de uma certa normalidade, publica quatro revistas, a terceira e quarta num único volume - devido, de acordo com editorial, à mudança da gráfica onde a revista era impressa. A partir de então, a publicação passa a ser totalmente irregular. Temos a quinta três meses depois da quarta (março/abril de 1959); a sexta no mês seguinte (maio./set. de 1959); a sétima somente seis meses depois (março do outro ano), tendo 1959 apenas dois números; a oitava aparece em julho de 1960, quatro meses depois da sétima; a nona em outubro do mesmo ano, completando ao todo três revistas em 60; a décima é publicada em julho de

---

[19] Em todas as revistas vinha impressa à parte a comissão de representantes em São Paulo, localizada na Vila Mariana. São eles: Catulo Branco, José Eduardo Fernandes, J. B. Villanova Artigas, e Mário Schenberg.

[20] Imagem da capa e da contracapa da revista pode ser visualizada através das imagens apresentadas em anexo.

1961, com nove meses de atraso. Somente então, com o título de *Explicação necessária* é que o editorial manifesta-se:

> *"Cabe-nos uma explicação sincera das razões dessa irregularidade. Em primeiro lugar, tem-nos sido difícil coletar artigos. A intelectualidade brasileira que se dedica ao estudo dos problemas sociais é ainda de número reduzido. Desta intelectualidade devemos excluir aqueles que professam posições radicalmente contrárias a nossa - o que limita mais ainda o número de nossos possíveis colaboradores. Destes, nem todos estão dispostos a publicar trabalhos e outros não têm tido tempo para escrever artigos, empregados que estão em outras tarefas (...). Em segundo lugar, nossa situação financeira. De um lado, não temos podido contar com uma receita de anúncios. De outro lado, posto que ESTUDOS SOCIAIS não visa, de forma alguma, a obter lucros, mas tão somente a alcançar o maior número possível de leitores, seu preço estava sendo mantido num nível que mal dava para a revista subsistir"* (*E.S.*, n. 10, 1961:132) [21].

A primeira causa apresentada para justificar o atraso não explica muito, principalmente no que se refere à décima edição da revista. Pois a página 127 da edição anterior (publicada nove meses antes) anuncia, com títulos e autores, 5 dos oito textos que seriam publicados (excetuando as críticas de revistas e livros) no próximo número, o que evidencia a existência desses textos - o outro, de Adam Schaff, é uma tradução[22]. A questão acerca do contato com intelectuais "que professam posições radicalmente contrárias", serve para pensarmos, mais à frente, sobre a proposta central da revista, já que *Estudos Sociais* nasceu com

---

[21] No mesmo texto comunicam o reajuste de preço. A revista que antes custava Cr$ 30,00 passa a custar Cr$ 40,00.

[22] Jorge Miglioli, em depoimento à autora, diz: "(...) a revista, como toda boa revista do partido, só saia quando podia (...). Atrasava porque não tinha artigo, **ou porque a gráfica do partido dava prioridade a outras coisas**" (Miglioli, 1999). O grifo é meu.

intuito de abrir a discussão no seio comunista. O que é defendido entusiasticamente em seu texto de apresentação:

> *"Desejamos afirmar claramente que é nosso propósito estimular a polêmica: polêmica entre marxistas, polêmica entre marxistas e representantes de outras correntes do pensamento. É nossa convicção que a luta de opiniões, o confronto de idéias, a crítica, a discussão são indispensáveis ao desenvolvimento do pensamento e da cultura. Entendemos que esta revista, ao acolher semelhante debate em suas páginas, estará contribuindo de maneira eficaz para enriquecer o pensamento brasileiro"* (*E.S.*, n.1, 1958: 4).

Voltemos à sua periodicidade. Desde o número sete houve uma tentativa de regularizar a publicação, passando esta a constar na capa como trimestral. Isso perdura até o número 11, quando os números seguintes voltam a estampar "publicação bimestral", o que também não ocorre. Assim, a décima primeira aparece com 5 meses de atraso (dez. de 1961), a número 12 após quatro meses (abr. de 1962) e a número 13 nos dois meses programados para a publicação. Aliás, desta em diante a revista parece firmar-se, aparecendo com uma regularidade que varia entre três e dois meses; apenas a 18, em 1963, atrasa 5 meses. Temos deste modo, ao todo, dezenove revistas num espaço de seis anos, uma média de três por ano[23]. Quando em 1964 - data perigosa, como disse Millôr Fernandes (1977) - encerra-se uma, entre outras, bela experiência da história brasileira.

---

[23] Neste mesmo período a *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr., essa sim bimestral, publicou 36 fascículos.

1.2. Crise da doutrina e a renovação do partido

Ventos de mudanças sopravam no Partido Comunista Brasileiro, anunciando a chegada de novos ares. Além da morte de Stálin em 1953, outra causara um impacto significativo, a saber, o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954. Durante o seu governo o partido, então no auge do sectarismo, elaborou um manifesto no qual o acusava de "traição nacional", proclamando assim a sua derrubada imediata, já que em sua análise tratava-se de um "governo de latifundiários e grandes capitalistas" (Documentos, 1980).

Ao contrário do que o partido previa, as pressões e o clima golpista que levaram Vargas ao suicídio atestavam uma posição um tanto quanto desconfortável do governo frente aos interesses mais reacionários. O que dizer da comoção popular e das manifestações a favor do presidente, mostrando que os comunistas não contavam com o apoio da classe trabalhadora; os erros de interpretação, resultantes do distanciamento da realidade nacional, tornavam-se evidentes, restando ao partido repensar e corrigi-los.[24] Todavia, apesar das circunstâncias concretas, então em conflito com o programa do partido, mudanças mais significativas na postura do PCB só ocorreram a partir da crise político-ideológica desencadeada em 1956.

Em fevereiro deste ano, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Nikita Kruschev leu um relatório denunciando, entre outras

---

[24] De acordo com José Antonio Segatto (1988: 80), já surgiam pressões de militantes no sentido de reaproximação do partido com os movimentos sociais e a vida política do país. Mas até a morte do presidente o PCB continuava sob a orientação do *Manifesto de Agosto* (1950). Assim, "enquanto o país era sacudido pelas notícias do suicídio de Getúlio Vargas, o jornal do PCB, a *Imprensa Popular*, trazia a manchete: "Abaixo o Governo de Traição Nacional de Vargas" .

coisas, os crimes e o "culto à personalidade" praticado no governo soviético sob a direção de Stálin[25]. Enquanto vários partidos do mundo procuravam repensar a linha seguida até então, a direção do PCB impunha aos seus militantes oito meses de silêncio oficial. Nesse interim, à revelia dos dirigentes, inicia-se na imprensa do partido um intenso debate, com duras críticas ao dogmatismo, ao sectarismo e, por vezes, à própria estrutura partidária[26].

A iniciativa do debate surgia de um grupo particularmente prejudicado pelos métodos stalinistas: a intelectualidade comunista[27]. De modo que, o Comitê Central foi obrigado a ceder à pressão, manifestando-se em 20 de outubro no diário oficial do partido a *Voz Operária*, no qual publica: "Projeto de Resolução do CC do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas conseqüências à atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil"[28].

Esse período de discussão abriu amplas possibilidades para o marxismo no Brasil, o que antes estava muito bem circunscrito agora estava por ser refeito. A

---

[25] O relatório dava conta dos diversos processos forjados, de militantes honestos e dedicados à causa revolucionaria brutalmente assassinados sob a acusação de *inimigos do povo*. Além de todo o trabalho em torno da figura de Stálin com o intuito de criar o *culto à personalidade*. Ainda de acordo com o relatório, 98 dos 134 membros da Comissão Central eleita no ano de 1934 foram presos e fuzilados; dos 1966 delegados com direitos a votos ou opinião consultiva, 1108 pessoas foram presas sob a acusação de crimes contra-revolucionários. Cf. *Estado de São Paulo*, s/d em caderno especial, p.3. – CEDEM-UNESP/ASMOB.

[26] *A Voz Operária* na sua edição de 06/10/1956 acolhe a discussão sem a autorização do partido, publicando uma carta de Maurício Pinto Ferreira e o conhecido artigo de João Batista de Lima e Silva: *Não poderia se adiar uma discussão que já está em todas as cabeças* (Santos, 1988).

[27] "Grande repercussão terá a abertura do debate na imprensa pecebista de circulação diária: numerosos artigos e cartas publicadas na *Imprensa Popular* e *Notícias de Hoje*, editado em São Paulo, entre os dias 9 e 14 de outubro, na sua maioria assinados pelos intelectuais comunistas mais conhecidos, exigindo a abertura da discussão." (Santos, 1988: 115)

[28] O texto é publicado por Luis Carlos Prestes em 24/11/56. Segundo Santos (1988: 134), ele "será o marca maior da mudança de rumos no debate. No que se refere ao conteúdo do que era permissível discutir, agora a polêmica sobre o XX Congresso teria de dar-se em margem bem mais precisas" .

crise ideológica ao mesmo tempo em que aumentava as incertezas apresentava-se enriquecedora para o comunismo, abrindo-lhe novas portas. Para alguns militantes do partido era a renovação ou o desaparecimento.

Uma questão em especial seria muito abordada, sendo vista como fundamental para os erros passados, referimo-nos ao tolhimento da criatividade intelectual e como suas conseqüências: o desconhecimento da realidade nacional, a falta de arcabouço teórico, a ignorância em relação a outras correntes do pensamento, áreas e temas marginalizados, ou mesmo, outros marxismos[29]. A superaração do dogmatismo e das distorções exigia a abertura de espaços para a discussão, trazendo à tona o tema da liberdade de criação e manifestação. Diante do sentimento de erro, fracasso e culpa, surgem diversas autocríticas, tal como a que segue:

> *"(...) fizemos o possível para acompanhar o modelo soviético: amordaçamos e aniquilamos inúmeros talentos jovens, dificultamos e impedimos a publicação de uns sem números de poemas, romances e estudo; em troca editamos montanhas de escritos soviéticos, quase todos de precário valor. Aos intelectuais que procuravam conservar a sua independência de pensamento, como Caio Prado Jr., fizemos sofrer toda sorte de pressões, desde coação moral até a intriga e a calúnia sem direito de resposta. Quanto a Graciliano Ramos esse sofreu em vida a desconfiança*

---

[29] A marginalização de algumas áreas além de empobrecer o marxismo, deixava-as ao domínio completo de outras correntes do pensamento. É o que Adam Schaff discute na *Estudos Sociais* a respeito da subjetividade e de questões acerca do individuo, do qual o marxismo não se ocupou, abrindo espaço para abordagens existencialistas. Outra área prejudicada é a estética. De acordo com Leandro Konder (1967: 4) "o desenvolvimento teórico da concepção filosófica geral do marxismo veio a manifestar, de modo geral, certa tendência para subestimar a estética e o estudo dos problemas da teoria marxista da arte".

e hostilidade sorrateira que ainda há pouco cercaram conhecidos artistas e arquitetos" (Salústio, 1956: 32)[30].

Se os erros do passado estavam intimamente associados ao pouco conhecimento da realidade nacional e à posição passiva frente às teorias soviéticas, naturalmente o papel do intelectual dentro do movimento comunista precisaria ser revisto e uma nova política para essa categoria deveria ser formulada. A necessidade de construção de um "marxismo criador" exigia uma recolocação da intelectualidade dentro do partido - da marginalidade para uma posição de destaque.

Assim, a partir da crise do stalinismo, desencadeada no Brasil em 1956, começa a ser gestada a *nova linha política* que irá orientar o Partido Comunista. Com esse intuito foi redigido em 1958 o documento no qual estava expressa parte das mudanças que deveriam ocorrer. *A Declaração de Março*, tal como ficou conhecida, constatava que o Partido: "desde o fim do período de legalidade (1945-1947) e o início da 'guerra fria', deixara de compreender corretamente a situação nacional e internacional e, por isso, adotara uma 'concepção falsa, de caráter esquerdista, sobre a revolução brasileira' e 'uma política profundamente sectária', insurrecional e golpista - cuja expressão maior foi o famoso Manifesto de Agosto, de 1950" (Nogueira In Documentos 1980: IX).

---

[30] "Nesta nova inquisição levada a cabo sob a égide da mais revolucionária das teorias, o marxismo, não faltavam nem as 'boas intenções', nem o index, nem a fogueira. Autores e livros foram postos sob suspeição de heresia, e muitos foram abertamente condenados, inúmeras obras de intelectuais comunistas ou não, tiveram a sua publicação dificultada ou impedida, correntes artísticas ou científicas inteiras foram afastadas como nocivas" (Salústio, 1956: 20). O texto de Pedro Salústio pode ser encontrado no CEDEM-UNESP/ASMOB. De acordo com Dênis Moraes, Pedro Salústio é o pseudônimo de Fernando Pedreira. (Moraes, 1994: 166 - nota de rodapé).

De acordo com autor acima citado, a *nova política* representou o primeiro acerto de contas do PCB com o stalinismo e suas distorções. Desde então, a democracia passa a ter importância significativa na luta pela constituição do socialismo e o processo de desenvolvimento do capitalismo no país, antes tido como estagnado, passa a ser considerado como em pleno desenvolvimento.

Esse avanço do capitalismo no Brasil teria desencadeado mudanças sociais importantes: o aumento do proletariado industrial e o nascimento de uma burguesia nacional interessada no crescimento independente da economia brasileira, portanto, em contradição com os setores mais reacionários. Assim, a meta imediata deixava de ser a revolução socialista e encampava a luta pela emancipação nacional. A exemplo de vários países subdesenvolvidos que conseguiam sua independência frente ao poder imperialista, o Brasil tinha grandes chances de desenvolver-se de maneira autônoma. Ora, se no programa de 1950 o país estava prestes a se tornar uma colônia norte-americana e sua economia "transformada em simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos", no novo documento o sistema colonial do imperialismo estava em franco declínio.

> *"Populações de mais de um bilhão de pessoas se libertaram do jugo colonial e alcançaram a independência política, enquanto os povos ainda submetidos àquele jugo intensificam a sua luta de libertação, colocando em situação cada vez mais difícil as potências imperialistas. Surge no mundo uma vasta zona de paz, que abrange os países da Ásia e da África amantes da paz e promotores de uma política de defesa de sua soberania e de emancipação econômica"* (*Declaração de Março* In Documentos, 1980: 10).

Muitos são os estudiosos do tema que não consideram a *Declaração de março de 1958* uma ruptura total com a política até então seguida pelo partido, mas é difícil negar as diversas mudanças que daí sobrevieram[31]. O fato é que há um certo consenso de que um novo quadro apresentava-se ao movimento comunista brasileiro, com novas propostas, principalmente - e este tema nos toca mais de perto - no que concerne ao campo cultural. Para entendermos o significado dessa mudança e em que sentido elas estimularam a renovação da imprensa partidária, possibilitando assim o surgimento de um periódico com o perfil da revista *Estudos Sociais,* é que traçamos um breve esboço da nova política.

1.3. A nova política

A autocrítica comunista enfatizava como erro a transformação do marxismo-leninismo em uma fórmula geral, aplicável a todos os países, ignorando assim as particularidades concretas do caso brasileiro. Como conseqüência direta, o partido não considerou, em sua devida conta, as transformações político-econômicas pelas quais o mundo passou após o término da *Segunda Guerra,* nem tampouco as mudanças ocorridas em solo nacional.

---

[31] Raimundo Santos (1988: IV) a chama de renovação inconlusa. Para o autor, "a nova política que começou a ser esboçada em 1958 nunca foi colocada em prática na sua plenitude; ao contrário, ela sempre foi implementada pela metade, carregada de dogmatismo, de sectarismo e de esquerdismo ou direitismo". Osvaldo Peralva (1960), que abandonara o partido nesse período, tem opinião bem mais pessimista. De acordo com seu parecer, a pretensa renovação não passou de uma estratégia de um grupo de oportunistas, cujo objetivo era evitar que mudanças de fato ocorressem. Leandro Konder, em entrevista concedida em 2003, também percebe limites bem claros no processo de renovação. Segatto é um dos poucos discordantes, na sua opinião, o grupo que prevaleceu no interior do PCB estava disposto "a promover uma autocrítica profunda" (Segatto, 1989: 90).

O capitalismo, ao contrário do que previam, desenvolvia-se, resultando em novas correlações de forças. A antiga abordagem estagnacionista era revista e substituída por novas interpretações. A citação seguinte, extraída de um texto de Luís Carlos Prestes, dimensiona bem o caráter da mudança:

> *"Despreocupados com a análise objetiva da realidade brasileira, ficamos cegos às transformações que se acumulavam na estrutura econômica e nas instituições políticas de nosso país. Embora se houvesse acelerado ultimamente o desenvolvimento das forças produtivas e o capitalismo fizesse importantes progressos na indústria e também na agricultura, formulávamos a situação econômica do Brasil como sendo de estagnação. Isto nos levou a uma compreensão unilateral da situação nacional. Vendo somente a penetração imperialista norte-americana e deixando de levar em conta as forças que a ela se opõem, formulamos a tese errônea, de caráter fatalista, sobre a colonização crescente do Brasil"* (Prestes In Documentos, 1980: 30).

Deste modo, segundo as novas análises, a partir da década de trinta crescia no país uma burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Não apenas se desenvolveu economicamente, como angariou espaço no cenário político, de forma que, além do grande latifúndio, a burguesia também se fez representar no interior do governo. Apesar de parcial, a mudança era considerada significativa, principalmente num quadro político tão conservador como o do Brasil.

Ademais, tal conjuntura trazia importantes conquistas para o movimento operário. A liberdade democrática bem como as eleições não eram mais vistas apenas como uma grande "farsa". De acordo com João Quartim de Moraes (2000), a ilegalidade do PCB e a cassação de seus parlamentares, na década de quarenta, confirmavam a distância que separava a letra dos fatos. Não obstante, o

significado atribuído à questão democrática dentro do Partido Comunista oscilou entre o "caráter hipócrita" e "ilusório" dos direitos e liberdades burguesas e seu "caráter precário e incipiente". Para o autor, enquanto a primeira concepção prevalece entre 1947 e 1954, a segunda cresce a partir desse ano, consolidando-se em 1958[32].

A *nova política* exigia um novo diagnóstico e este, por sua vez, trazia mudanças significativas para o partido, tal como o diálogo mais amplo e o fim da postura de gueto defendida na declaração de agosto de 1950.[33]

O objetivo maior do PCB ainda era o estabelecimento da sociedade socialista. Todavia, naquele momento o Brasil tinha seu desenvolvimento entravado pela exploração do imperialismo norte-americano e pelo monopólio da propriedade da terra, sendo necessária a emancipação do país do domínio imperialista e da estrutura agrária então vigente - etapa prévia e necessária no caminho para a construção do socialismo.

Nessa primeira fase da revolução o movimento operário contaria com um amplo leque de aliados, entre eles a burguesia nacional, cuja luta contra os inimigos comuns (imperialismo e o latifúndio) os uniria em uma frente única, a *Frente Nacionalista e Democrática.* O movimento buscava organizar setores de diversas classes, partidos, correntes e personalidades das mais variadas

---

[32] Como diz Moraes (2000: 153) "Os defensores do programa nacional-democrático, até por definição, reconheciam o conteúdo revolucionário da democracia e portanto sua diferença relativamente ao liberalismo. Mas, para eles, a diferença mais importante passava menos por essas duas categorias do que pelo contraste entre a forma ideológico-instituiconal e o conteúdo político".

[33] Para Marco Aurélio Nogueira: "a *Declaração de março de 1958*, neste sentido, representa o início de uma nova fase na vida do Partido, redefinindo a compreensão que os comunistas tinham do movimento democrático e nacionalista, da política de frente única e do papel da democracia na luta pelo socialismo. E é inegável que, a partir dela, o PCB passou a se inserir de forma mais ativa na sociedade brasileira" (*Documentos*, 1980: IX).

orientações políticas na luta por soluções patrióticas, tal como o controle do capital estrangeiro e a defesa do petróleo. (*Resolução do V Congresso do PCB* In Documentos, 1980).

A aliança era possível, posto que o antagonismo entre o proletariado e a burguesia, embora fundamental, não exigia solução "radical e completa" na atual etapa da revolução. Na análise comunista, a sociedade brasileira ainda não apresentava as condições necessárias para uma revolução socialista. Nas palavras de Prestes:

> *"Vendo somente a penetração imperialista norte-americana e deixando de levar em conta as forças que a ela se opõem, formulamos a tese errônea, de caráter fatalista, sobre a colonização crescente do Brasil. Esta tese contribuía também, juntamente com a falsa análise da situação internacional, para a concepção da revolução a curto prazo e para a prática de uma política profundamente sectária (...) E assim é que, com a formação do governo de Juscelino Kubistchek, se tornou mais flagrante a incorreção da tese geral de 'governo de traição nacional' e a orientação tática esquerdista e aventureira voltada para a 'derrubada do atual governo'(...) Tudo isso nos impossibilitou de compreender, em conclusão, que o processo de revolução brasileira não podia ser o da imediata liquidação do regime econômico-social existente, mas o da gradual acumulação de reformas profundas e conseqüentes dentro do próprio regime atual"* (Segatto, 1989: 96)

A perspectiva de mudança gradual implicava em alterações na concepção de revolução. Para os comunistas, esta não deveria mais ser caracterizada por um

só momento, marcado por lutas sangrentas e tomada do poder.[34] Era antes um processo, no qual se destacariam duas etapas: a primeira chamada de *revolução nacional democrática* e a segunda socialista. Aquela, embora não haja necessariamente violência, abriga intensa luta política e ideológica - num jogo no qual estão em cena várias correlações de força, nem todas (nesse momento) inimigas do proletariado.

Temos assim uma valorização da política institucional, como as eleições, os direitos previstos em lei, as conquistas trabalhistas. Embora permaneça na ilegalidade, o PCB deixava as sombras, rompendo o isolamento inseria-se no jogo político, aprimorando o discurso e a proposta. Para os comunistas, "nas condições atuais do mundo e de nosso país, as massas trabalhadoras podem obter importantes vitórias na luta pela elevação do seu nível de vida e pela ampliação dos direitos sociais" (*Resolução Política do V Congresso do PCB* In Documentos, 1980: 56).

A formulação de um projeto político consistente, no entanto, deveria levar em consideração o caráter particular da realidade brasileira. Posto que no passado não foram "capazes de distinguir na experiência histórico-universal da Grande Revolução Socialista de Outubro os traços essenciais, válidos para todos os países, e os aspectos particulares e singulares, cuja repetição não pode ser obrigatória fora da Rússia" (Prestes In *Documentos,* 1980: 33).

A superação do dogmatismo, com a análise mais aprofundada do país, contava com o esforço da intelectualidade comunista, cuja tarefa seria olhar e pensar o contexto

---

[34] A *nova política* atestava que o desconhecimento da realidade nacional, por parte dos comunistas, resultou numa concepção errônea da revolução. Viam "o caminho da luta armada como o único admissível para a revolução brasileira, sem perceber que dentro das novas condições do país e do mundo, havia surgido a possibilidade real de um outro caminho: o do desenvolvimento pacífico" (*Declaração de Março* In Documentos, 1980: 33).

nacional[35]. Muita coisa precisava ser feita, começando pela criação de um espaço onde fossem possíveis a exposição desse trabalho e a articulação dos intelectuais.

1.4. A sociedade brasileira

Precisamos ter em mente que o pensamento marxista insere-se num quadro mais amplo - principalmente quando se propõe a estar em constante diálogo com a intelectualidade progressista do país. Logo, não seria coerente atribuirmos todos esses esforços, no sentido de pensar a sociedade brasileira, a uma necessidade dos intelectuais pecebistas despertada por mudanças dentro do Partido Comunista Soviético. Incorreríamos no mesmo erro, ou seja, ignorar o caso particular da sociedade brasileira e subestimar a autonomia e a importância da própria esfera intelectual.

Deste modo, entendemos as diversas interpretações e projetos sobre o Brasil, formulados no período, não apenas como uma busca dos comunistas (reunidos na revista *Estudos Sociais),* mas da intelectualidade como um todo, que também passava por redefinições, expressando um pouco do clima da época - no qual o conhecimento da "realidade brasileira", por meio de estudos e análises sérias, era parte fundamental, não apenas para o desenvolvimento do pensamento nacional (restrito ao plano das idéias), mas de uma transformação social profunda (incluindo, portanto, a esfera da política). O problema do desenvolvimento da sociedade brasileira não inquietava somente alguns poucos,

---

[35] Nesse sentido, como diz, Konder, em entrevista (2000): "a criatividade e a aventura de um pensamento crítico individual [que] estavam afastados [...) voltam justamente a partir da crise do esquemão, da crise da doutrina" .

mas foi durante esses anos o tema que movimentou a produção intelectual – obviamente diferentes interpretações e soluções foram apresentadas. Essa preocupação não era recente. De acordo com Marcos Del Roio (2000: 72), "os sujeitos sociopolíticos que se formavam nas fissuras cada vez maiores da dominação oligárquica, no decorrer dos anos 20, se configuravam em torno de alguma concepção de revolução". Todavia, segundo o mesmo autor, é a partir da década de 50 que o tema da revolução brasileira ganha novo fôlego.

Notam-se assim, os diversos fatores que motivaram a experiência da revista *Estudos Sociais*. Respaldando sua necessidade de construir um trabalho crítico, comprometido com a verdade e pautado na realidade objetiva, não mais em querelas políticas ou sobre doutrinas partidárias. O que não equivale a dizer neutro e indiferente aos problemas políticos do país.

Para os intelectuais comunistas reunidos na revista, o Brasil, considerado um país subdesenvolvido, necessitava de projetos sérios e autônomos que orientassem sua política de emancipação. Só o conhecimento dessa realidade tão complexa e singular poderia apresentar a verdadeira causa de seu atraso, bem como as forças progressistas capazes de assumir a luta pela libertação nacional do jugo norte-americano. Foram várias as iniciativas de intelectuais com o intuito de estimular o debate e o estudo da sociedade brasileira[36]. A leitura dos textos de apresentação de duas revistas culturais, (*Revista Brasiliense* e mais tarde a

---

[36] Podemos notar a importância do conhecimento da realidade brasileira atraves do editorial seguinte: "No momento atual, a tarefa dos marxistas brasileiros consiste principalmente em voltar-se para a nossa realidade viva, estudando-a em seus múltiplos aspectos. Estamos certos de que os resultados desse trabalho de investigação e analise fornecerão elementos úteis a ação política das forças democráticas e patrióticas" (*E.S.*, n., 1958:4).

Revista Civilização Brasileira) de alguma forma inseridas no contexto acima mencionado, permite-nos verificar essa unidade. Vejamos:

> *"A Editora Brasiliense, fiel à tradição de cultura legada pelo seu fundador, Monteiro Lobato, resolveu tomar a iniciativa de uma revista, em torno da qual se congreguem escritores a estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos. Sem investigação feita com espírito objetivo e em profundidade, não somente não será possível dar-lhes soluções adequadas como também nos arriscamos a fabricar ou difundir funestas ilusões como essa a que nos pode levar um progresso a tantos respeitos notável..."* *(Revista Brasiliense,* 1955, n.1: 177)[37]

Perfil semelhante pode ser percebido na *Revista Civilização Brasileira* – publicação de estudos acerca da realidade nacional, com o objetivo de orientar a superação do atraso socioeconômico do país, dentro de uma linha democrática.[38] De acordo com seu texto de apresentação, essa tarefa: "caberá principalmente aos intelectuais. Em seus vários campos de atuação e de pesquisa, serão eles os que, acima de injunções ou posições partidárias, poderão estudar em seus mínimos pormenores a complexidade da vida brasileira" *(Civilização Brasileira,* 1965: 3)[39].

Embora com a mesma preocupação - de não ser sectária, defendendo o embate de idéias e correntes do pensamento - a *Estudos Sociais* é a única que se

---

[37] A preocupação em demonstrar sua independência e seu comprometimento com a verdade gerou a seguinte afirmação: "A Revista, sem ligações de ordem política e partidária, será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores". (*Brasiliense,* 1956: 1)

[38] A *Revista Civilização Brasileira:* "pretende ser o veículo em que estudos e pesquisas da realidade nacional serão divulgados. Quer ser, também, um amplo e dinâmico fórum de debates" *(Civilização Brasileira,* 1965: 3).

[39] A *Revista Civilização Brasileira* foi publicada a partir de 1965, um ano após o encerramento de *Estudos Sociais* e já num contexto político marcado pelo golpe militar. Mesmo assim, julgo ser ilustrativa por resultar de um momento histórico muito próximo.

apresenta enquanto marxista, apesar de não citar o nome do Partido Comunista em seu texto de apresentação. Essa necessidade de dizer quem é e ao mesmo tempo de não afastar os mais diversos colaboradores resultou na seguinte apresentação:

> *"A Estudos Sociais é uma revista de tendência marxista, e como tal pretende intervir, democraticamente, ao lado de outras correntes do pensamento, no debate das questões relacionadas com a nossa realidade econômica, social e política. É seu propósito dar contribuição sincera, pelos meios que lhe são próprios e possíveis, ao esforço que entre nós se vem desenvolvendo no sentido de esclarecer os problemas da emancipação nacional e democrática" (Estudos Sociais,* n.1, 1958: 1*).*[40]

Apesar do clima intelectual favorecer esse esforço de reunir a intelectualidade em torno do conhecimento da realidade brasileira, tal iniciativa ocorre dentro do partido de um modo mais sistematizado em decorrência da crise do stalinismo. Uma frase de Antonio Gramsci, utilizada por Leandro Konder na revista *Estudos Sociais*, parece expressar bem a nova orientação: "dizer a verdade é sempre um ato revolucionário"; ou (agora citando Marx): "a ignorância nunca foi útil a ninguém!" (Konder In *E.S.* n.17:1963).

Embora escrevendo sobre o conhecimento artístico, Konder discute a liberdade de produção cultural. A verdade não deveria ser forjada visando fins políticos partidários – isso não interessaria à revolução. E no caso das ciências ela surgiria de pesquisas sérias, não de conteúdo programático, pressupondo a

---

[40] Comentando sobre esse trecho, Leandro Konder nos conta: "Essa revista quando foi criada tinha um texto bem pequeno (programático), no qual ela se auto-caracterizava como uma revista de 'tendência marxista'. Esse tendência marxista é uma achado do Armênio Guedes. Era uma maneira de dizer é, mas não é... não tem que ser tão marxista assim também" (Konder, 2000).

liberdade do artista, do escritor e do cientista. Resultando no que João Quartim de Moraes (1995) chamou de "etapa de autonomização teórica".

Autonomia refletida não apenas nas mudanças que vinham ocorrendo no movimento comunista, mas na sociedade brasileira como um todo e entre os intelectuais em particular. Ora, seria difícil pensá-los de modo isolado, guardadas as singularidades, esses campos se cruzam incidindo uns nos outros. Se pensarmos no processo de modernização brasileiro e suas conseqüências para a cultura - a criação de um campo intelectual, a aproximação deste setor com o movimento de esquerda - perceberemos que falamos de coisas muito imbricadas[41].

Como se sabe, paralelo ao processo de industrialização e urbanização, deflagrado desde os anos 20, ocorre grande agitação cultural, estimulando a criação de sindicatos, o surgimento de diversos partidos políticos e organizações das camadas médias (jornalistas, advogados, escritores e participantes do movimento estudantil). Como decorrência desse quadro "uma ampla e muitas vezes fecunda batalha das idéias começa a ter lugar entre nós" (Coutinho, 1990: 25). Nas lembranças de Miglioli, os anos da publicação da revista foram bem movimentados: "Não é saudosismo não, mas foi uma época do Brasil fantástica – tinha *Bossa Nova* surgindo, *Cinema Novo*..."

Ademais, havia "um acentuado empenho social da intelectualidade, e um maior comprometimento com as causas populares e nacionais" (Coutinho, 1990:

---

[41] Não se pode ignorar também a aproximação da intelectualidade nacional com a classe média, resultando em mudanças no seu perfil. Carlos Guilherme Mota (1994), em *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*, discute as diferenças existentes entre as "gerações" de 20 e a de 40. Na sua opinião, a segunda é mais séria e política em relação ao tom marcadamente boêmio da primeira. A de vinte possuía uma visão mais fechada de mundo e sociedade, uma intelectualidade "senhorial". A outra é mais aberta e progressista, porque ligada a uma visão urbana do processo histórico-cultural.

25), que juntamente com a política de abertura do Partido Comunista, tornava o marxismo uma corrente atraente aos olhos desse setor.

O encontro entre intelectuais e marxismo proporcionou mudanças não apenas para o primeiro, mas também para o último. Tal aproximação chamou particular atenção para o papel da produção teórica no desenvolvimento da prática, principalmente da prática revolucionária[42]. Podemos atentar para essas características dentro da revista *Estudos Sociais*. É bastante comum, em suas páginas, ser destacado o aspecto teórico e metodológico do marxismo, sempre, é claro, vinculado ao processo de transformação social. Vejamos um dos vários exemplos:

> *"O marxismo, como corrente do pensamento, tem demonstrado sua extraordinária vitalidade teórica e prática - na interpretação da realidade histórica e na obra de transformação das condições de vida dos homens. Atualmente milhões e milhões de seres humanos no mundo inteiro, utilizam a teoria e o método marxista para investigar a realidade objetiva de cada país e região"* (*E.S.*, n.1, 1958: 3).

Para o grupo reunido em torno da revista, um dos graves problemas em que incorrera o marxismo no Brasil antes da renovação com a *Declaração de Março*, fora justamente o de não incentivar e, não raro, podar o debate e a produção teórica dos intelectuais comunistas. Repensando os erros, afirmam:

---

[42] Como afirma Eric Hobsbawm (1989: 42), "o fenômeno de renovação dentro do marxismo era confirmado ulteriormente pela maciça radicalização de jovens intelectuais, sobretudo no curso de sua experiência acadêmica, na medida em que esta, como vimos, transformou amplamente a base social de suporte das teorias marxistas".

> *"No Brasil, o marxismo não produziu os frutos desejados - por várias razões, uma das quais a nosso ver, seria a ausência de uma tradição de estudos marxistas em nosso País. O trabalho teórico dos marxistas, empregado na investigação e interpretação da realidade brasileira, tem sido muito precário, limitado quase que só '... a buscar respostas às questões concretas no simples desenvolvimento lógico de uma verdade' (Lênin). Podemos dizer que o marxismo entre nós foi algo em si mesmo, fechado e dogmático, e não chegou a ser, ou foi apenas em mínima proporção, um instrumento de investigação. Mas podemos também acrescentar que já começamos a superar as deficiências do passado" (E.S., n.1, 1958:4).*

O que não dizer da opinião de intelectuais de formação acadêmica reunidos em torno do *Seminário Marx*, cuja aversão ao marxismo stalinista era muito mais latente. Aqui a teoria e as preocupações metodológicas foram fundamentais, principalmente, para se refazer, com padrão científico, os diagnósticos (comunistas) da síndrome brasileira de origem, marcada pela sobrevivência do passado colonial (Arantes, 1995). A entrada do marxismo na universidade propunha a reinterpretação das análises sobre o Brasil, reunindo estudantes e professores numa reflexão coletiva sobre essa realidade. O debate teórico, por vezes, assumiu tal proporção que acabou se sobrepondo à crítica das formas reais, resultando num "marxismo mais afiado na leitura de *O Capital* do que na crítica do capitalismo" (Arantes, 1995:178).

Inserido neste cenário, mas com orientação completamente diversa, encontra-se o grupo carioca reunido em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB[43]. Assim como os demais, propõe-se a produzir e divulgar

---

[43] "Fazendo um paralelo entre o ISEB e a USP, no campo das ciências humanas, um estudioso francês notou: ' No Rio de Janeiro (...), o papel do intelectual implica uma intervenção direta no campo político e a reivindicação de uma representatividade popular

conhecimento sobre a realidade do país e, fundamentalmente na sua segunda fase, a ampliar as possibilidades teóricas do marxismo; mas teve como fulcro da sua preocupação criar uma ideologia "autêntica" que sustentasse e impulsionasse o desenvolvimento brasileiro - o nacionalismo (Toledo, 1998).

Deste modo, tal como o grupo paulista, alguns de seus integrantes apostavam numa releitura da obra de Marx e num novo ciclo explicativo do Brasil. O socialismo deixava de ser monocêntrico, outras experiências, não soviéticas, surgiam, levantando a possibilidade de um caminho brasileiro. Dentro do instituto a tese nacionalista era consensual e a contradição principal da nossa formação social a oposição entre nação e anti-nação, sendo este o principal ponto de comunicação entre os intelectuais do ISEB e do PCB. Alguns deles tiveram contato muito estreito. Nelson Werneck Sodré, participava do instituto, Leandro Konder , Jorge Miglioli e Fausto Cupertino também deram sua contribuição. Por outro lado, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos são freqüentemente citados nas páginas da revista, ora com críticas.

Nota-se assim, que o marxismo brasileiro, antes estritamente vinculado ao PCB, seguia curso próprio, extrapolando os seus limites. A diversidade interpretativa dentro da *Frente* Única e a própria pluralização do pensamento marxista, suscitavam ao partido a necessidade de atrair esses setores para o seu campo de influência. Novamente se colocava a importância de uma revista teórica, órgão cultural do partido comunista, que pudesse organizar a intelectualidade nacional-democrática ao redor de suas teses.

---

e nacional. Já em São Paulo, remete antes à inserção num meio específico de inter-reconhecimento e à referência as normas gerais do trabalho teórico'" (Toledo, 1998: 269).

1.5. A imprensa partidária

A *Estudos Sociais* não é a primeira nem a última publicação do Partido Comunista, não consiste nisso a sua principal relevância. Aliás, foram muitas as iniciativas nesse campo, de modo que se fôssemos abordar, ou mesmo citá-las, faríamos um trabalho exaustivo e pouco produtivo. Primeiro porque esse trabalho já foi feito,[44] segundo porque foge da nossa proposta - discutir a contribuição de *Estudos Socais* para o processo de renovação do pensamento marxista.

Por outro lado, não podemos esquecer que essa publicação surge de um projeto de ruptura com o modelo de imprensa anterior. Logo, com intuito de esclarecer o conteúdo dessa mudança, vale apresentar algumas das iniciativas passadas - com um destaque para *Fundamentos* (1948) e *Problemas* (1947). A última nos interessa particularmente, pois se trata de uma importante revista do Partido Comunista, também criada no Rio de Janeiro, e que contou com a participação de intelectuais; mas, devido ao contexto em que surge, expressa justamente o modelo de imprensa combatido pela *Estudos Sociais.*

Assim, dentre as diversas publicações, apresentamos algumas das mais significativas, expondo-as em ordem cronológica.

Considerada a primeira publicação comunista brasileira, *Movimento Comunista* surge em 1922, alguns meses antes da fundação do próprio PCB. Seu objetivo principal era o de funcionar como elemento articulador dos comunistas, dando-lhes coesão ideológica através da defesa e da propagação do programa da Internacional Comunista. Assumiu-se, então, enquanto órgão oficial do partido, propondo tornar-se "um repositório mensal fidedigno de doutrina e informação do

---

[44] Cf. Rubim, Antonio Albino Canelas. *Partido Comunista,cultura e política cultural.* Tese de doutoramento em Sociologia, São Paulo, 1986.

movimento comunista internacional". Ao todo foram 24 números ao longo de um ano e meio de existência, sempre dando ênfase à informação internacional e às realizações da União Soviética, sendo raros os textos teóricos e interpretações sobre o Brasil (Rubim, 1986)[45].

Embora o partido não possua muitas revistas nos anos trinta, ele influencia diversas publicações criadas no período, algumas inclusive com inserção no meio intelectual. O encontro entre intelectuais e movimento comunista brasileiro ocorre, em princípio, em torno das idéias antifascistas e logo do antiimperialismo – esse uma constante nas publicações do partido. O ano de 1935, considerado um dos mais agitados da década, concentra o maior número de jornais e revistas oficialmente comunistas ou mesmo influenciados por eles. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) - frente contra o latifúndio, o imperialismo e o fascismo - fortemente influenciada pelo PCB, ganha apoio da intelectualidade nacional, conseguindo inúmeros jornais e revistas como porta-vozes de suas idéias.

Ainda nos anos trinta (1936), foi criada em São Paulo uma revista mensal sobre cultura chamada *Problemas*. Embora com o mesmo nome da revista lançada em 1947 no Rio de Janeiro, não era órgão oficial do partido, tendo a autonomia que a segunda não possuía. A ligação entre comunistas e *Problemas* (1936), no entanto, é nítida, expressa tanto por seus colaboradores, quanto por sua orientação geral - fundamentalmente antifascista, nacionalista e antiimperialista. Todavia, a relação de amizade termina no ano seguinte a sua

---

[45] Além da revista, surgem na década de 20 (os jornais) *A Classe Operária* (1925), com a tarefa de criar células, núcleos e comissões, e *A Nação* (1927), primeiro diário. Este último divulgava documentos, notícias sobre a URSS, artigos de Lênin, notícias sobre o movimento sindical e as greves (Moraes, 1994).

criação em decorrência das lutas internas no partido (1937-1938), sendo a revista acusada de trotskista. Para se contrapor à publicação paulista, o PCB lança no Rio, em 1938, a revista *Cultura*.

Os anos quarenta são considerados o auge da imprensa comunista. Além de influenciar diversas revistas, o partido tem suas próprias representadas em vários Estados - vide *Fundamentos* (1948) em São Paulo ou *Problemas* (1947) no Rio[46].

Mas talvez a experiência mais próxima de *Estudos Sociais* seja *Literatura* - revista criada em 1946, num período de democratização e de busca de alianças com outros segmentos sociais e políticos[47]. Tal como a publicação ora estudada, foi idealizada e dirigida por Astrojildo Pereira. A sua proposta era organizar amplos setores da intelectualidade, servindo como uma revista de frente no campo cultural, reunindo escritores progressistas não necessariamente comunistas. Abordou literatura, filosofia, teatro e questões sobre a liberdade de imprensa. Mas eis que veio a *guerra fria*, o governo Dutra e o partido recuou, enrijecendo suas posições. A partir do número nove, Manuel Bandeira deixa o conselho da redação e um texto do editorial atenta para a necessidade de reagir contra o "obscurantismo" e o "existencialismo" nas artes. (Rubim, 1986).

---

[46] A partir da redemocratização "a imprensa partidária tornou-se fator decisivo para a ascensão do PCB legalizado no quadro nacional. Foi uma fase áurea, com intelectuais de prestígio nas redações e exemplares se esgotando nas bancas. O partido chegou a ter oito diários, como *Tribuna Popular*, no Rio de Janeiro, *Hoje*, em São Paulo; *O Momento*, na Bahia; *Folha do Povo*, em Pernambuco; *O Democrata*, no Ceara; *Tribuna Gaúcha*, no Rio Grande do Sul" (Moraes, 1994: 65).

[47]Como nos diz Denis de Moraes, "em 1945, o Brasil ingressou na claridade democrática, embalado pela euforia com a liberdade e a vitória aliada na guerra. Participação era a palavra de ordem: partidos, sindicatos, associações profissionais e diretórios acadêmicos se reorganizaram. A campanha por uma Assembléia Nacional Constituinte e por eleições diretas em todos os níveis tomou conta da rua. Antes de ser apeado do poder pelo golpe militar de 29 de outubro, Getúlio Vargas anistiara os presos políticos, sancionara uma nova lei eleitoral e tentara se manter no Palácio do Catete numa aliança informal com a esquerda, batizada de 'queremismo'" (Moraes, 1994: 132).

O curto período de redemocratização propiciou condições próximas daquela experimentada por ocasião da criação da revista *Estudos Sociais*. Leandro Konder, reconhecendo o parentesco, mas ressaltando as diferenças, diz que *Literatura* "se ocupava de um tema muito mais político literário. *A Estudos Sociais* vinha de um certo esforço de dar um tratamento marxista mais ambicioso, mais rigoroso para questões que estavam ausentes. Havia uma certa expectativa que nós desenvolvêssemos uma reflexão nossa, uma análise nossa, sobre os problemas econômicos sociais. A *Estudos Sociais* é uma reação muito grande contra publicações do partido, onde predominava a literatura traduzida, predominavam artigos soviéticos" [48].

Os anos que vão de 1947 a 1956, apesar do já conhecido sectarismo do PCB, constituem um período considerado como o "boom editorial" do partido[49]. A ilegalidade e a perseguição do governo o afastava dos setores políticos tradicionalmente constituídos, restando como campo de atuação a esfera da cultural.[50] Essa se constituiu num importante meio de luta utilizado em suas atividades de agitação e propaganda – na educação dos militantes e no ataque aos inimigos do movimento operário.

---

[48] Em entrevista realizada em 2000, no Rio de Janeiro, por ocasião da iniciação científica.
[49] Nesse sentido, "são revistas 'teórico-culturais'; suplementos culturais de jornais; produção literária em jornais, revistas e livros; clubes de gravura; ilustrações de publicações; edição de livros; concursos; cursos; associações nacionais e internacionais de intelectuais; campanhas reivindicatórias, encontros e movimentos nacionais e internacionais etc" (Rubim, 1998: 344).
[50] Mesmo antes desse período, alguns intelectuais comunistas mais sensíveis às mudanças ocorridas no mundo e na sociedade brasileira, atribuíam à cultura importante papel no processo de transformação social. Como nos diz Astrojildo Pereira: "Aí estão os meios modernos de comunicação e divulgação, conferindo à palavra escrita e falada, e bem assim à imagem e ao som, um poder de penetração e influência entre as massas populares como não se viu nunca em nenhum período anterior da história. Este fato só por si nos fornece a medida da imensa e iniludível responsabilidade que compete aos intelectuais na tarefa de reconstrução social do mundo, imposta pelas condições históricas da nossa época" (Pereira, 1944: 256).

Os periódicos do PCB reiteravam para os militantes as tarefas da hora, insistindo na coesão interna e na formação dos quadros, "destilavam em prestações (diárias, semanais ou mensais, conforme a periodicidade) as proveniências ideológicas centrais" (Morais, 1994:78). Assim, o partido estabelecia uma coesão entre suas publicações, definindo-lhes algumas características, sobretudo quanto ao seu conteúdo. "O índice de tópicos programáticos era o seguinte: denúncia do imperialismo, defesa da paz mundial, organização popular pela libertação nacional e pela implantação do socialismo. Pouco importava se as publicações tinham diferentes formatos, linguagens e periodicidades. Na cultura da vigilância (..) as 'impurezas' desvirtuadoras seriam peneiradas e expelidas" (Moraes, 1994:143).

Com essa perspectiva, surge no Rio de Janeiro, em 1947, a revista de cultura política *Problemas*, órgão central do Partido Comunista - entrando para a história da imprensa partidária com exemplo perfeito do antigo modelo. Seu objetivo principal era funcionar como "frente de idéias" contra a "ofensiva ideológica capitalista", assumindo o compromisso de divulgar "questões teóricas do marxismo-leninismo-stalinismo" (*Problemas*, n.1, 1947).

Assim como *Estudos Sociais*, *Problemas* anuncia o seu caráter teórico, mas ao contrário da publicação de 1958 propõe-se a ser local de divulgação e ensinamento do marxismo (leia-se marxismo-leninismo), não havendo espaço para outro tipo de discussão. Lembremos das palavras de Gorender: "Lukács jamais poderia ser publicado numa revista como *Problemas*". Além disso, nela praticamente inexistem análises sobre a realidade brasileira. A partir dos anos 50, com esboço da nova orientação expressa no *Manifesto de Agosto*, a revista reforça seu papel pedagógico.

Tal como a publicação sobredita, toda a imprensa partidária é colocada a serviço da estratégia política mais imediata – a orientação era educar. De acordo com Mauricio Grabois,

> *"Esta tarefa está indissoluvelmente ligada à necessidade de popularizar a linha do partido, leva-la a todos os organismos e a cada militante, fazer com que ela seja sangue do nosso sangue e oriente todas as nossas atividades diárias para a Revolução. A nossa imprensa deve desempenhar dia a dia o papel que destinava Lênin à imprensa bolchevique, de agitador, propagandista e organizador coletivo"* (Grabois apud Moraes, 1994: 68).

Fruto da iniciativa dos comunistas de São Paulo, como Armênio Guedes,[51] *Fundamentos* aparece em 1948 e é publicada até dezembro de 1955, passando nesses sete anos de existência por mudanças significativas. Antonio Albino Rubim (1986) a divide em três fases. A primeira apresenta um perfil mais acadêmico, sendo formada por ensaios com o objetivo de "refletir sobre os problemas fundamentais da pátria". Chegou mesmo a apresentar proposta semelhante a *Estudos Sociais,* colocando-se em defesa da democracia e da luta antiimperialista e buscando igualmente aprofundar o relacionamento com os intelectuais - o número nove passa a contar na direção coletiva com Caio Prado Jr. A partir da sua décima primeira edição (1950), no entanto, a revista perde seu caráter ensaístico, torna-se mais "militante e ideologicamente partidária" – usada como importante meio de luta contra a "decadente cultura burguesa cosmopolita" e defesa do realismo socialista. A terceira fase (1954-1955), embora mantenha o

---

[51] Armênio Guedes, futuro secretário da revista *Estudos Sociais,* era nesse período o responsável pelo setor de agitação e propaganda do Comitê Regional paulista (Rubim, 1986).

caráter político ortodoxo, perde o aspecto panfletário, prevalecendo a discussão cultural, agora mais abrangente que na fase anterior.

De acordo com Denis Moraes (1994), encontramos a base doutrinária dessa imprensa nos escritos de Lênin[52]. A ela caberia a solidificação e coesão interna da agremiação, sendo para isso utilizada como meio de agitação, propaganda e formação dos quadros. A unidade ideológica era um aspecto central, tendo o campo cultural e a imprensa, num plano mais restrito, papel significativo na formação das consciências para a revolução (desenhada pelo partido).

Uma importante fonte de inspiração desse modelo seria um artigo de Lênin (1905) intitulado *A organização do Partido e a Literatura de Partido*, no qual o líder soviético "procurava dar certa ordem à atividade da imprensa do Partido e estabelecia normas disciplinares para os jornalistas e escritores que trabalhavam para a imprensa partidária" (Konder, 1967:92)[53].

Seguindo a orientação supracitada, os periódicos pecebistas, de um modo geral, esperavam "contribuir para a educação e o esclarecimento dos trabalhadores brasileiros", buscando "persuadir as massas na direção do socialismo, fundamentando a apreciação dos acontecimentos no marxismo-

---

[52] Nesse mesmo sentido segue a tese de Antonio A. Canelas Rubim. Para o autor, o sistema de imprensa leninista se constitui de: 1) "um órgão central e uma revista teórica, centros ideológicos do partido, diretamente vinculados ao Comitê Central e cujo publico seria os militantes/operários avançados (...) a revista deve servir principalmente para a propaganda e o órgão central para a agitação; 2) um ou de preferência vários jornais populares/de massas (...), buscando atingir os operários de consciência média (...); 3) por fim, para chegar aos operários mais atrasados, os meios preferenciais são folhetos populares e agitação verbal e, por vezes, os jornais de massas legais" (Rubim, 1986: 5)

[53] Também Moraes compartilha dessa opinião. Segundo o autor é entre os escritos de Lênin de 1989 a 1905 que "localizam-se os pontos de contato com o modelo comuncacional adotado pelo PCB. Lênin entendia que o jornal é o lugar da transição entre teoria 'pura' e o apelo à ação, indispensável ao êxito da agitação e propaganda. A cada período histórico corresponde uma 'tarefa da hora', dominante e prioritária" (Moraes, 1994: 60).

leninismo, 'a única concepção revolucionária do desenvolvimento da sociedade'" (Moraes, 1994:70).

Isto posto, entende-se que, desde sua origem, a relação das revistas do Partido Comunista Brasileiro com sua direção política é direta - a imprensa existe, sobretudo, para divulgar e defender a sua orientação. Mas isso não é tudo. Um outro fator é indispensável para se entender a proposta desses periódicos, sobremodo os dos anos quarenta - período imediatamente anterior à renovação do PCB e ao surgimento da revista *Estudos Sociais*. Referimo-nos à política cultural do PCUS teorizada nos anos trinta por Máximo Gorki e André Zdanov – o *realismo socialista*.[54]

Como afirmara Moraes (1994), a recepção do realismo socialista no Brasil acentuava um quadro de subserviência à União Soviética – núcleo pensante de onde emanava a teoria e parte considerável das notícias publicadas na mídia comunista.

Assim, inspiradas no *realismo socialista*, muitas "revistas culturais do PCB cumpriram papel estratégico na implementação da estética soviética, como *Fundamentos*, editada em São Paulo, e *Para Todos*, no Rio de Janeiro" (Moraes, 1994:179)[55]. A característica fundamental destes periódicos era a publicação de documentos políticos e textos traduzidos, sobretudo, soviéticos, dificultando

---

[54] Sobre *realismo socialista* Cf. Strada, Vittorio. *Do realismo socialista ao* zdanovismo. In Hobsbawm, Eric. *Historia do Marxismo*, vol.9. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Ou ainda Konder, Leandro. *Os marxistas e a arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

[55] O autor analisa o índice dessas publicações comprovando sua afirmação. *Fundamentos* em 1952: 'Alguns traços da literatura soviética', 'O balé soviético' , 'O fundador da ciência do cérebro: Sétchenov, predecessor de Pavlov', 'O direito soviético: um direito novo', 'O papel da superestrutura no desenvolvimento da sociedade soviética', 'Papel e tarefas do escritor soviético'. *Para Todos* em 1951: 'A arte e a literatura da URSS', 'A literatura soviética, a conquista do novo', 'O estudo do marxismo-leninismo', 'Os novos caminhos da lingüística soviética'. "Havia ainda a seção fixa 'Da URSS e democracia populares', com o noticiário sobre atividades culturais e científicas naqueles países" (Moraes, 1994: 148).

assim uma produção própria. O Partido Comunista da URSS funcionava como centro produtor intelectual e essas formulações forneciam, em grande medida, o respaldo para as interpretações da realidade nacional.

A revista *Problemas* é considerada a melhor síntese desse modelo de imprensa, na qual o trabalho crítico e criativo não era exatamente um critério.[56] Parte significativa de seus textos são traduções de autores russos: Zhdanov, Dimitri Manuilsy, J. Malenkov, P.N. Pspelov, A. Leontiev, mas o recordista foi Stálin, presente em quase todas as edições.

Em esboço, essas muitas e diferentes revistas ligadas ao partido possuem em comum: a predominância dos textos traduzidos - a maioria de escritores soviéticos ou reconhecidos pelo PC soviético - e o caráter fundamentalmente político partidário, ou seja, de propaganda ideológica e defesa de uma doutrina. Nesse modelo de imprensa o espaço para a produção intelectual, que se pressupõe crítica, assim como também para a criação, para a pesquisa própria, é reduzido. Vale ressaltar que o espaço é pequeno, mas não inexistente. Se essa imprensa constrangia a atividade intelectual, ela não foi suficiente para sufocar todo e qualquer trabalho crítico e criativo, existiram intelectuais, mesmo ligados ao partido, com uma postura mais autônoma.

O que se percebe a partir da mudança de orientação do Partido Comunista Brasileiro, que tem como marco o ano de 1958, é uma política de incentivo para a construção dessa autonomia. O trabalho original não deveria mais ser fruto de iniciativas individuais de alguns intelectuais desobedientes ou pouco

---

[56] "No último ano de edição da revista, a avaliação de Astrojildo Pereira é drástica: '[...] à parte dos documentos oficiais e um ou outro escasso trabalho, só publicava traduções e mais traduções. Não era uma revista brasileira, um órgão teórico dos comunistas brasileiros, preocupada com problemas brasileiros'" (Rubim, 1998: 319).

doutrinados, mas uma postura coletiva, típica do intelectual comunista. E é dentro desse quadro que surge a *Estudos Sociais.*

Exposto as condições que possibilitaram o surgimento da nova revista, passemos às suas características e objetivos.

2. O Perfil da revista *Estudos Sociais*

2.1. A criação

Antes das redefinições pelas quais passou o Partido Comunista, num período marcado pela desorientação e perplexidade da militância, a sua imprensa praticamente desaparece. Acostumado a manter e influenciar diversas publicações, o partido optou por dissolver parte significativa delas, a nova política partidária reclamava a reconstrução, agora em novas bases, da sua imprensa.

Foram fechados os jornais diários, os quais circulavam com muita dificuldade, devido basicamente a problemas financeiros. Concentrar-se-iam os esforços num único jornal (*Novos* Rumos) e numa nova revista (*Estudos Sociais).* Essa não deveria ser órgão oficial do partido e, embora tomasse o marxismo por referência, não publicaria apenas artigos de comunistas. A direção foi dada a Astrojildo Pereira, cuja proposta, como os dos demais membros do conselho editorial, era de uma revista aberta, sem o Comitê Central interferindo diretamente no que se deveria ou não ser publicado. Por outro lado, deveria ser um espaço que concentrasse estudos sobre a realidade social, econômica, política e cultural do país[57].

A nova revista, portanto, partiu da iniciativa do próprio PCB, apoiado inclusive pela sua direção. Nesse sentido, encaminham-se tanto as lembranças de Armênio Guedes como as de Jorge Miglioli. Vejamos:

---

[57] Armênio Guedes em entrevista realizada em 1999, São Paulo, por ocasião da iniciação científica.

> *"O partido tinha um jornal que se chamava Voz Operária. Esse jornal acabou e foi criado o jornal Novos Rumos, que era o jornal semanal do partido. Mas não havia nenhum veículo cultural.... Resolveu-se criar uma revista (...) que é Estudos Sociais. A decisão de criá-la foi do Comitê Central. Como era uma revista que tinha a pretensão de ser voltada para intelectuais, colocou-se Astrojildo Pereira como seu diretor"*[58].

Assim como a definição de uma *nova política*, marcando a superação dos erros passados, a elaboração de uma nova revista fazia-se necessária. Outros indícios nos levam a pensar que a criação de um veículo cultural estava em pauta nas discussões da direção do PCB. De acordo com Osvaldo Peralva, Diógenes Arruda havia lhe prometido o cargo de Encarregado de Agitação e Propaganda do Comitê Central, mas desistira, argumentando que: "naquele momento, a existência de uma revista teórica do Partido, publicando sobretudo trabalhos nacionais (a revista *Problemas* fazia muito que se achava reduzida a um boletim de traduções de artigos soviéticos), era de máxima importância, e conhecendo minha posição na luta que se travava, não desejava colocar-me nas mãos qualquer instrumento de valor político" (Peralva, 1960: 314)[59]. Peralva não contava que a própria revista possuísse um importante papel político, sendo de fato criada (1958) e a sua direção, como vimos, dada a Astrojildo Pereira.

A crise do stalinismo pode explicar em boa medida as circunstâncias que motivaram o surgimento de *Estudos Sociais*. Ora, sob a acusação de sectária, a

---

[58] Em entrevista concedida em 08/01/2003.

[59] Osvaldo Peralva trabalhou durante muito tempo com a imprensa partidária. Por ocasião do XX Congresso encontrava-se em Praga, trabalhando como representante brasileiro para o Kominform. Descrente da sinceridade e mesmo da possibilidade de mudança do partido, optou por abandona-lo. Em 1960 escreve *O Retrato*, uma autobiografia onde faz críticas contundentes ao partido.

imprensa partidária era associada diretamente a tudo que se queria superar, exigindo reformulações[60]. Mas, talvez um outro fator também possa nos auxiliar nessa empreitada.

Segundo o documento elaborado no V Congresso do PCB, o estabelecimento de alianças com outros setores com o intuito de formar uma frente única não eliminava as diferenças ideológicas. Assim, apesar de interesses comuns, por abrigar forças sociais diversas, a frente nacionalista e democrática encerrava contradições. De modo que, para a classe operária e seus interesses específicos não serem contaminados pelas "vacilações da burguesia" era necessário "salvaguardar dentro da frente única sua independência ideológica, política e organizativa, condição essencial para [...] assumir a hegemonia do movimento" (*Resolução Política do V Congresso* apud Documentos, 1980).

Tendo isso em conta, embora existam no período outras publicações de caráter nacionalista, era fundamental para o partido criar seu próprio órgão de expressão. Em conversa com Jacob Gorender, ele atentou para o papel do *ISEB* e da *Revista Brasiliense* na criação de *Estudos Sociais*. O contato mais estreito com as atividades dos intelectuais do instituto - textos, palestras, conferências, debates -, algumas das quais realizadas por intelectuais comunistas, como Nelson Werneck Sodré, suscitava a necessidade de um espaço para a sua publicação. Por outro lado, a revista de Caio Prado Júnior, (conquistando cada vez mais prestígio entre a intelectualidade) e o próprio ISEB, defendiam suas

---

[60] De acordo com Moraes, "na resolução de 20 de outubro daquele ano [1956], o Comitê Central reprovou o cerceamento à liberdade de expressão durante a era Stálin e determinou que 'o livre debate, na imprensa partidária, dos problemas teóricos e políticos, sob responsabilidade pessoal, deve ser garantido'" (Moraes, 1994: 69).

propostas e projetos. Nas palavras de Gorender: diante de tal circunstância, "precisávamos ter uma revista para ter força"[61].

Esse ponto parece-nos particularmente importante para dimensionarmos as mudanças advindas com *Estudos Sociais*. Ora, se antes a função da imprensa restringia-se a ensinar aos militantes e demais interessados o corpo doutrinário do partido, agora a revista cumpria papel não menos importante. Mas ao contrário da postura sectária e pedagógica, partia-se da "convicção de que era possível e necessário persuadir uma grande variedade de pessoas com pontos de vista distintos dos seus, neutralizando algumas objeções à política partidária e mobilizando-as em torno de determinadas lutas democráticas" (Moraes, 1994).

A ampliação do diálogo dentro da revista não permitia a simples acusação de que tudo que não fosse considerado legitimamente marxista-leninista seria

---

[61] Para Fernando Papaterra Limongi (1987), a *Revista Brasiliense* não foi órgão oficial do PCB e tampouco uma facção interna, buscando conquistar sua direção. Não obstante, seus principais colaboradores têm em comum uma história de derrotas na luta intrapartidária, iniciada em 1937, por conta da sucessão presidencial - quando o Comitê Regional de São Paulo posicionou-se contra o secretário geral do partido. Embora ausentes dos principais debates e disputas internas, na ocasião da criação da revista (1955), alguns de seus colaboradores tiveram no passado forte atuação dentro partido. A linha programática da *R.B.*, além da questão agrária e dos resquícios do varguismo, contrariava o PCB em outra tese, a saber: a defesa do valor universal da democracia. O problema maior, no entanto, surge em torno das questões que versavam sobre a formulação da teoria da revolução brasileira a partir dos fundamentos da formação social brasileira. Deste modo, a iniciativa foi diversas vezes criticada pela imprensa partidária, que a acusava de ser reformista e vinculada aos interesses dos "homens de negócios". A revista *Fundamentos* (n.39, 1955), chamou a atenção para a presença de um "renegado" do movimento revolucionário - Heitor Ferreira Lima e conclui: "'E aqui chegamos ao centro da posição política da revista, em perfeita concordância com sua conclusão ideológica e de classe. A *Revista Brasiliense* não reconhece em nenhuma de suas páginas o papel dirigente da classe operária e de seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil, como essa força capaz de impulsionar o movimento de renovação'" (...) "Por tudo isso achamos inadmissível a presença, entre os diretores e orientadores da *Revista Brasiliense*, de membros do PCB, como Elias Chaves Neto, Caio Prado Jr e outros que ali aparecem subscrevendo aquela declaração de princípios e assinando artigos de colaboração" (Limongi, 1987: 32). Posição distinta assumirá a *Estudos Sociais*, Jacob Gorender (*E.S*, n.1, 1958), fazendo uma resenha do número 15 da *Brasiliense*, a define como uma "revista valiosa" que desempenha um importante papel na formação do pensamento progressista no cenário cultural brasileiro. Não obstante, as teses defendidas nos dois periódicos continuariam se contrapondo, sobretudo sobre a questão agrária.

deformação burguesa, ou identificado com as forças políticas reacionárias. O quadro político aparecia pintado com cores mais fortes e vivas, exigindo um olhar mais apurado.

Assim, ainda de acordo com o documento supracitado, os comunistas não condicionariam sua atuação na frente única à direção do movimento, mas entendiam a conquista dessa posição como peça chave no desdobramento da revolução socialista. Visto que as condições objetivas para o socialismo não estavam na ordem do dia, "a hegemonia do proletariado deve(ria) ser conquistada como resultado de um processo árduo e paulatino" (*Resolução do V Congresso do PCB* In Documentos, 1980: 53). Cabendo nesse momento realizar uma análise histórica da estrutura social do país, para então elaborar uma linha política capaz de incidir efetivamente sobre a realidade.

Buscava-se, portanto, considerar algumas nuanças que foram ignoradas, mudando em certa medida a concepção de revolução. A passagem de um modo de produção para outro implicava em algo mais complicado que o simples movimento cego da economia e não se resumiria a um único momento de tomada do poder. Mas incluiria também um longo e sofisticado jogo político, no qual participavam diversas forças que num dado momento (estrategicamente) poderiam auxiliar no avanço das forças revolucionárias.

Obviamente esse contexto reservaria ao campo cultural um lugar decisivo, incitando uma rica "batalha de idéias", que se tornaria a marca do período.

2.2. O formato

Assim surgiu a revista *Estudos Sociais*. Seu formato representou grande inovação dentro da imprensa comunista brasileira. A maioria dos seus textos é de autores brasileiros, havendo mais artigos teóricos do que propriamente políticos, embora - por não serem acadêmicos e não esconderem sua ligação com a vida política do país - essa seja uma preocupação constante, mesmo nos de literatura. Mas poucos são os de teor programático, com a presença de um ou outro documento político.

A leitura dos dezenove números que integram essa publicação permitiu-nos avaliar os temas de que se ocupam os intelectuais ali reunidos, bem como a tese em torno da qual eles se agregam.

Tabela 1:

Distribuição dos artigos por área do conhecimento

Nº da edição	Nº de artigos por área									
	Economia	Política	História	Sociologia	Filosofia	Literatura	Arte/Estética	Educação	Notas editoriais	Correspondência
1	4	0	3	0	1	1	0	0	-	-
2	3	1	3	0	0	4	0	0	-	-
3-4	2	5	3	2	2	3	0	1	-	-
5	1	4	1	3	2	0	1	0	1	1
6	5	0	2	2	1	0	0	0	-	-
7	4	4	1	0	1	1	0	2	-	-
8	5	2	0	1	1	0	1	1	1	-
9	5	3	2	1	2	0	1	0	-	-
10	2	2	2	1	1	3	0	0	1	-
11	0	8	1	1	0	2	0	0	-	-
12	4	2	3	1	1	0	0	0	-	-
13	0	2	0	1	2	1	1	0	-	-
14	4	3	0	2	1	0	0	2	-	-
15	3	7	0	1	1	0	0	0	-	-
16	1	2	1	2	1	1	1	0	-	-
17	4	3	0	1	2	0	0	0	-	-
18	3	1	2	1	0	0	2	0	-	-
19	3	2	1	2	0	0	2	0	-	-
Total	**53**	**51**	**25**	**22**	**19**	**16**	**9**	**6**	**3**	**1**

As áreas de economia e política somam praticamente a metade das publicações e raramente não aparecem. Por outro lado, mesmo em menor número de artigos, a maioria das revistas possui textos de filosofia, literatura, ou ainda estética – geralmente quando uma dessas três áreas não aparece a outra está presente, contabilizando as três áreas juntas um total de 21% da publicação[62].

[62] Apresentamos em anexo quadros com os títulos, áreas, assuntos e os autores que colaboraram na *Estudos Sociais*. Estando separadas as áreas que mais aparecem em cada revista. No final dos quadros apresentamos também um gráfico que permite vislumbrar entre os 19 números da revista, a porcentagem de cada área

É importante dizer que os artigos de política são, em geral, análise de conjuntura[63]. E, embora não apresente, tal como podemos ver, somente textos de economia, a preocupação com essa área é uma constante. De modo que a história, a sociologia e a política perpassem a discussão econômica. Existe uma certa dificuldade em se estabelecer uma fronteira exata entre as áreas. Devemos considerar que, apesar da preocupação com o rigor científico, os ensaios não foram feitos para a academia, sendo os limites entre áreas muito flexíveis. Portanto, essa classificação é de responsabilidade da autora, não impedindo a existência de outras.

Entre os textos analisados embora existam traduções - como por exemplo, os de: P. Kopnin, Georg Lukács, Joszef Szigeti, Ilya Ehrenburg, Louis Aragon, Jean Bruhat, Bertold Brecht, Paul A. Baran, Adam Schaff, E. A. Kosminski e V. Semónov. Ernest Fischer -, são poucos quando comparados com as revistas anteriores. Ao longo dos dezenove números encontramos 21 textos de autores estrangeiros. Sendo que a maioria destes artigos é sobre filosofia e estética, treze no total. Enquanto na área de economia encontramos apenas dois textos: *Notas sobre a recessão norte-americana* de Hymon Lumer (*E.S.*, n.1, 1958) e *É possível a planificação nos Estados Unidos?* de Paul A. Baran (*E.S.*, n.9, 1960).

A preocupação em marcar diferença com o stalinismo e com posições mais sectárias existe, levando os colaboradores a abordar esse assunto em diversas ocasiões. Teria havido um erro que foi (ou estaria em via de ser) superado, sendo essa nova fase distinta da anterior. Logo, não é incomum a crítica ao marxismo

---

[63] Tais como: *3 de outubro e o movimento nacionalista* (Mario Alves, n.3-4, 1958); *O destino político do Rio Grande do Sul* (Sergio da Costa Franco, n.7, 1960); *O V Congresso dos comunistas brasileiros* (Jacob Gorender, n.9, 1960); *O programa do gabinete Trancredo Neves* (Grupo técnicos, n.11, 1961); *A burguesia nacional e a crise brasileira* (Alves, n.15, 1962).

dogmático e suas distorções decorrentes, buscando, sem pôr em causa a sua validade na interpretação da realidade, desfazer confusões passadas. Em esboço esses textos atestam: "os marxistas brasileiros, dogmaticamente, limitavam-se a aplicar à nossa realidade fórmulas gerais, rígidas, tiradas da prática de países de formação histórica diferente da brasileira" (Paiva, 1958: 291). A ausência de espírito crítico levou a práticas deformadoras "de natureza dogmática e até mística, relacionadas, como se sabe, ao culto da personalidade de Stálin. O fenômeno, está claro, se manifestou de modo variado em cada país. Entre nós, chegou a atingir proporções inflacionadas" (Gorender In *E.S.*, n.3-4, 1958: 350).

Assim, iniciava-se um longo trabalho no sentido de reexame do marxismo e da realidade nacional. Tal iniciativa não era mérito apenas dos comunistas brasileiros, mas fazia parte de um amplo movimento que se processava também na União Soviética – "onde existe um sério e profundo reexame no terreno da História em geral, e no da História da URSS, em particular [...]. O que aconteceu foi que os historiadores afastaram-se do terreno científico, não levaram na devida conta as leis do desenvolvimento social. Daí os erros e equívocos cometidos" (Borges In *E.S.*, n.6, 1959).

Enquanto as outras revistas falavam em nome do marxismo-leninismo-stalinista, *Estudos Sociais* deixava claro seu distanciamento em relação ao último. Considerado em algumas das publicações passadas como o quarto clássico do marxismo, o stalinismo era assim apresentado:

> *"Lênin soube aplicar ao particular da Rússia o que é geral na teoria de Marx e Engels, extraindo daquele particular todo uma acervo de novos elementos para o geral da teoria marxista. Esta dialética foi seriamente violada por Stálin, apesar de ter sido importante marxista (...). Desvinculado*

das particularidades e das singularidades em que deve se manifestar e concretizar, o geral se afasta da realidade objetiva em devenir, tende a se transformar e acaba se transformando em pura abstração, adquirindo afinal um caráter de entidade metafísica. Este desvio gnosiológico se fez acompanhar de outro ainda: a arbitrária elevação a categoria de generalidade do que não representava senão particularidade e, às vezes, apenas singularidade. Perdeu-se de vista que entre geral, particular e singular não há somente unidade, mas também contradição. A preocupação se concentrava em encontrar os exemplos brasileiros das teses marxistas, os quais se agregassem mecanicamente aos exemplos de outros países, e não o modo particular de manifestação de leis universais na realidade social de nosso país"(Gorender In *E.S.*, n. 3-4, 1958: 351).

Críticas mais profundas foram feitas. O décimo nono número da revista publica um texto de Georg Lukács chamado *Carta sobre o* stalinismo, no qual o filósofo discorre acerca de diversos pontos pouco aprofundados no relatório de Kruschev. Deste modo, para o autor, o "culto a personalidade" não deveria ser explicado como um desvio de caráter individual. Stálin era o "vértice de uma pirâmide que, alargando-se sempre na direção da base, compunha-se de 'pequenos Stálins', os quais, vistos de cima, eram os objetos e, vistos de baixo, eram os produtores do 'culto da personalidade'" (Lukács in *E.S.*,n.19, 1964:291). Outro problema de suma importância para os renovadores é apontado por Lukács, referimo-nos à tendência staliniana de abolir as mediações, em "instituir uma conexão imediata entre os fatos mais crus e as posições teóricas mais gerais" (Lukács, In *E.S.*,n.19, 1964: 295)[64].

---

[64] Ainda de acordo com Lukács esse problema não escapou ao humorismo russo: "Perguntava-se: 'Qual a diferença entre Hegel e Stalin?'. E vinha a resposta: 'Em Hegel, há a tese, a antítese e a síntese; em Stalin, há o informe, a crítica do informe e a tomada imediata de medida organizativas'"(Lukács, 1964: 294).

Deste modo, convencidos da necessidade de mudança, alguns comunistas brasileiros se inspiravam no autor sobredito. Carlos Nelson Coutinho, em carta ao filósofo (1963), diz: "Creio que suas obras fornecem, aos marxistas realmente dialéticos, o melhor e mais inteligente desenvolvimento deste pensamento". O novo cenário era dado como certo –"Felizmente, tudo indica que os caminhos do marxismo contemporâneo não são de modo algum os do stalinismo, é no sentido do seu pensamento e daquele de Gramsci que a investigação marxista se orienta hoje"[65].

Estava claro, contudo, que a autocrítica já havia sido feita. Era chegada a hora de desenvolver uma nova prática. Nesse sentido, embora discuta sobre o dogmatismo e as conseqüências do "marxismo vulgar", sua publicação norteia-se pelo estudo sistemático da realidade econômica, política e social do país, cujo trabalho deveria ser realizado por escritores comprometidos com o desenvolvimento democrático do mesmo.

2.3. O Grupo

A *Estudos Sociais* apresenta, nesse sentido, um projeto comum; um fio condutor perpassa toda revista dando-lhe certa coerência e ligando o grupo responsável. Todavia, um olhar mais atento pode nos revelar certas divergências , conduzindo-nos aos limites de sua abertura.

O depoimento de Jorge Miglioli e Leandro Konder sobre as reticências aos textos de Lukács e Carlos Nelson Coutinho, ambos envolvendo Jacob Gorender,

---

[65] Cf. Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sergio (orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo.* São Paulo: Boitempo, 2002: 142.

serve-nos como um primeiro indicativo. Comentando sobre o relacionamento entre os membros do conselho editorial, Konder disse que:

> *"De um lado* [estavam] *Jacob Gorender, Mário Alves (duas pessoas muito respeitáveis, muito sérias) e fechando com eles Astrojildo Pereira. Um trio de peso! Do outro lado o Armênio, meio romântico, meio atabalhoado, desajeitado. Ele não queria ser hábil, queria meio que tumultuar. Aí de repente ele criticou o fato de não se abrir espaço para os jovens na revista. Então, a revista foi assimilando alguns jovens intelectuais comunistas, entre os quais: Fausto Cupertino, Jorge Miglioli e eu"* [66].

As lembranças de Miglioli não desmentem as de Konder:

> *"O mais próximo de mim era o Armênio Guedes, foi quem me levou para a revista. Aliás, uma pessoa de quem eu sempre gostei muito - adoro o Armênio! Além de gostar dele como um cara de esquerda - uma pessoa arejadíssima, com um espírito extremamente jovem [...]. Outros estavam no meio, como Alberto Passos Guimarães, que era mais próximo da linha democrática, mas ao mesmo tempo tinha ranço stalinista. Curiosamente, hoje em dia uma personagem muito respeitada na esquerda brasileira, Jacob Gorender, era da linha tradicional - linha dogmática do partido. Jacob Gorender e Mário Alves [...] eram da linha mais tradicional do partido"* [67].

A proposta inicial da revista, como foi dito, era ser uma publicação do partido diferente das demais. Os planos incluíam: uma independência maior em relação ao comitê central; um debate mais amplo e com uma perspectiva

---

[66] Leandro Konder em entrevista realizada em 2000, por ocasião da iniciação científica. Jorge Miglioli, em entrevista (1999), também comenta sobre a importância da presença dos jovens: "O pessoal da corrente mais democrática procurava levar jovens para o partido, porque os jovens não foram formados na tradição stalinista, não tinham aqueles calos antigos. Assim é que eu fui para a revista".

[67] Entrevista realizada em Campinas, novembro de 1999, por ocasião da iniciação científica.

teórica/analítica que destoava das outras revistas do PCB. Esse ponto era pacífico. De acordo com Gorender, assim como os demais entrevistados, o surgimento de *Estudos Sociais* (1958) estava intrinsecamente ligado à nova política, cuja orientação não permitia a interferência direta do partido na sua imprensa. A mudança se constituiria também em não ficar preso à importação de modelos teóricos e tampouco às teses do Partido Comunista [68].

Mas, como recorda Gorender, ao longo de seis anos de existência as coisas foram evoluindo e divergências nasceram em torno do conteúdo da abertura, destacando-se duas tendências. Na primeira, mais à esquerda, encontramos Gorender e Mário Alves; a outra, que na avaliação do primeiro, era "conciliadora", "ligada ao João Goulart", foi polarizada por Armênio Guedes. E "Armênio era contra radicalismos!" .

Ao perguntar a Armênio Guedes se todos na revista poderiam ser identificados com o grupo de renovadores do partido, respondeu: "Eu diria que sim, mas havia nuanças. E no decorrer da revista essas nuanças se acentuaram. Mas havia os mais e os menos abridistas. O grupo de Astrojildo, eu, secretário da revista, mais alguns outros companheiros, como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, foram dessa tendência, digamos abridista (...)"[69]. Do outro lado, estavam Jacob Gorender e Mário Alves. Todos os entrevistados dividiram o grupo editorial dessa maneira, apenas Astrojildo Pereira parecia não estar claramente vinculado a uma das posições. Enquanto Miglioli o associa com os mais ortodoxos, Armênio não hesita em colocá-lo junto a si.[70]

---

[68] Em entrevista realizada em 2002.
[69] Em entrevista realizada em 2003.
[70] Na opinião de Miglioli, Astrojildo era dogmático. E afirma: "em termos de linha política, não era a minha" (Miglioli, 1999). Armênio diz também que apesar de Astrojildo ser

Assim, embora todos tivessem o compromisso de "passar a limpo a imprensa comunista", fundando a *Estudos Sociais* com esse propósito, surgiram diferentes expectativas em relação ao caráter dessa mudança. Parte do conselho editorial acreditava que a iniciativa era em si suficiente; afinal a revista era sem dúvida mais teórica e independente que os periódicos passados – e embora não fosse "uma total ruptura com as coisas, (...) era um avanço grande na concepção da revista"[71]. A outra apresentava maiores expectativas e inquietudes – eram jovens.

Obviamente isso não explica tudo, mas aponta-nos para a formação de uma outra geração – essa muito mais próxima da universidade e do padrão acadêmico de produção. De modo que não eram apenas "arroubos da juventude", mas o esboço de um novo intelectual comunista, com uma idéia diferente de produção intelectual e, principalmente, da sua ligação com a sociedade e com a política[72]. Todos os jovens presentes na revista, como Jorge Miglioli, Fausto Cupertino, Leandro Konder, Helga Hoffmann, embora intimamente ligados ao PCB - alguns inclusive, como Miglioli, funcionário do partido - tinham atividades na universidade.

Mas outro fator também pode servir-nos como indicador desse novo perfil, refiro-me à recepção do relatório Kruschev e à crise do stalinismo por parte

---

simpático ao grupo ao qual pertence, ficou mais "numa posição de juiz". "Ele queria garantir a revista como ela era - essa é que é a verdade. E via [como] saída se manter como diretor" (Guedes, 1999).

[71] Armênio Guedes, em entrevista a autora, São Paulo, 1999.

[72] Hobsbawm, referindo-se à crise do stalinismo, diz: "A tradição central do marxismo tinha sido marcada pelo imobilismo e pela esclerose, e o processo de revisão da análise marxista fora artificialmente adiado (...), porque, para a maior parte dos marxistas a partir de 1900 e seguramente para todos os que se formaram nos movimentos comunistas, as palavras "revisão" e "revisionismo" significavam o abandono ou mesmo a traição do marxismo. Quando se verificou o movimento de revisão das análises marxistas, ele chegou, portanto, de um modo inteiramente imprevisto, e o conflito que daí surgiu entre velhos e novos marxistas foi dramático." (Hobsbawm, 1989: 41)

desses intelectuais. Agildo Barata, Osvaldo Peralva e outros militantes, cuja parte considerável da vida fora dedicada ao comunismo, chegaram a adoecer. Não apenas a causa comunista, mas o próprio partido era uma referência e suas vidas organizadas em função dela. Talvez o poema seguinte consiga nos dar uma idéia dessa ligação:

> *Esta vida, minha terra e meu povo*
> *Esperança, cantiga, liberdade*
> *Esta flor que balança docemente*
> *Flor do futuro, Partido, minha vida*[73]

Os jovens intelectuais comunistas, por outro lado, tinham uma relação completamente diferente. Nesse sentido, os depoimentos de Miglioli, Konder e Hoffmann são bastante ilustrativos.

> *"Tinha um garoto, um rapaz jovem, que apesar de jovem era da linha dogmática. Eu lembro desse menino num dia em que estava com ele na sede do partido, no Rio. O Prestes passou e os olhos do menino pareciam lâmpadas, brilhando de admiração. Adoração! Eu não tinha a mínima adoração pelo Prestes (...). Eu vi que os olhos dele brilhavam. E pensei: "Xi!. Esse aí não é da minha turma"* (Miglioli, 1999)[74].

---

[73] Poema de Aluísio de Medeiros (*A flor do futuro*). Cf. Moraes, 1994: 91.

[74] Jorge Miglioli, em entrevista realizada em 1999. Helga Hoffmann, na época membro da UJC, tem uma visão distante da crise do stalinismo, apesar de ter acompanhado e lido sobre o assunto, não teve o impacto que causara em outros militantes. O seu problema com o comunismo viria um pouco mais tarde, em 1962, por ocasião de uma visita à União Soviética. "E eu vejo que não é o regime dos meus sonhos" – Hoffmann, em entrevista realizada em São Paulo, em 2003.

É certo que a crise do stalinismo contribuía para uma postura mais independente e crítica em relação ao partido. Mas, mesmo ante o reconhecimento da necessidade de renovação, muitos foram os que não conseguiram desenvolver uma prática diferente. Outros, por sua vez, mesmo antes do XX Congresso assombrar os comunistas brasileiros, não se enquadravam no perfil ideal de militante.

> *"Eu fui um mal militante, porque não era um marxista mesmo, era um materialista vulgar, determinista. Além disso, tinha um problema pessoal. Na época o grande programa da minha vida era uma festinha de sábado à noite, sempre no bairro de Ipanema. E a festinha em geral se prolongava até tarde, manhã de domingo. A tarefa principal da minha organização de base (chamava-se célula) era a distribuição de material de propaganda na favela no domingo cedo. Havia uma incompatibilidade entre a festinha de sábado e a tarefa de domingo. Então eu faltava muito, era criticado. O pior é que eu era criticado e me arrependia – sinceramente. Eu não era cínico não! Eu ficava assim: 'eu sou um pequeno burguês vacilante, comodista, individualista'. Mas não conseguia me corrigir. Cheguei até a ser suspenso. Não fui expulso, mas suspenso. Fui salvo por Nikita Kruschev, com a desestalinização, com o informe do XX Congresso. De certa forma ele resgatou minha trajetória sinuosa de mal militante. Passei a ser visto pelos dirigentes como precursor da revolta contra os velhos métodos stalinistas. E na verdade eu não era anti-stalinista. Eu achava que o stalinismo era uma coisa normal, necessária. Não simpatizava com os métodos, mas também não era contra isso, acreditava que eles eram necessários. 'A revolução é isso mesmo e partido funciona dessa forma!'"*[75].

---

[75] Leandro Konder, em entrevista, 2000.

Essa postura em relação ao trabalho militante pode aparecer-nos, a primeira vista, como traço da personalidade, por exemplo. Mas a reincidência nas entrevistas desperta-nos a atenção, esboçando a sombra de um perfil "coletivo".

> *"Nelson Werneck foi meu colega de sala no ISEB. Foi um horror! Posso te contar, apesar de não ter nada a ver. Tinha uma poltrona fantástica, chegava depois do almoço e tirava uma soneca. Daí puseram Werneck na mesma sala e acabou o conforto. Ele era tão quadrado!. Eu me dava muito bem com ele, mas ele era quadrado. Ele entrava (...) botava a máquina em cima da mesa, puxava umas folhas de papel da gaveta e começava a escrever direto na máquina, fazendo pauta do lado esquerdo e no lado direito. Eu ficava impressionado. No lado esquerdo a máquina faz naturalmente, mas ele conseguia fazer no lado direito. Escrevia o tempo todo. Porra, aí me atrapalhou a vida. Podia ir mais devagar, curtir mais devagar..."*[76].

Não apenas o comportamento, mas as leituras e os temas presentes no meio desses jovens comunistas expressam novos ares. Nesse ponto, em especial, Armênio Guedes foi muito sagaz, cumprindo um papel estratégico em *Estudos Sociais*[77]. A experiência universitária com a do partido, permitia a combinação do marxismo com outras correntes do pensamento, particularmente o existencialismo.

> *"A gente lia Sartre (...) tentava ler o Ser e o Nada do Heidegger, tinha o negócio da angústia, a influência dos existencialistas. Outra bíblia do*

---

[76] Miglioli em entrevista realizada em 2003.

[77] Leandro Konder, Helga Hoffmann e Jorge Miglioli afirmaram que o contato com a revista foi através de Armênio Guedes. Hoffmann que conhecia Miglioli da Faculdade de Filosofia não lembrava dele na revista. Nas suas recordações, ela havia escrito quando Armênio ainda era o secretário, pois a mediação entre seus textos e *Estudos Sociais* era feita por Armênio Guedes – embora já fosse Miglioli o secretário.

feminismo era a Simone Beauvoir, eu lembro que eu li, acho que no primeiro ano de faculdade, o Segundo Sexo (...). Então era A origem da família e da propriedade privada, como crítica do casamento - resumindo, não é bem isso que ele quis dizer - e o Segundo Sexo da Simone Beauvoir"[78].

Na revista existem dois textos particularmente simpáticos a Sartre, um de Carlos Nelson Coutinho (*Do existencialismo à dialética: a trajetória de Sartre*, 1963), que de acordo com Leandro Konder , estava em torno dos seus 17 e 18 anos, e outro do próprio Konder (*Sartre, suas contradições formais e seus méritos*, 1960). As inquietações a respeito do individuo moderno surgiam para o marxismo brasileiro, estando presente em *Estudos Sociais*. Adam Schaff, na décima edição da revista, responde à seguinte questão: *Por que o existencialismo ficou em moda?* (*Marxismo e existencialismo*, 1961). Segundo o autor, o marxismo havia negligenciado esses problemas e após a crise do stalinismo seria de se esperar que viessem à tona com grande força:

"Será acaso espantoso que, diante da revelação dos abusos e deformações, aqueles que antes se submetiam a todas as decisões porque as consideravam justas, tenham formulado para si mesmos perguntas sobre a responsabilidade do indivíduo por seus atos, sobre o conflito entre a consciência e a disciplina, sobre o lugar e o papel do indivíduo nos movimentos de massa, sobre a decisão a tomar quando nos encontramos diante de normas de comportamento contraditórios sobre os conflitos morais que daí resultam, etc? Não; certamente nada há nisso de espantoso. Este fenômeno é absolutamente normal e compreensível. Eu diria mais: aquele que não foi transtornado de um modo ou de outro por esta situação, aquele que não repensou estes problemas (sob a condição, entretanto, de já os ter

---

[78] Hoffmann, em entrevista, São Paulo, 20/03/2003.

pensado), ou é absolutamente primitivo, ou sofre de uma dessensibilização moral de último grau" (Schaff In *E.S.*, n.10, 1961:211).

Deste modo, as mudanças do movimento comunista internacional, do cenário brasileiro, da atividade intelectual, colocavam novas questões ao marxismo, possibilitando um rico debate no período. Obviamente não falamos de algo já constituído, portanto, definido, mas antes de um processo ainda em construção, logo, com conflitos. Assim questões acerca do papel do individuo, do intelectual, da mulher dentro do comunismo tocavam a orla do partido – nem sempre sendo bem recebidas. Helga Hoffmann, única mulher a contribuir em *Estudos Sociais*, chegava à União da Juventude Comunista e a Faculdade Nacional de Filosofia aos 17 anos[79]. A relação com a faculdade e mesmo o partido não foi sempre tranqüila:

"eu quase fui expulsa da Faculdade Nacional de Filosofia, por algo que o Arenildo Viana, o reitor, chamava de ninho comunista (...) naquela época era muito na batalha,(...). Nesse assunto de feminismo, eu tinha uma bíblia (...) A origem da família e da propriedade privada, do Engels. Tudo depende da leitura que a gente faz, mas eu li na minha juventude, a leitura que eu fiz é de uma tremenda crítica ao casamento. Para mim colou por outras razões, porque eu também não era muito entusiasta do casamento. Eu não queria ter uma vida igual da minha mãe, trabalhou igual uma desgraçada para educar cinco filhos, não era uma coisa que eu queria para o meu futuro (...). Eu falava naquela época que casamento é uma prostituição, para mim era igual (...) casar só para um homem te sustentar (...) naquela época tinha já mulheres no mercado de trabalho, mas... Hoje, imagina que a mulher vai

---

[79] "Quando eu fui para o Rio eu estava no terceiro ano clássico, eu tinha menos de 18 anos, foi toda uma batalha (...). Fui sozinha. Sozinha não, porque quem organizou a minha ida foi o partido. Foi quem fez contato com meus pais, garantiu que tomava conta, arrumou um quarto..." Helga Hoffmann, em entrevista.

casar para sair da dependência do pai para ser sustentada pelo marido. (...) O partido era bem convencional, eles tinham uma estrutura familiar bem machista. O Armênio era a exceção. (...) eram todos bem convencionais. A mulher ficava cozinhando, lavando as roupas e eles fazendo política. E as idéias sobre os filhos, nossa Senhora! Era bem convencional, tinha que casar tudo bem certinho (...) você tinha que se comportar no privado de forma a não ficar chocando, atrapalhando a atividade política"[80] .

Esses novos ares pareciam trazer uma "leveza" maior com relação ao partido e à militância, não implicando necessariamente em falta de convicção, seriedade e trabalho duro. Perguntado sobre a função de secretário, Miglioli responde:

"A função era: participar da reunião, discutir os artigos, ler os artigos antes de publicar, sugerir artigos, sugerir traduções, imprimir a revista, fazer revisão, levar para a gráfica. Então, quando vinham aqueles paulistas safados dizendo: 'pô carioca, não está trabalhando' (...) Eu pensava: eu atravesso a avenida Rio Branco com quarenta graus na sombra (...) Depois eu fui para o Comitê de Agitação e Propaganda, Aí era a mesma função, tinha que imprimir outras coisas (...). Mas eu gostava (...) O salário não era lá grande coisa, virei funcionário do partido, sem registro, é claro. Pelo menos quatro anos de trabalho na minha vida ... eu não tenho comprovante que era membro do partido, do ISEB. Pelo menos quatro anos eu trabalhei sem registro, mas eu gostava daquilo"[81].

Obviamente essas diferenças implicavam também em divergências em relação ao projeto da revista, porém, não impossibilitaram a existência de um eixo comum ao grupo. Como foi dito, havia entre eles a clareza de que a *Estudos*

---

[80] Hoffmann, em entrevista, São Paulo, 20/03/2003.
[81] Miglioli, entrevista realizada em 2003. Gorender, em entrevista, afirmou que Jorge Miglioli era o "carregador de piano" da revista.

Sociais deveria ser diferente das outras publicações do PCB. Em se tratando do projeto, todos concordaram. Mas na concretização deste as diferenças não tardaram a surgir. Nem todos viam a abertura do mesmo modo, foi então que: "dentro da revista se formou, depois de alguns números (cinco ou seis números), uma certa divergência entre aquilo que nós chamávamos, no período depois do XX Congresso, de "abridistas" e "esquerdistas"[82].

Todas as entrevistas confirmaram a existência de divergências dentro de *Estudos Sociais*, levando à formação de duas tendências. Mas se era consenso a importância de uma revista não sectária e teórica, sendo mesmo uma orientação do partido, qual era o significado dessa divergência? As entrevistas, mas sobretudo a leitura dos textos, nos ajudam a entender que ambos os grupos vêem não apenas a abertura da revista, mas as alianças políticas entre nacionalistas de modos distintos. De acordo com o próprio Gorender, essas diferenças políticas refletiram dentro da revista, influenciando na seleção de textos e colaboradores.

Segundo Armênio Guedes, para o outro grupo a *Estudos Sociais* deveria ser um espaço no qual se publicasse apenas artigos de marxistas. Enquanto, para os "abridistas", a revista deveria privilegiar um debate acirrado entre as diversas interpretações sobre a realidade brasileira. Gorender, o único entrevistado associado à tendência mais fechada, não compartilha da mesma opinião – negou a existência de problemas com o texto de Lukács e disse ter sido amplamente favorável à participação de colaboradores não marxistas[83]. No entanto, ao olhar o

---

[82] Armênio Guedes, em entrevista, 1999.

[83] De acordo com Armênio Guedes, a tensão chegou a tal ponto que ele optou por sair da secretaria, ficando apenas no conselho de redação. Mas mesmo assim "a revista não perdeu suas características, como queria o outro grupo. O grupo conservador queria que fosse uma revista marxista rígida, que publicasse trabalhos considerados por nós como trabalho de marxismo" (Guedes, 1999).

índice geral da revista constatou, surpreso, que a maioria, se não era do partido, "era gente muito próxima".

De fato a tensão parece não se resumir em ser ou não marxista. Posto que Caio Prado e suas idéias não aparecem, algumas obras de isebianos, como Álvaro Vieira Pinto, são elogiadas e Josué de Castro (o único não marxista citado por Gorender e Miglioli) publica um artigo sem maiores problemas.[84] Significativo é o texto de Castro afirmar a tese sobre feudalismo, a estrutura agrária arcaica do Brasil, sobretudo do nordeste, discutindo a relação desse problema com a fome e a superação dessa situação na China. Talvez isso corresponda mais ao critério para colaborar na revista do que ser necessariamente marxista. Nesse sentido, compartilhar da tese central dos comunistas é importante. Lembremos que para o partido era fundamental conduzir o movimento nacionalista [85].

Miglioli, questionado sobre a possibilidade de se publicar na *Estudos Sociais* análises que negassem o feudalismo no Brasil, tal qual a de Caio Prado, disse:

> *"Dificilmente. O Caio publicou a versão dele no congresso, em 60, no jornal Novos Rumos, que era impossível vetar, seria um escândalo, porque ali se publicava a opinião de todos os comunistas (...). Então o Caio foi*

---

[84] Deve-se ressaltar, no entanto, que muitos autores são desconhecidos da autora, não fazendo nem mesmo parte das lembranças dos entrevistados. Como disse Hoffmann, em entrevista, algumas pessoas eram muito "conjunturais".

[85] Embora Caio Prado fosse marxista e comunista sua análise sobre o Brasil diferia da posição do PCB. Não há nenhum artigo seu ou sobre sua tese, apenas um texto criticando sua análise da conjuntura política do país e uma resenha sobre a *Revista Brasiliense*. Isso, porém, não impediu o fluxo dos colaboradores. Miguel Costa Filho, que publicou diversos textos na revista *Estudos Sociais*, também escreveu para a *Brasilense*. E não foi o único: Hermínio Linhares, Paschoal Lemme, Josué de Castro, Renato Arena, Sérgio Costa Franco, Zdenek Hampejs, Moisés Vinhas, Pedro Borges e Manuel Correia também contribuíram com a revista de São Paulo. Acrescentam a lista dois integrantes do conselho editorial: Rui Facó (n.38, 1961) e Astrojildo Pereira (n.48, 1963).

publicado num jornal do partido, mas dentro do congresso. Supostamente o congresso é o momento de maior liberdade do partido, onde se pode expressar todas as opiniões. Agora, o que vai acontecer depois com você a gente não sabe. Mas no momento do congresso você pode expressar. Então, dificilmente aquele artigo do Caio seria publicado na revista, se fosse, seria provavelmente com um artigo do lado, o Jacob Gorender ou Mário Alves, falando outras coisas, entende?"[86].

Portanto, embora a *Estudos Sociais* represente um avanço dentro da imprensa comunista, sendo muito mais aberta a contribuições de estudos sobre a realidade nacional, bem como tendo uma certa autonomia frente ao PCB, apresentou limites dentro dessa proposta. Isso ficará mais evidente com a discussão de seus textos, guardada para o próximo capítulo.

Antes, buscamos esses aspectos nos próprios depoimentos. De acordo com Guedes, a revista esperava ter uma penetração maior na universidade e no meio intelectual. Visando não apenas os quadros do partido, "mas todas as forças políticas interessadas em estudar, interpretar e fazer propostas para o país. Nós queríamos que a revista desse material de formação para a política do partido; matéria-prima, a base do conhecimento da vida da sociedade e do pensamento brasileiro"[87].

Como fornecer base teórica para a política do partido, se muitas vezes a produção da teoria estava submetida a ela? Para Miglioli, os limites nesse sentido foram claros, "pois a revista era do comitê central, não era ligada ao partido, era do partido. Então a linha da revista era a linha do partido, o conselho da revista

---

[86] Miglioli, em entrevista realizada em 2003.
[87] Entrevista realizada em 1999.

era gente do partido". Exemplo ilustrativo de como os limites dessa abertura prejudicaram um maior alcance de *Estudos Sociais* e suas idéias, foi a não criação do *Centro de Estudos Sociais* (CES).

Para o secretário da revista, o CES era uma idéia pretensiosa, semelhante ao ISEB, mas de esquerda, do partido. Seria um instituto que congregaria todos os intelectuais progressistas do Brasil, portanto, não necessariamente comunistas. A presidência seria dada a Nelson Werneck Sodré. Mas o instituto acabou na primeira reunião, durante a definição da sua linha política.

> *"Enquanto discutíamos esse caráter, o Jacob Gorender tirou do colete a decisão - já tinha vindo com a decisão. Ficamos horas discutindo como é que deveria ser o instituto e quando chegamos à conclusão do seu caráter amplo, Jacob tira a decisão do bolso do colete, dizendo que o partido decidiu.... Acabou"*[88].

A criação do CES chegou a ser divulgada no final da décima quinta edição da revista (1962), a qual caberia divulgar seus trabalhos e atividades. O centro seria composto de sete departamentos: artes (englobando artes plásticas, cinema, literatura e teatro), economia, história, história do movimento operário, política e sociologia. O anúncio refere-se à primeira atividade do instituto, cujo programa estava definido:

> *"Inicialmente o CES patrocinará, em janeiro de 1963, uma série de palestras de Jacob Gorender, sobre o tema: 'O marxismo como filosofia humanista de nosso tempo'. Em seguida, estão previstas outras séries de conferências entre as quais uma, de Nelson Werneck Sodré, sobre "Evolução*

---

[88] Miglioli, em entrevista, 1999.

histórica do Brasil"; o CES promoverá também um curso introdutório, de quatro palestras para cada departamento. No próximo número desta Revista, daremos melhores informações sobre estas e outras atividades do CES" (E.S., n.15, 1962: 319)

Apesar da promessa de maiores informações, não encontraremos mais nenhuma menção ao centro.

2.4. As principais preocupações

2.4.1. Da área de economia e política

O documento político elaborado pelo Partido Comunista, em março de 1958, faz uma análise da sociedade brasileira. Define a estrutura econômica nacional como fundamentalmente agrícola, sendo esta pautada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho - cujo conjunto da produção estava direcionada para o mercado externo, do qual a economia do país dependia. É dentro desse cenário atrasado que se processava "um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência..." (*Declaração de Março* In Documentos, 1980:4). Mas existia um fator de entrave dificultando o avanço desse capitalismo no Brasil: o imperialismo norte-americano. Para os comunistas do período, o imperialismo, o latifúndio e os restos feudais sobreviventes em nossa sociedade eram as chaves centrais para se compreender o subdesenvolvimento brasileiro. Não é por acaso que nas vinte e sete páginas do documento, os termos "imperialismo", "imperialista" e "antiimperialista" são mencionados 69 vezes. Assim também para *Estudos Sociais*:

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTR
SEÇÃO CIRCULAN

"Independentemente das peculiaridades do processo de revolução democrática em nosso país, ele só será completado quando liquidadas as duas contradições fundamentais que deve superar, a opressão imperialista e as relações pré-capitalistas no campo" (Paiva In *Estudos Sociais*, n.3-4, 1958:290).

O movimento de releitura da obra marxiana decorrente da crise do stalinismo e do modelo único de revolução, pautado na experiência soviética, despertou a atenção para as diferentes vias de construção do socialismo - a *questão nacional* destacava-se entre os marxistas brasileiros. Dentre as áreas mais abordadas na revista - economia e política, e, em certa medida, história – a preocupação não é outra. Os mais diversos temas perpassam o atraso brasileiro, a necessidade de desenvolvimento e emancipação do país. Internamente o que alimentava tamanho atraso era o monopólio da terra, sendo a *questão agrária* fundamental para se entender o problema nacional.[89]

"Suas causas originais devem ser situadas no caráter colonial e semi-colonial de nossa economia, nas condições objetivas que se instituíram com a extrema concentração da propriedade e da riqueza, e na atuação, consciente, das oligarquias agrárias e de outros poderosos grupos econômicos, através de sua participação no Estado, desde épocas remotas

---

[89] A história e os dados sobre o desenvolvimento no campo não negavam: "A conservação dos restos feudais, ou as relações de produção pré-capitalistas,estava condicionada essencialmente: a) a uma relativa imobilidade econômica e social no campo; b) ao ritmo lento no desenvolvimento industrial nas cidades, de modo a não exercer forte pressão sobre o campo e suas retardadas relações de produção (...). Assistimos e vivemos agora a mais importante etapa da luta que se trava entre o latifúndio semifeudal e o progresso do Brasil. Existem todas as condições, objetivas e subjetivas, para a derrota completa do latifúndio semifeudal. Aí está sua irremediável decadência econômica, sua comprovada incapacidade de acompanhar o ritmo atual de desenvolvimento do conjunto da economia brasileira e a atender às necessidades de crescimento do nosso mercado interno. Aí está a correlação de forças sociais flagrantemente contrária ao latifúndio, em posição de derrotá-lo" (Facó In *E.S.*, n.1, 1961:308).

> *até os nossos dias .(...). As limitações ao mercado interno, determinadas pela conservação de uma estrutura anacrônica e inadequada ao desenvolvimento das forças produtivas, condicionaram práticas monopolistas e impuseram soluções contrárias aos interesses nacionais". (Guimarães* In *E.S.*, n.19, 1964:236)

É recorrente o resgate histórico da formação da propriedade no Brasil - a luta pela terra, a formação dos engenhos, o desenvolvimento de propriedades mais próximas do modo de produção capitalista e as diversas relações de trabalho presentes ao longo dessa história (escravidão, servidão, trabalho livre).

Sobre o tema, destacamos os seguintes textos: "Os fundos de colonização e sua importância para a questão agrária brasileira" de Manuel Paiva (1958); "A posse útil entre os quilombólas" de Duvitiliano Ramos (1958); "O problema da terra em Pernambuco: as terras dos índios" de Fragmon Carlos Borges (1958); "Alguns aspectos da formação dos engenhos e das fazendas" de Alberto Passos Guimarães (1959); "Fatores contrários ao crescimento da produção agrícola brasileira" de Grupo de Técnicos (1960); "Notas sobre o problema agrário" de Rui Facó (1961); "Questões sociais e econômicas de Minas Gerais" (1961); "Dois caminhas da reforma agrária" de Mário Alves (1962); "A questão agrária brasileira" de Alberto Passos Guimarães (1962); "Regionalização da reforma agrária de Orlando Valverde (1963); "Estrutura fundiária e tipos de exploração agrícola em Pernambuco" de Manuel Correia de Andrade (1964). Deste modo, excetuando as particularidades de cada ensaio, os dados de cada realidade analisada, o problema em questão é, em geral, o acima apontado.

Ao considerar o latifúndio como entrave ao desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade, herança de um passado que teima em se manter

vivo servindo de obstáculo ao avanço das forças produtivas, a solução apresentada é a ruptura - uma "reforma agrária radical".

> *"Assim, tanto no terreno objetivo como no plano subjetivo amadurecem as condições que fazem necessária e inevitável uma reforma agrária. Não corresponde à realidade a concepção de certos nacionalistas burgueses e de seus seguidores de esquerda, que se esforçam por destacar do processo revolucionário brasileiro o aspecto nacional, imprimindo-lhe um caráter absoluto. Os fatos demonstram que a revolução há de ser, em sua essência, não apenas antiimperialista, mas também agrária"* (Mário Alves In *E.S.*, n.1, 1962: 19).

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre esses problemas, os intelectuais organizados na revista *Estudos Sociais* se debruçam principalmente sobre os seguintes temas: *a questão agrária* e o *problema da posse da terra no Brasil*; *a tensão entre capital estrangeiro e capital nacional*; *a desigualdade entre as regiões do país* - com destaque para o problema do nordeste; *o capitalismo contemporâneo* - mudanças e permanências; *as alianças políticas; coexistência pacífica; atuação do capital estrangeiro no país* - criticando as altas taxas de lucros remetidas para o exterior; e *a estatização dos setores estratégicos da economia* - com a defesa da Petrobrás e duras críticas ao setor de energia elétrica, monopolizados então pela a Light e a Bond & Share. Existem, evidentemente, temas destoantes, mas a tônica geral é dada por essas questões.[90]

---

[90] Alguns exemplos: "Mais ainda, nos últimos quinze anos o desenvolvimento econômico brasileiro determinou o surgimento de uma série de grandes empresas estatais – como a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, etc. – e projetou alguns grandes grupos econômicos nacionais, fazendo com que diminuísse consideravelmente o peso específico dos grupos Light e Bond & Share na economia brasileira" (Almeida. In E.S., n.9,1960: 60).

De acordo com João Quartim de Moraes (1995), as análises marxistas desse período esboçam o predomínio do raciocínio econômico. Essa tendência talvez ultrapasse os limites do marxismo, posto que o período considerado (anos 50 e 60) é marcado por grandes lutas e opções em torno dos rumos a dar ao desenvolvimento econômico do país (Brandão, 1997)[91]. A importância da economia é confirmada na revista, não porque os textos sejam em maioria dessa área - praticamente se iguala ao de política -, mas antes, pelas preocupações, ou como bem definiu o autor sobredito, por um raciocínio presente inclusive em outras áreas, como a história, por exemplo[92].

Mesmo que, para esses intelectuais, a "superestrutura política, jurídica, cultural, filosófica, religiosa, etc. e as instituições correspondentes, não [sejam mais] um elemento passivo com relação a esta [infra-estrutura]" (Fragmon Carlos Borges In *E.S.*, n.6, 1959:181), ainda assim:

"O capital estrangeiro esforça-se para continuar absorvendo largas somas da receita cambial, a fim de realizar transferências de lucros, pagamentos de serviços e retorno de capital; o setor nacional de nossa economia luta para que essa receita lhe seja reservada para a aquisição, no exterior, dos elementos indispensáveis ao progresso do país. Nos últimos anos, em face dos crescentes e vultosos investimentos diretos feitos no Brasil pelo capital estrangeiro, principalmente em virtude dos favores concedidos pelo regime da Instrução 113 (...) a luta tornou-se mais dramática.." (Milton Rei In E.S., n.11, 1961:313)

[91] Para além do processo de desenvolvimento econômico pelo qual passava o nosso país, alguns fatores, de aspectos mais gerais, conduziam a um re-despertar da análise marxista sobre a economia capitalista. Desde a Segunda Guerra Mundial ocorreram "mudanças profundas, inesperadas e imprevistas, na estrutura e nas vicissitudes do capitalismo" (Hobsbawm, 1989, p.35). Além disso, o fim do modelo único soviético, agora passível de críticas, tornou possível uma pluralidade de vias nacionais para o socialismo, sendo necessário um estudo sistemático da formação econômica de cada país. (Hobsbawm, 1989)

[92] Gorender atribuiu essa predominância ao fato dos colaboradores terem mais afinidade com a área, excetuando Leandro Konder que se dedicava mais a outras áreas. (2003). Mas para Miglioli, se considerarmos que naqueles anos o tema central era o caminho econômico do Brasil (capitalismo, socialismo, capitalismo democrático), a revista tem poucos artigos de economia. Menos se compararmos com outras publicações do período (Miglioli, 2003).

> *"partir da economia, tomando-se esta palavra no seu justo sentido, como o regime econômico de determinada sociedade, não é uma simples questão de método; é uma necessidade. É o único caminho a seguir por quem, realmente, deseja estudar os fenômenos sociais. Os fenômenos que têm lugar no regime econômico da sociedade, é que condicionam e determinam, no fundamental, os demais fenômenos sociais"* (Borges In *E.S.*, n.6, 1959:181)

A economia ainda era central. Conhecer as bases materiais de uma sociedade era parte essencial para a mudança. Mas transformações importantes sobrevieram, fundamentalmente após a segunda grande guerra e o capitalismo, apesar de não ser qualitativamente outra coisa, apresentava características novas, sendo o cenário muito mais complexo que o do século XIX. E assumindo, a batalha das idéias, um papel importante no desfecho revolucionário. Essa perspectiva antecipa, em alguma medida, a questão da hegemonia gramsciana, posta entre a esquerda brasileira na segunda metade dos anos sessenta (Coutinho, 1990). Sabe-se que a luta "é longa e complexa, não pode esperar a conquista do Estado para ser travada, exige o fortalecimento do poder de persuasão por parte dos revolucionários, precisa de um bom embasamento teórico e suas vitórias decisivas passam pela esfera da cultura" (Konder, 2003).[93]

2.4.2. Da filosofia e da estética

Como tivemos a oportunidade de mencionar, as notícias do XX Congresso do PCUS abalaram parte considerável da militância do PCB. Nesse período foram

---

[93] Cf. Konder, Leandro. "Gramsci e a crítica da modernidade". Resenha sobre *Os cadernos do cárcere*. Extraído do site GRAMSCI NO BRASIL.

inúmeras as baixas em suas fileiras, principalmente de um setor que nos toca em particular: os intelectuais, colocando-os a possibilidade e/ou a necessidade de um reexame do marxismo, procurando recuperar-lhe o aspecto "crítico e criador" de outrora.

No ISEB, autores como Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos somavam força nesse ensejo, fazendo da obra de juventude de Marx uma importante referência para o processo de renovação. De acordo com Caio Navarro de Toledo (1998: 257), "um dos significados desse movimento foi o de ressaltar o caráter existencial, ético e humanístico do pensamento marxiano". Em meio ao clima de crítica ao cientificismo vulgar que perpassou o marxismo, mas, ao mesmo tempo, de preocupação com o voluntarismo irracionalista (em voga através do existencialismo), um autor seria muito bem recebido por esses intelectuais: o filósofo húngaro Georg Lukács. A intenção era resgatar da obra marxiana não apenas os aspectos políticos e econômicos, mas também os aspectos filosóficos e estéticos (Toledo, 1998). O marxismo não era uma estrutura lógica centrada na crítica e análise exclusivamente econômica do capitalismo, mas uma corrente do pensamento que se diferenciava mediante a categoria da totalidade.

> *"É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa. A categoria da totalidade, a da dominação do todo sobre as partes, que é determinante e se exerce em todos domínios, constituem a essência do método que Marx tomou de Hegel e que transformou de maneira original para dele fazer o fundamento de uma ciência inteiramente nova. [...] E o que há de fundamentalmente revolucionário na ciência proletária não é apenas o facto de opor à sociedade burguesa conteúdos revolucionários, mas sim, em primeiro lugar, a essência*

revolucionária do próprio método. O reino da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência." (Lukács, 1986: 41)

A preocupação em não reduzir o marxismo a uma ciência econômica também pode ser encontrada nas páginas da revista *Estudos Sociais*. Vejamos:

"Com efeito, o conceito de comunismo compreende igualmente bens e valores, além das relações de produção e do acréscimo do bem-estar - valores, repito, dignos de serem considerados como fins em si e não como simples instrumentos [...]. As fórmulas em uso desde há muitos anos dizem que no socialismo trata-se de satisfazer 'as necessidades materiais e espirituais" (Kolakowski In *E.S.*, n.15, 1962: 298).

Destacadas as necessidades espirituais, a filosofia passava a ter papel fundamental. Como nos diz Paulo Arantes, referindo-se ao grupo de estudos de *O Capital*, o encontro em terras brasileiras do marxismo com a disciplina ocorre na virada dos anos 1950 para os de 1960. "Com o passar dos anos acabou surgindo daquele embrião meio improvisado, não os quadros de uma revolução que não houve, mas o que ainda existe de menos dogmático, mais inventivo e original no ensaio marxista de interpretação da experiência brasileira" (Arantes, 1998: 126). Essa iniciativa partia de intelectuais, principalmente cientistas sociais, e era uma reação que assinalava "repúdio ostensivo do marxismo dito soviético", o objetivo era "desasnar os marxistas brasileiros", "rejuvenescer o marxismo, que de catecismo voltaria a ser forma inspiradora de conhecimento vivo".

Embora falando de um outro círculo intelectual, a citação ajuda a entendermos o grupo ora estudado. Obviamente com muitas diferenças, posto que não fala a partir da universidade (somente), mas de dentro do partido que

trouxera, entre outras coisas, o stalinismo. Logo, o compromisso era, antes de tudo, com a transformação da sociedade. Embora, como tivemos a oportunidade de discutir, conhecimento e revolução não estivessem dissociados.

O encontro com a filosofia trouxera questões como o sujeito humano e os seus dramas, o resgate da dialética e, por conseguinte, a influência de Hegel em Marx. Podemos perceber isso lendo, em *Estudos Sociais*, os seguintes textos: "Pensamento dialético e materialista de Machado de Assis" de Astrojildo Pereira (1958), "A dialética e as contradições do pensamento" de P. Kopnim (1958), "O irracionalismo" de Georg Lukács (1959), "A questão Hegel" de Jacob Gorender (1960)[94].

Olhemos para dentro de suas páginas. Ao escrever sobre o *Ofício do escritor*, Rui de Pina nos diz que o "materialismo dialético não repugna, assim, o subjetivo, desde que caracterizado como tal e não pretendendo ocupar o lugar do objetivo[95]". E no decorrer do texto busca desfazer o equívoco, comum no "materialismo vulgar", de que a idéia é apenas um reflexo puro e simples da base material. Em verdade "essa ação é mútua - perfeitamente coerente com o conceito fundamental e apoiada no materialismo dialético - manifesta-se também pela influência que as idéias sociais exercem sobre o desenvolvimento da sociedade – a vida espiritual reflete o ser social – mas as idéias sociais exercem, de seu lado, uma influência ativa sobre sua causa, isto é, sobre o desenvolvimento material da sociedade" (Rui Pina In *E.S.*, n.10, 1961:144 e 147).

---

[94] Nem todos os textos apresentam uma visão positiva do filósofo, mas, de um modo geral, buscam reconhecer a dívida do marxismo, sempre destacando as diferenças e, claro, a ruptura. Assim, não obstante os problemas, "Hegel representou mais alta tentativa ideológica da burguesia no sentido de encontrar a unidade entre o indivíduo e a coletividade, entre o homem e a história" (Coutinho In *E.S.*, n.18, 1963: 152).

[95] Lembremos que Rui de Pina é o pseudônimo de Nelson Werneck Sodré.

Para os nossos pensadores, além do avanço das forças produtivas era importante o papel do homem enquanto sujeito da revolução. A relação sujeito/objeto foi, portanto, mote de alguns textos de *Estudos Sociais*, além do autor supracitado, outro, com problemas na publicação do artigo, discute o tema, de forma não consensual entre os comunistas. Assim, Carlos Nelson Coutinho, apoiado em Gramsci, defende:

> *"Segundo Gramsci, a natureza deve ser interpretada como uma categoria humana, pois 'quando se afirma que uma realidade existiria ainda que não existisse o homem, se faz uma metáfora ou se cai em uma forma de misticismo. Conhecemos a realidade apenas em relação ao homem, e como homem é um devenir histórico, também o conhecimento e a realidade são um devenir, também a objetividade é um devenir'. Com relação ao problema da objetividade, Gramsci é explícito, poucas linhas acima: 'Objetivo quer dizer sempre 'humanamente objetivo' o que pode corresponder em uma forma exata a 'historicamente subjetivo'"* (Coutinho In E.S., n.18, 1963: 174)[96].

Sobre o indivíduo como parte das preocupações do marxismo, Adam Schaff no diz:

> *"Nenhuma razão doutrinária impede o marxismo - ao contrário do que ocorre com o neopositivismo - de abordar os problemas do lugar e do papel do indivíduo, monopolizados pelo existencialismo. É a essa categoria de questões que pertencem os problemas da alienação, tais como foram colocados no início pelo marxismo, embora Marx os tenha apresentado de maneira diametralmente oposta à dos existencialistas. O marxismo está, pois, perfeitamente "armado" para abordar esses problemas. Não tem*

---

[96] Coutinho cita: Antonio Gramsci. *El marerialismo histórico y filosofia de Benedetto Croce.* Buenos Aires, 1958.

necessidade pois, nem de alargar seu "vocabulário" nem, com mais razão, de pedir ao existencialismo que o "complete". Mas isto não muda em nada o fato de que esse problema foi ulteriormente negligenciado pelo marxismo e de que, por ter sido tomado por outros (partindo de conceitos absolutamente errados, idealistas) veio a ser tido como estranho e hostil ao marxismo." (Schaff In *Estudos Sociais*, n.10, 1961: 209).

O fato de ter levado à discussão: publicar ou não o texto de Coutinho, criando-se uma sessão especial (*Problemas em Debate*), sugere-nos que essas idéias eram polêmicas, não sendo muito bem aceitas entre todos. Mas não muda outro fato, o de ter (mesmo diante das diferenças) sido publicado. Assim, *Estudos Sociais* distinguia-se das outras publicações comunistas não apenas pela temática, mas inclusive pela postura mais favorável ao debate. A relação sujeito/objeto, a questão da consciência individual no movimento de massa, a "função gnoseológica da arte", a categoria da totalidade como central na postura marxista, são mais que temas, são questões colocadas aos comunistas brasileiros através da revista ora estudada.

Entre as áreas, a filosofia e a estética aparecem como um espaço para reflexão, fomentando o debate com as diversas teorias que chegam ao Brasil. Destacando-se sua contribuição para a divulgação de autores ainda pouco conhecidos no Brasil. Falamos de Ernst Fischer, Lucian Goldman, Bertolt Brecht e, de maneira bem mais modesta, Antônio Gramsci, mas principalmente Georg Lukács.[97]

---

97 "Há referências a Gramsci em C. N. Coutinho, 'Problemática atual da dialética', in Ângulos, Salvador, nº 17, dezembro de 1961 ... 'Do existencialismo à dialética: a trajetória de Sartre', in Estudos Sociais, Rio de Janeiro, nº 18, dezembro de 1963; Leandro Konder: 'Problemas do realismo socialista', in Estudos Sociais, Rio de Janeiro, nº 17, junho de 1963."(Coutinho, 1995: 200). Mesmo antes da publicação do seu texto em 1959, Lukács

A literatura também tem espaço garantido, sendo seu papel igualmente rediscutido dentro do projeto socialista. Questões referentes à subjetividade e às angústias humanas podem ser tratadas com menos suspeitas e reservas, mesmo não sendo estes os temas mais próximos dos nossos marxistas. Talvez por isso Astrojildo Pereira sinta-se tão à vontade para elogiar a sensibilidade psicológica de Machado de Assis:

> *"Pode-se dizer que os olhos são o instrumento predileto, que Machado de Assis utiliza largamente no seu ofício de psicólogo, ocupado acima de tudo em devassar as intimidades secretas da alma alheia. E aí a sua virtuosidade de expressão atinge o mais alto grau de potência persuasiva como realização artística. Aos exemplos mencionados podemos acrescentar algumas variantes, em que os olhos funcionam de fora para dentro"* (Astrojildo Pereira In *E.S.*, n.3-4, 1958:305).

A complexidade que assumia a dimensão humana nos romances evitava pinturas maniqueístas, conhecidas dos anos 30 e 40, nas quais o bem (proletário) vencia o mal (capitalista).

> *"Pensamos que precisamente esta consciência histórica, esse entrelaçamento nada esquemático, mas efetivo, dos destinos individuais dentro do largo processo do desenvolvimento social, levou Jorge Amado a superar antigos defeitos e limitações. Entre os leitores de Gabriela, há quem se queixe de que Ramiro Bastos e outros coronéis apresentem aspectos simpáticos, sejam afinal seres humanos. Queriam, com toda certeza, que os*

---

já é citado, por Jacob Gorender na revista 3-4, em 1958. O autor usa como referência Existencialisme ou marxisme? Editions Nagel, Paris, 1948. Para Celso Frederico (1995): A divulgação militante havia se iniciado com a tradução de textos lukácsianos publicados ainda no pré-64 pelas revistas *Problemas da Paz e do Socialismo* e *Estudos Sociais*; logo depois do golpe, ela continuou a ser feita nas páginas da *Revista Civilização Brasileira*; e no início da década de 70, na revista *Hora* (editada em Juiz de Fora).

ferozes representantes da classe dominante fossem pintados como verdadeiros monstros, enquanto os expoentes das novas camadas sempre se assemelhassem a anjos e heróis" (Mauricio Vinhas In *E.S.*, n.3-4, 1958:332).

Assim, reconhece-se a existência da alçada individual, sem que isso constitua uma negação dos aspectos sociais presentes na mesma. Isso permite aos analistas da época perceber que membros da elite podem ser bons, mas "por melhores que pareçam tais indivíduos, desde que tenha passado a sua época, exercem na sociedade uma ação nefasta" (Vinhas In *E.S.*, n.3-4, 1958:332). Esse novo olhar sobre a produção artística refletia o rompimento com o realismo socialista *zdonivista*, para o qual sentimentos de solidão e desespero eram estranhos ao homem soviético e cuja visão unilateral prescrevia "um herói positivo, trabalhador, que realiza o plano qüinqüenal em toda a plenitude da sua vida sentimental e da sua atividade pública" (Ravai apud Konder, 1967:96)[98].

Acompanhamos também, nas páginas da revista *Estudos Sociais*, uma certa preocupação com a orientação a ser seguida pelos artistas (comunistas). Ao reafirmarem o *realismo socialista* enquanto modelo de produção, não deixam de ressaltar sua liberdade de criação e autonomia frente às recomendações soviéticas.[99] Com isso, pretende-se alcançar um *realismo socialista* mais crítico, não forjado, como até outrora se via.

---

[98] De acordo com Konder (1967: 95), "a grosseria de Zdanov era espantosa. Quando a poetiza Ana Akhmátova (...) publicou versos nos quais chorava o sentimento de solidão, falava de amor e de anseios místicos. Zdanov verberou-lhe em um informe o 'infame' procedimento: 'O sentimento da solidão e do desespero, estranho à literatura soviética, encontra-se por toda a obra de Akhmátova (..) O diapasão de sua poesia é extremamente pobre – poesia de uma mulherzinha histérica que se debate entre a alcova e o oratório'".

[99] De acordo com Leandro Konder (*E.S.*, n.17, 1963: 60), a política cultural do PCB teria muito que aprender com aquela elaborada pelo Partido Comunista Italiano (PCI) – apresentada nas teses do seu X Congresso. Segundo esse documento: "o caráter

A mudança, claro, estava acontecendo. Na atenção despendida a outras áreas, que não a economia e a política; na abordagem de temas antes relegados e tidos como desvios burgueses. Todavia, existia uma forte continuidade, através de "um processo de transformação lenta, segura e gradual. E nesse sentido não houve ruptura com o realismo socialista. [Talvez] uma releitura lukacsiana"[100]. Tendo como horizonte esta afirmação, podemos dizer que o trecho abaixo, extraído do ensaio "Sobre o ofício do escritor", lembra Lukács de "Narrar ou descrever?" [101]Vejamos,

> *"Se houvesse uma relação direta, imediata e por assim dizer mecânica entre observar e descrever - se a literatura fosse uma arte meramente descritiva - estaria ao alcance de todos e, em suma, não seria arte. [...]. A abstração que em ciência, leva à formulação da lei, isto é, do que não abarca todos os nexos e relações mas aqueles que definem a essência, a determinação qualitativa do fenômeno, leva, em arte, à tipificação, isto é, à representação da realidade não pela reprodução direta mas pela fixação do que, nela, é profundo e característico. [...]. o problema fundamental da literatura, assim, é o da tipificação, o da criação de imagens típicas de determinado grupo, camada ou classe social"* (Rui Pina In *E.S.*, n.10,1961:137 e 140)[102]

---

partidário da criação cultural não pode ser entendido em sentido mecânico, como subordinação aos objetivos políticos imediatos do partido, e sim como capacidade de empenhar-se guiado pela assimilação do ponto-de-vista da classe operária, do marxismo. Isso não pode ser imposto; deve brotar do amadurecimento ideológico dos produtores de cultural, deve ser conquistado passo a passo. E o partido deve solicitar este amadurecimento por meio de sua direção política geral e por meio de sua política cultural, ajudando e organizando o debate, o confronto das experiências e das idéias, elevando a capacidade crítica". A *Estudos Sociais* n.18 (1963) publica a tese n°5 do Congresso do PCI, sob o título *Os marxistas e a renovação da cultura italiana.*

[100] Leandro Konder, em entrevista, Rio de Janeiro, 2000.

[101]Sobre a influência de Lukács em Nelson W. Sodré consultar: Paulo Ribeiro da Cunha, 2002: 240-241; Leandro Konder, 1991: 76.

[102] Sobre o recurso da tipificação na literatura, Lukács diz: "A importância do entrecho não consiste, em primeiro lugar, no fato de que seja variado e rico em cores e surpresas. Tais qualidades, próprias para um bom entrecho, são importantes porque só elas

Embora esses temas não esgotem as discussões feitas na revista *Estudos Sociais*, eles representam, em grande medida, algumas das suas questões principais - estando presentes nos diversos autores ao longo dos 19 números. Se na filosofia e na estética encontramos mudanças significativas quanto à orientação cultural do período anterior a "renovação", estando a discussão em aberto (apresentando divergências), na economia e política a abertura é um pouco mais cautelosa. Nessas áreas em especial, embora se perceba a mudança, notamos mais facilmente as permanências – apresentando uma discussão mais homogênea e menos propensa a dialogar com outras tendências. É o que demonstraremos no capítulo seguinte.

---

possibilitam o tornar plasticamente vivos os traços humanos – individuais e típicos – de um personagem, ao passo que a monotonia inerente à exposição puramente descritiva do tema não proporciona um modo de representar individualidades concretas". Cf. Lukács, Georg. *Ensaios sobre literatura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

3. O debate sobre subdesenvolvimento nacional e a questão agrária

3.1. O problema central do atraso e a importância de uma revista teórica

A história do pensamento brasileiro nos apresenta com reiterada freqüência o debate acerca da formação do Brasil enquanto nação. A sua constituição e o seu desenvolvimento pouco comum constrangiam e incomodavam muitos autores que se esforçavam para colocar (muitas vezes à força) tal realidade dentro da história universal. Os diferentes povos, as diversas línguas e dialetos, as desigualdades regionais, tudo parecia conspirar contra o entendimento dessa realidade e, como conseqüência, contra a consolidação de um "pensamento nacional".

Não é por conta do simples acaso que interpretações dualistas sobre o país fizeram escola. Para Carlos Alberto Dória (1998), o dualismo sempre esteve presente em nossa literatura como recurso discursivo para dar conta da diversidade contida na paisagem social brasileira. E nesse sentido, colaboraram não apenas uma historiografia nacional bipartida, com suas análises locais do sertão ou do litoral; e o marxismo brasileiro, olhando a realidade através da lente do movimento comunista soviético; mas, inclusive, as interpretações de intelectuais estrangeiros chamados a contribuir para a formação das universidades brasileiras. Foi assim que tivemos, lado a lado, "trabalhos

acadêmicos como os de Roger Bastide e Jacques Lambert" e textos "que consagravam o etapismo da revolução – idéia mundialmente difundida no período estalinista" (Dória, 1998: 208)[103].

E não foram os únicos. As principais correntes de interpretação das estruturas econômicas e sociais do Brasil, bem como de outros países que também tiveram um passado colonial, tendiam a interpretar tais realidades de forma dual, apresentando em suas estruturas um setor moderno, em desenvolvimento, e um outro arcaico, condenado a desaparecer. Essas duas formas de organização viviam sob o mesmo Estado, mas sem se interpenetrarem, numa espécie de período de transição, o qual mais cedo ou mais tarde exigiria uma solução.

No cerne dessa discussão encontrava-se "a colonização que gerou o latifúndio de caráter feudal [ou simplesmente não capitalista], rigidamente hierarquizado, do ponto de vista social, pelas relações de trabalho que o caracterizava, constituindo unidades auto-suficientes, isoladas entre si. Seu traço predominante [era] a resistência à mudança" (Linhares, 1981: 43). Deve-se, no entanto, acrescentar que após o golpe militar de 1964 essa tese será duramente criticada e revista por alguns setores da esquerda[104]. Vale lembrar que a profunda imbricação entre teoria e política, existente em todos momentos, mas em

---

[103] A confusão aparente da realidade parecia dar crédito a tais idéias. "No dizer de uma analista recente, 'no imediato pós-guerra, como as cenas do Brasil velho, diferente, fora de esquadro, acintosamente localista, continuassem misturados à paisagem moderna que bem ou mal a Revolução de 30 delineava, alastrou-se a convicção, logo transformada num imenso lugar comum, de que na realidade existiam justapostos *dois Brasis*, como se podia ler no título famoso de Jacques Lambert" (Dória, 1998: 208).

[104] As análises pautadas na interpretação dualista da sociedade brasileira estão presentes há muito no pensamento social brasileiro, mas o marca sobremodo entre os anos de 1950 até 1964. A partir de então surgem diversas críticas, sugerindo, por vezes, que além de simplistas e esquemáticas, estas teses pecavam por não considerar o movimento dialético da realidade nacional.

destaque nestes anos, fazia com que a falência das análises dualistas representassem igualmente o fim de alguns projetos políticos. Para essa nova esquerda, ou parte significativa dela, o capitalismo era um sistema global que articulava toda a produção mundial, podendo produzir, ao mesmo tempo, desenvolvimento e subdesenvolvimento, variando ao sabor do paladar do capital[105].

Assim, "de obstáculo e resíduo, o arcaísmo passa a instrumento intencional da opressão mais moderna, como aliás a modernização, de libertadora e nacional passa a forma de submissão" (Schwarz, 1978: 74). Temos, portanto, uma realidade na qual o arcaico e o moderno estão unidos de tal modo que para alguns não há uma solução possível, no sentido de superação do atraso[106].

Para os autores situados no período que estudamos (1958-1964), essa dificuldade de se entender a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira não era um problema em si. A questão ganhava relevo na medida em que se buscava uma transformação dessa realidade, mesmo que o sentido desta mudança variasse conforme as análises realizadas, os projetos e as forças políticas defendidas. Poderia mesmo assumir tom trágico a julgar pela

---

[105] De acordo com Francisco de Oliveira (1975), no processo de modernização brasileiro não há na relação agricultura-indústria, ou campo/cidade, nenhuma oposição formal de qualquer setor atrasado ou moderno. Deste modo, Nas palavras do autor: "esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado', se se quer manter a terminologia" (Oliveira, 1975: 9).

[106] Penso aqui, por exemplo, no movimento *Tropicalista*, cuja crítica à visão tradicional do atraso brasileiro trazia ares novos ao pensamento, mas também despolitizava o debate. De acordo com Roberto Schwarz, "esta indiferença, este valor absoluto do novo, faz que a distância histórica entre a técnica e tema, fixada na imagem-tipo do tropicalismo, possa tanto exprimir ataque a reação, quanto o triunfo dos netos citadinos sobre os avós interioranos, o mérito irrefutável de ter nascido depois e ler revistas estrangeiras" (Schwarz, 1978: 75).

responsabilidade (auto)atribuída aos intelectuais nesse processo de superação do atraso nacional. De modo que, na justa compreensão deste quiproquó estava implícita a solução para o subdesenvolvimento. Isto posto, entende-se a importância central dos diversos estudos sobre a constituição da sociedade brasileira, bem como sua trajetória particular no movimento universal do capitalismo. O que era desajuste? O que na nossa história nos impossibilitou de crescer e nos desenvolver a contento? São questões, vindas de longa data, que transitavam pelo meio intelectual da época, exigindo uma resposta para sua solução. Assim, esse momento histórico (decisivo) aparecia aos olhos de nossos intelectuais como uma moderna Esfinge a lhes incitar: "decifra-me ou te devoro".

Ao contrário do que poderia parecer, esse não era um drama tipicamente brasileiro. A questão nacional, fundamental em toda a América Latina, derivava em boa medida do reconhecimento da singularidade da sua formação (Ianni, 1983)[107]. De modo que, ao emergir na história universal (ou ocidental), embora em consonância com o sentido do capitalismo e da modernidade, a região como um todo esteve sempre marcada por essa "originalidade"[108]. Resultado da adversidade por aqui encontrada no período da colonização, como também do

---

[107] Entendemos aqui por questão nacional, o processo de construção e consolidação da nação, por conseguinte, do poder político da burguesia. Sua concretização pode apresentar formas diferenciadas de ruptura e reorganização das relações sociais, econômicas e políticas.

[108] Bernardo Ricupero (200:43) tem uma opinião sugestiva sobre o tema: "Assim, enquanto o pensamento europeu sempre tomou seus problemas como os problemas universais, o homem europeu como o homem sem adjetivos, aqueles que nasceram no Brasil e, de forma geral na América Latina, nunca puderam ter tamanha pretensão. Conseqüentemente, se existir tal coisa como um pensamento brasileiro e latino-americano, ele deverá ter como grande tema justamente sua acidentalidade, isto é, o fato de pertencer-se a um mundo, forjado pelo europeu, sem ser inteiramente parte dele".

processo de formação destes Estados-Nações, que esteve longe de seguir uma revolução burguesa no seu modelo clássico[109].

Era claro, contudo, que essa sociedade *sui generis* estava geneticamente ligada à Europa; ou, como nos diz Carlos Nelson Coutinho (1990: 35), "nossa pré-história como nação (...) situa[va]-se no contraditório processo da acumulação primitiva do capital, que tinha o seu centro dinâmico na Europa ocidental". Embora nem todos coloquem o problema desta forma com essa, o surgimento e o desenvolvimento da sociedade nacional brasileira sempre se apresentava aos seus estudiosos como relacionados a países estrangeiros (dominantes) - variando o modo e a natureza desta ligação. Essas sociedades nasceram colônias, subjugadas a metrópole – isso não tinha como negar.

Aliás, é este um outro motivo do destaque da questão nacional entre nós, cuja importância crescia junto aos movimentos de independência contra o colonialismo primeiro, contra o imperialismo depois.[110] Esse fator unido às diferenças étnicas, regionais, religiosas, além da formação nada convencional – como por exemplo, nascer para a modernidade com o trabalho escravo – parecia não permitir uma explicação pautada apenas na desigualdade das classes sociais. Mesmo quando era esta a opção, como no caso dos pensadores ligados ao marxismo, cujas análises buscavam privilegiar as desigualdades sócio-

---

[109] Essa suposta "originalidade" foi repensada por diversos autores. Segundo Florestan Fernandes (1987: 21) a *Revolução Burguesa* pode assumir formas "relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa sociedade histórico-social". Nesse sentido, refletindo sobre a particularidade brasileira, Quartim (2000: 190). defende: "Não há norma universal relativamente à qual a Prússia, o Brasil, o Japão e, em nossos dias, os 'tigres asiáticos' constituam desvios. Tudo é desvio no sentido de que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção necessariamente se opera num tecido social já dado, sobre cujas particularidades ele incide, ora suprimindo-as, ora reduzindo-as tais quais, ora metamorfoseando-as."

[110] Para uma melhor compreensão da questão nacional na América Latina, consultar: Ianni, Octávio. *Revolução e Cultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

econômicas e o conflito entre as classes sociais, a dificuldade persistia. Qual era a classe aliada? Qual era o principal inimigo?

O contexto em que foi gerada a revista *Estudos Sociais* não está alheio a esse debate, ao contrário, traz em suas páginas textos e idéias embrenhados dessa discussão. Na medida em que o imperialismo norte-americano e o latifúndio foram eleitos, principalmente para os marxistas brasileiros (mas não só para eles) como principal inimigo da nação - ou seja, como causa fundamental do atraso - não se privilegia o debate étnico, racial e religioso, ou o aspecto cultural da questão nacional[111]. O atraso do país é explicado do ponto de vista socioeconômico e a solução para este é vislumbrada na política.

Assim, apesar da questão nacional envolver diversos aspectos, o período e o grupo aqui enfocados elegem como tema central o subdesenvolvimento do país - suas origens e formas de superação. Uma das causas fundamentais desse atraso, quase consenso entre as diversas correntes interpretativas do período, é a dependência econômica face às forças imperialistas. Considerando que o imperialismo, embora enfatize, não se reduz a iniciativas apenas na esfera econômica e política, mas também se utiliza da cultura para manter sua hegemonia, a oposição da sociedade a esta forma de dominação implicou numa dinamização da produção da cultura, ressaltando, claro, a nação.[112] Nesse sentido, são vários os exemplos:

---

[111] As explicações acerca do atraso brasileiro até os anos 30 do século XX possuem um caráter marcadamente culturalista. De modo que as desigualdades econômicas e as injustiças sociais fossem igualmente apresentadas como uma questão de raça ou cultura. Essa situação começa a mudar "já" a partir da década de quarenta, mas parece se consolidar nos anos 50, nos quais as interpretações sobre o "subdesenvolvimento" do país aparecem prioritariamente como sendo de fundo econômico e político.

[112] De acordo com Ianni: "A cultura do imperialismo é um elemento importante, às vezes decisivo, na contra-revolução permanente que surge e ressurge na história dos países latino-americanos" (Ianni, 1983: 49).

A literatura anti-imperialista foi traduzida em grande escala e os jornais fervilhavam de comentários. Foi a época de Brasilino, uma personagem que ao longo de um livrinho inteiro não conseguia mover um dedo sem topar no imperialismo. Se acendia a luz, pela manhã, a força era da Light & Power. Indo ao trabalho, consumia gasolina da Esso, num ônibus da General Motors. As salsichas do almoço vinham da Swift & Armour, etc. Os Cadernos do Povo, por sua vez, vendidos por um cruzeiro, divulgavam amplamente as manobras em torno do petróleo, relações entre latifúndio e doença endêmica, questões de reforma agrária, discutiam quem fosse 'povo' no Brasil, etc. O país vibrava e as suas opções diante da história mundial eram pão diário para o leitor dos principais jornais. Neste período aclimatizou-se na fala cotidiana, que se desprovincianizava, o vocabulário e também o raciocínio político de esquerda. Daí uma certa abstração e velocidade específica do novo cinema e teatro, em que as opções mundiais aparecem de dez em dez linhas e a propósito de tudo, às vezes de maneira desastrada, às vezes muito engraçadas, mas sempre erguendo as questões à sua conseqüência histórica, ou a uma caricatura dela" (Schwarz, 1978:64).[113]

Não é outro o cerne da nossa produção intelectual, pois essa mudança, que só seria realizada em termos práticos (políticos), dependeria, como foi dito, de uma justa interpretação da realidade brasileira. Essa é talvez uma das razões por que o campo da cultura assume, nesse contexto, tamanha proporção.

---

[113] A despeito da alegre e criativa movimentação cultural manifesta nessa busca pelo o que é genuinamente nacional, não podemos deixar de mencionar distorções causadas pela mesma motivação. Como bem disse Roberto Schwarz, "essa questão precisa ser vista sem primarismo. Nem tudo que é nacional é bom, nem tudo que é estrangeiro é ruim, o que é estrangeiro pode servir de revelador do nacional, e o nacional pode servir de cobertura às piores dependências" (Schwarz, 1978: 115). Para o autor, certos nacionalismos assumem como autêntica a nossa condição de 'república da bananeira'. Outros, menos perversos, mas não menos ridículos, podem defender a adoção do tupi-guarani como língua nacional brasileira, tal como idealizou nosso Policarpo Quaresma de Lima Barreto.

A profunda imbricação entre cultura e política tornava-se explícita. Temos nesse momento, por exemplo, a elaboração do método pedagógico de Paulo Freire, no qual a leitura não era concebida como uma técnica indiferente, mas como força importante no jogo da dominação social. Difundia-se "a noção de que a miséria e seu cimento, o analfabetismo, não são acidentes ou resíduos, mas parte integrada no movimento rotineiro da dominação do capital" (Schwarz, 1978: 69).

Vem de encontro a esse contexto a crise do stalinismo, promovendo mudanças dentro do comunismo brasileiro e contribuindo para a redefinição do papel da cultura em suas fileiras. Essa, antes vista como um instrumento de luta política, uma arma ideológica importante para impedir o avanço das forças imperialistas, passa a ser percebida como parte necessária da revolução. Na medida em que é capaz de fornecer (através da análise da realidade concreta) à luta política os meios eficazes para a transformação da sociedade, bem como por ser fundamental para a construção do *homem novo.* A partir de então, como afirmara Lukács, "a política é apenas um meio, a cultura é que é o fim".[114] É nesse quadro que percebemos a importância atribuída a uma revista teórica, tal qual a *Estudos Sociais*, dentro do projeto de revolução socialista defendido pelo PCB.

Para se mudar a sociedade, apresentando uma solução viável e concreta, era necessário antes conhecê-la. Para tanto, eram necessários estudos sérios e esforços teóricos que iriam além dos manuais e dos periódicos panfletários até então divulgados pelo partido. Dentro deste quadro, no qual figuram contendas teóricas (e políticas), deve-se considerar também os institutos de pesquisas, os

---

[114] A frase é extraída de Leandro Konder. "Estética e política cultural". In: Antunes, R.,Rego, W. L. (org.). *Lukács:* um Galileu no século XX. São Paulo: Boitempo, 1996.

grupos de intelectuais, dentro e fora da universidade, que por sua vez estavam interpretando o Brasil e apresentando, através de seus canais de publicação, suas análises, suas teses. Cabe destacar que a disputa não se fazia apenas entre correntes do pensamento diferentes. Vários destes grupos assimilaram, cada qual ao seu modo, o marxismo, fazendo frente ao monopólio exercido até então pelo Partido Comunista.

3.2. Debates e controvérsias em torno da questão agrária

Em seu estudo sobre a historiografia da agricultura brasileira, suas principais interpretações e controvérsias, Maria Yedda Linhares (1981) seleciona três momentos decisivos para a sua reflexão. O primeiro refere-se sobre a passagem do século XVIII para o XIX, com a crise do sistema colonial; o segundo sobre a segunda metade do século XIX, com a crise de abastecimento, carestia dos preços e a abolição; o terceiro inicia-se após a *Segunda Guerra Mundial*. Estes, segundo a autora, apesar dos diferentes contextos, têm em comum uma "crise" de transição do sistema sócio-econômico, o qual refletiu no nível das idéias, exigindo uma tomada de posição de indivíduos e setores importantes da comunidade e da intelectualidade. Para além deste fator, outro marca a acentuada politização do período por nós estudado, ou seja, os anos que decorrem de 1950 e 1960: a consciência (praticamente generalizada) do subdesenvolvimento do país gerada pela dependência econômica externa. O que não dizer do debate ideológico entre a melhor solução para esse problema,

expressas em dois sistemas sociais e econômicos distintos e antagônicos: socialismo ou capitalismo[115].

A radicalização do período, a qual, de acordo com Linhares, clamava uma tomada de posição, difundia uma postura crítica identificada com a esquerda[116]. "Parecia que, pela primeira vez, a história estava 'em nossas mãos' e, portanto, era urgente bater rapidamente os inimigos seculares" (Dória, 1998: 226). Todavia, se uma postura enfaticamente contrária às forças imperialistas uniu os pensadores brasileiros dentro de um campo de esquerda, ligando-os a um eixo nacionalista, o mesmo não aconteceu em relação a outra questão fundamental do período, pensamos aqui na questão agrária. Para os comunistas o problema da terra era visto, juntamente com a dependência econômica do país, como o cerne do subdesenvolvimento brasileiro, colocando na ordem do dia a revolução burguesa (não a socialista)[117].Eis aí um ponto complicado para quem pensar em homogeneizar o pensamento de esquerda do período.

É importante salientarmos, para melhor sentirmos o clima da época, que esse embate dentro da esquerda reflete já o início de uma pluralização do pensamento marxista brasileiro – antes, salvo raras exceções, estritamente ligado

---

[115] Ao contrário do que se possa pensar, portanto, essa politização das análises não é exclusividade dos comunistas, mas marca o tom do contexto sócio-político. Todavia, havia para o marxismo brasileiro um adendo. Aqui, "'Ser marxista' era um atributo do 'ser comunista', pois o pensamento não tinha vivência autônoma frente à política, tornando os estudos teóricos estritamente subordinados às necessidades práticas e fazendo com que as questões mais gerais, sem vínculos com o imediato, ficassem relegadas a segundo plano. Foi só quando a universidade enfatizou o campo teórico do saber que o marxismo pode ser objeto de reflexão autônoma" (Dória, 1998: 201).

[116] Referindo-se sobre o período da ditadura, mas reconhecendo que esse cenário "esquerdizante" fora forjado antes, Shwarz nos diz: "presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer. A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante. Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país" (Schwarz, 1978: 62).

[117] Olhar a questão agrária de uma perspectiva revolucionária não era particularidade dos comunistas, mas refletia o clima político do pré-64. (Frederico, 1998)

ao leninismo. Esse cenário mais diversificado, de crítica ao dogmatismo e de disputa entre as próprias correntes identificadas com a esquerda - muitas vezes influenciadas por outras leituras do marxismo - é fundamental para entendermos a revista *Estudos Sociais*. Embora ela esteja vinculada ao Partido Comunista e, portanto, ao marxismo-leninismo, é impossível entender sua proposta sem antes visualizar esse cenário.

Assim, a questão agrária entrava na pauta da discussão do período em meio a muitas controvérsias. Como aponta o historiador Eric Hobsbawm (1989: 26), "o tema que dividiu a esquerda nesse continente [latino-americano] foi a natureza do principal inimigo interno dos revolucionários. [...] O ataque principal no plano interno devia ser dirigido contra os proprietários de terras – que dominavam amplas extensões de cultivo atrasado ou as economias agrícolas especializadas em exportações para o mercado mundial, em troca de manufaturas do mundo industrial – ou contra a burguesia local? Tantos os grupos burgueses locais, interessados numa industrialização que substituísse a importação com o apoio do Estado, quanto os partidos ortodoxos sustentavam que a tarefa principal dos povos da América Latina era a de destruir os interesses agrários e o latifúndio (muitas vezes identificado com o 'feudalismo' ou com seus resíduos)".

A contribuição da agricultura para o desenvolvimento da sociedade brasileira não é de forma alguma uma discussão nova. Remonta aos séculos passados, marcando fortemente o pensamento do século XIX e início do XX. O tema, por exemplo, da historiografia da *Velha República*, comprometida com as "as classes produtoras", tomou a si o fardo de provar o artificialismo da vida urbana, a qual timidamente despontava, ressaltando o alto preço pago pela

industrialização (Linhares,1981). Guardadas as devidas diferenças, tanto o pensamento liberal quanto o conservador defendiam o papel preeminente da agricultura no país. Para esses, o Brasil era um "país essencialmente agrícola", sendo este o meio do qual emanava toda a riqueza e fonte de desenvolvimento da sociedade.

Se nesse período o debate envolve ser ou não ser agrícola, isto é, se o país deve ou não industrializar-se, obviamente esse não é o núcleo da reflexão daqueles que pensam os anos cinqüenta e sessenta do século passado, nos quais a industrialização é, antes de tudo, um fato.

No cenário internacional, a crise mundial de 1929 - resultando numa prolongada depressão das economias industriais - e a segunda grande guerra alteraram profundamente o quadro no qual se fazia o comércio exterior, repercutindo diretamente nos países exportadores de alimentos. Foi assim que uma industrialização crescente, voltada para um mercado interno também crescente, motivou uma defesa da recolocação do Brasil no quadro internacional – agora não mais como exportador de produtos agrícolas. Assim, juntamente com a intervenção do Estado (1930/1945), deram-se os investimentos na siderurgia, as obras de infra-estrutura, a expansão do crédito, a reorganização político-administrativa, a organização sindical, entre outras medidas no sentido de modernização do país. "Agora, obscurecida a idéia do 'país essencialmente agrícola' surgia a industrialização como sinônimo de desenvolvimento, forma de afirmação e autonomia face ao colonialismo"(Linhares, 1981: 37).

Era necessário modernizar-se, romper com todos os aspectos arcaicos que nos colocavam diante do mundo como uma nação, no mínimo, "exótica". Claro que esse projeto que mobilizava políticos, escritores, artistas, militantes, políticos,

refletia no debate de idéias travado no Brasil desse momento, fazendo do "tema do desenvolvimento aquele que suscitou paixões mais acaloradas. Tratava-se de discernir um caminho que abrisse perspectivas de bem-estar e progresso para o país e a sociedade como um todo" (Linhares, 1981:70)[118].

Todavia, a questão da terra ainda estava longe de ser resolvida[119]. E para o pensamento marxista (comunista) brasileiro, do qual a revista *Estudos Sociais* era expressão, os problemas que emperravam o crescimento e o desenvolvimento da sociedade brasileira emanavam da sua estrutura fundiária. A modernização era inviabilizada pelo atraso da agricultura. Deste modo, a transformação do campo era vista como condição necessária para o avanço do sistema capitalista no país, ou para a conclusão de sua revolução burguesa[120].

Não obstante tal afirmativa, parecia claro que a revolução brasileira não seguira o modelo clássico, devidamente estudado e representado na literatura sobre a formação dos Estados-Nações. Tornava-se também cada vez mais evidente, principalmente com a crise ideológica desencadeada no movimento comunista a partir de 1956, que, apesar dos pontos em comum, a América Latina não era a União Soviética e tampouco a China, isto é, se não era um ocidente tal qual se conhecia, não dava para classificá-la simplesmente como oriental. Era um processo singular, o qual obviamente não surgira do nada, mas estava

---

[118] De acordo com Marcos Del Roio (2002), desde os anos 20 a oligarquia agrária entrara em crise, trazendo à tona o tema da modernidade capitalista e, por conseguinte, a questão da revolução burguesa no Brasil.

[119] Na verdade, ainda não foi. Basta pensarmos que o número de ocupações de terra no primeiro semestre deste ano (2003), já superou o do ano passado, no então governo de Fernando Henrique Cardoso.

[120] Neste momento, portanto, "o caráter da revolução brasileira era definido como democrático-burguesa, mas dentro de um país 'semi-colonial'. Sua particularidade se compunha pela questão agrária (luta contra o feudalismo e a grande propriedade territorial) e pelo antiimperialismo (luta pela independência nacional), o que ensejaria a rápida transformação da revolução democrático-burguesa em revolução proletária socialista" (Del Roio, 2000: 81).

profundamente imbricado, como discutimos anteriormente, com algo que ocorrera na Europa. Eis aí o ponto nevrálgico desse debate. Qual a natureza do sistema econômico aqui implantado na ocasião da chegada dos europeus? "Em outros termos, a reintrodução da escravidão como forma predominante de trabalho na colônia é derivada do desenvolvimento do capitalismo ou esteve vinculado ao processo conhecido como 'reação feudal', ocorrido em partes da Europa no século XVI?" (Silva, 2000: 17)[121].

Esse debate assumia tamanha importância justamente por representar a necessidade e a possibilidade de mudança do *status quo*, ansiosamente aguardada e defendida pelo movimento nacionalista brasileiro. O que não dizer dos intelectuais comunistas, ou influenciados pelo marxismo, que tinham como horizonte o caráter transitório do modo de produção, sobretudo o capitalista. Era fundamental compreender o processo de constituição desse sistema em solo nacional, nas suas mais íntimas motivações e tendências, para então possibilitar a apreensão do caráter de transição para o socialismo.

Animados por essa perspectiva de mudança, vários estudos, nas mais diversas áreas do conhecimento, foram realizados no período na tentativa de se entender o Brasil. Um futuro diferente somente se delinearia mediante o conhecimento profundo do presente, que, por sua vez, apenas seria possível ao se entender o passado – expresso na formação da sociedade. A sua formação poderia explicar, em grande medida, as raízes do atraso nacional. "Talvez, por isso mesmo, em nenhum outro país a História tenha adquirido tais foros de grandeza

---

[121] Ou ainda: "de que modo se articulou a evolução das formações econômico-sociais brasileiras, de cuja reprodução e transformação nossa cultura é momento determinado e determinante, com o desenvolvimento do capitalismo em nível mundial?" (Coutinho, 1990: 34)

como no Brasil pós-1950, nem tenha ela conseguido penetrar, de forma tão acabada, no quase dia-a-dia de uma intelligentsia, toda ela voltada para o debate político, como nos anos 50/60" (Linhares, 1980: 40).

Tanto isso é verdade que podemos perceber esse recurso, ou seja, o uso da história, fundamentalmente econômica (diga-se de passagem), para a compreensão do presente em diversos grupos intelectuais do período. Sendo mesmo, como nos sugere Linhares, uma tendência entre o pensamento de esquerda da época. E não, como indica Bernardo Ricupero, um "método de interpretação" próprio de Caio Prado Júnior. Destacando a originalidade do historiador paulista, Ricupero salienta que em seus trabalhos "é na compreensão do passado que se encontraria a chave para o entendimento do presente e sua transformação" (Ricupero, 2000: 208).

Nesse mesmo sentido, um texto de Fragmon Carlos Borges, cuja contribuição na revista *Estudos Sociais* é significativa, defende que a História é uma ciência a qual levada a sério pode ser tão objetiva quanto qualquer outra. Através do seu conhecimento "o homem não só pode explicar cientificamente o passado e o presente, mas também prever cientificamente o futuro, o sentido em que se desenvolverá a sociedade" (Borges In *E.S.*, n.6, 1959: 184). Logo, não é apenas a curiosidade histórica que leva o autor a retratar, mais de uma vez, a formação da propriedade da terra em Pernambuco. Como lembramos, o problema da terra e a desigualdade regional são temas centrais para a questão nacional dentro do pensamento marxista da época. E esse não é o único exemplo. Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, ambos referências teórica dentro do PCB, principalmente no que tange à questão agrária brasileira, se utilizam largamente da história em suas obras. Guimarães, cuja obra *Quatro séculos de*

latifúndio influenciou sobremaneira o pensamento comunista, faz uma longa viagem ao Brasil colonial, esforçando-se por demarcar a gênese do nosso subdesenvolvimento. Essa tarefa é tão significativa que o autor nos alerta:

> *"Deter-se nessa controvérsia em busca de um ponto de vista firmado sobre a classificação do regime econômico colonial pode parecer, aos menos avisados, uma inútil perda de tempo e um esforço desnecessário. Entretanto, não se trata de um debate meramente acadêmico e desligado de qualquer sentido prático. Nele estão envolvidas questões de enorme significação para o desenvolvimento econômico e social de nosso país, bem como interesses políticos da máxima relevância, como iremos ver"*(Guimarães, 1967: 33).

A despeito das diferenças, esses autores possuem em comum, portanto, o uso da história como fonte de explicação dos problemas contemporâneos – um recurso capaz de indicar as causas e assim apontar soluções. Há nessa postura uma percepção convergente em relação ao presente, a saber: o não rompimento com o passado. O passado (colonial) é um peso, o qual o país arrasta sobre suas costas, retardando sua entrada no mundo moderno.

Cabia, portanto, livrar-se deste fardo. Entender a natureza da sociedade aqui instaurada, para compreender suas permanências e daí apreender o seu processo de inserção no capitalismo, de acordo com as teses pecebistas, ou, sua realização enquanto nação, como queriam os comunistas caiopradianos[122]. Não

---

[122] Para Caio Prado Jr., o subdesenvolvimento brasileiro não se explicava pela concretização do capitalismo, posto que a colônia sempre esteve orientada para o mercado externo e, portanto, nunca fora feudal. Não obstante, também sentí o peso de um passado que há muito deveria ter sido superado. "Em certos momentos, Cario Prado, por assim dizer, nos sugere que ainda somos parte do passado, já que não o superamos de todo. Ou quando muito, concede em outros trechos de sua obra que estamos vivendo período de transição entre a situação colonial e a almejada situação nacional" (Ricupero, 2000: 28).

obstante, o entendimento da sociedade colonial implicava em discutir as relações complexas que uniam o *Velho Mundo* ao *Novo Mundo*.

Assim, buscava-se perceber de que modo o espaço não europeu passou a abrigar uma sociedade organizada, pautada nos interesses econômicos da metrópole, enquanto esta mesma passava por um longo processo de diluição de sua sociedade (Silva, 2000). Todavia, "este entrelaçamento de destinos nem sempre se deslinda facilmente, porque assim como o papel do sistema colonial na constituição do capitalismo é controverso, definir o caráter das sociedades coloniais também é" (Silva, 2000:17). Portanto, não surpreende o surgimento de diferentes teses sobre o assunto. Além da realidade socioeconômica das terras portuguesas no período das grandes navegações, suas análises procuravam dar conta dos aspectos concretos que essa colonização produziu para além mar. Isto é, questionava-se o grau de relação entre a colonização da América portuguesa e o desenvolvimento do capitalismo na Europa. E se era já capitalismo o que lá nascia, sendo este o modelo econômico instaurado na colônia, como explicar a opção pelo trabalho escravista?

Mais uma vez, uma coisa era certa para parte significativa do pensamento do período: o Brasil, embora fruto de mudanças econômicas em solo português, era uma realidade particular, sendo necessário olhá-la, para desvendar-lhe a essência, tanto pelo prisma externo quanto interno. Dito de outra modo, se:

> *"Por um lado, estas sociedades só adquirem pleno sentido se as enfocarmos como parte de um conjunto mais vasto, posto que surgem como anexos complementares da economia européia, submetidas à dependência de núcleos metropolitanos que devem ser levados em conta para que se possa compreender a racionalidade da economia colonial. Por outro lado, a*

empresa colonial proporcionou o aparecimento de sociedades com estruturas internas, possuindo uma lógica que não se reduz ao vínculo externo com o comércio atlântico e as metrópoles políticas: assim, defini-las como anexo ou parte integrante de um conjunto mais vasto é um momento central da análise, porém não basta"(Cardoso apud Silva, 2000: 20).

Era idéia generalizada que o entendimento da sociedade brasileira apenas se daria a partir de uma complexa relação entre o universal o particular. Até mesmo as novas teses pecebistas procuravam dar conta dessa realidade, que admitem ter ignorado em nome do marxismo. A discussão sobre o particular vinha assim à tona através das críticas feitas ao dogmatismo presente nas análises comunistas. A revista *Estudos Sociais* surgia com o intuito de sanar essa deficiência. Segundo Gorender, as categorias do geral e particular estavam no centro do debate do movimento comunista mundial, trazendo nova riqueza para a filosofia marxista e possibilitando o surgimento de "melhores condições teóricas para o desenvolvimento do pensamento marxista no maior número de países, ao contato com as mais variadas particularidades de realidades nacionais extremamente diversas" (Gorender In *E.S.*, n.3-4:.352, 1958)

Portanto, a busca das raízes do atraso brasileiro, através do estudo da sua formação social, bem como sua relação com o desenvolvimento econômico europeu, era o objetivo em torno do qual se debruçava a intelectualidade brasileira comprometida com as classes subalternas. Todavia, dissonâncias surgiram em torno da eleição do aspecto principal das economias coloniais, isto é, acerca do caráter, ou, como diria Caio Prado Jr., do sentido da colonização. As divergências, em síntese, resumiam-se em priorizar o processo de constituição do capitalismo em escala global ou, ao contrário, centrar foco no modo de produção

organizado na colônia. Formulada de outra maneira, a colônia poderia ou não ser estudada como um modo de produção autônomo? (Silva, 2000)

Autores como Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, mais tarde Jacob Gorender, isto é, o grupo reunido na revista ora estudada, partem dessa possibilidade de autonomia. Enquanto Caio Prado a nega, entendendo a colônia como um setor das sociedades européias "marcadas pela desintegração do feudalismo e nascimento do capitalismo" (Silva, 2000: 18). Criava-se um impasse, cujo resultado foi um intenso e instigante debate acerca do processo de implementação do capitalismo no Brasil.

3.3. Interpretações pecebistas

De acordo com Raimundo Santos (1996), a questão agrária aparece nos documentos do PCB como parte de uma teoria geral, com pontuações esparsas e sem estudos específicos sobre o tema. O reconhecimento, em meados dos anos 50, do desenvolvimento do capitalismo no campo e o próprio avanço das organizações camponesas, colocavam a importância desse trabalho – que até então se pautava no "modelo de revolução agrária antifeudal e antiimperialista da IC, na verdade apenas equacionada pela teoria geral da aliança operário-camponesa" (Santos, 1996: 13).

Nesse sentido a revista *Estudos Sociais* foi pioneira, apresentando diversos estudos preocupados especificamente com o tema, contribui para uma sistematização da questão entre os comunistas . Tanto isso é verdade que em 1980 foi publicado uma coletânea - *A questão agrária no Brasil*, pela editora Brasil Debates - com o intuito de apresentar a discussão pecebista sobre o

assunto. Todos os textos, com exceção de um de Paulo Schilling, foram originalmente publicados na revista.

Deste modo, apesar do modelo da Internacional Comunista ainda marcar a reflexão dos comunistas brasileiros, seus trabalhos nesse período procuravam "explicitar 'conceitos' e 'teorizações' que caracterizassem e dessem conta das 'especificidades' do mundo rural e do sentido dos conflitos agrários, como mostram vários escritos para o V Congresso de 1960 (por exemplo, o de Alberto Passos Guimarães e do próprio Caio Prado Jr.)" (Santos, 1996: 17).

Numa demonstração de autonomia, várias teses sobre a questão são apresentadas à *Tribuna de Debates* do V Congresso do partido e publicadas em *Novos Rumos*, algumas das quais radicalmente contra a política pecebista adotada na *Declaração de Março*. Uma das críticas mais contundentes partiu de Caio Prado Júnior. Colocando-se em linha de confronto com o PCB e a sua tese sobre os restos feudais, o autor defendeu que a economia agrária brasileira sempre fora um sistema produtor baseado na grande empresa voltada para o mercado (Santos, 1996).

Deste modo, poderíamos encontrar premissas das relações capitalistas desde a nossa formação social. Posto que o sentido da colônia foi o mercado externo, nunca houve feudalismo no Brasil. Logo, a revolução brasileira nada teria de antifeudal, como apresentava os documentos do Partido Comunista. As sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho, longe de gerarem obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo, contribuíam para o mesmo. Mas um ponto em especial unia o autor ao seu partido, o processo de modernização do Brasil não eliminava os restos do passado.

Essa critica as teses do partido não era inédita, Caio Prado a apresentou na tribuna de debates do IV Congresso de 1954 – um ano depois o autor funda a *Revista Brasiliense*, de onde expôs suas opiniões, diametralmente opostas às análises apresentadas por outros autores na revista *Estudos Sociais*. Assim, de acordo com Guido Mantega (1995: 112), "(...) Caio Prado Jr. continuou nos anos de 1950 a desenvolver argumentos que demonstrassem que o campo brasileiro não possuía relações feudais ou pré-capitalistas. Em função disso ele envolveu-se em diversas polêmicas nas páginas da *Revista Brasiliense* e empreendeu uma série de pesquisas sobre as varias formas de relações de produção existentes no campo brasileiro que foram reunidos em A revolução brasileira (1966), o seu trabalho mais maduro sobre a questão agrária no Brasil".

Embora coerente com suas idéias, mesmo nos textos apresentados ao congresso do partido[123], é na sua revista que encontramos críticas enfáticas ao feudalismo. Assim diz: "(...) as forças políticas de esquerda, inclusive os comunistas, se desgastam em estéril agitação que serve muito mais os propósitos do carreirismo político que os verdadeiros interesses das camadas trabalhadoras do campo e os objetivos econômicos e sociais da revolução brasileira" (Prado In *Brasiliense*, n.51, 1964: 6). Além de Caio Prado, outros autores utilizaram-se da revista para fazer suas criticas a tese sobre o feudalismo. Nesse sentido, Andrew Gunder Frank (*Brasiliense*, n.51, 1964: 45) é categórico: "Eu sustento que por mais 'feudal' que certas modalidades da agricultura brasileira possam parecer, nenhum sistema feudal existe ou jamais existiu no Brasil" .

---

[123] O referido texto foi apresentado à Tribuna de Debates do V Congresso do PCB, publicado em Novos Rumos de 17 a 23/06/60. Podemos conferi-lo na coletânea organizada por Raimundo Santos: *Questão Agrária e política; autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Edur, 1996.

Para os autores supracitados , as forças políticas de esquerda, inclusive os comunistas, transplantavam concepções teóricas pautadas em situações econômicas e sociais completamente estranhas à realidade brasileira. Vejamos:

"Decalcou-se simplesmente e sem maior espírito crítico e científico, o inaplicável modelo da reforma revolução agrária dos países europeus. E se transportou para cá, encaixando arbitrariamente na evolução histórica brasileira, a situação da Europa egressa da Idade Média e o feudalismo cuja economia agrária, tão distinta da nossa, se caracterizava essencialmente pela presença de uma economia e classe camponesa, isto é, uma estrutura econômica e social de pequenos produtores individuais constituída de unidades familiares voltadas essencialmente para a produção de subsistência e onde o mercado representava papel secundário e subsidiário" (Prado In *Brasiliense*, n.51, 1964: 6).

Além de Caio Prado, outro autor apresenta teses contrárias ao PCB, particularmente às expostas na *Declaração de Março*. Nestor Vera, mostrando-se mais simpático ao documento político de 1950, questiona a centralidade da luta antiimperialista, reivindicando esse papel a questão agrária. De acordo com esse autor, após o XX Congresso do PCUS "o anti-sovietismo e o antipartido surgiu com força no Comitê Central e em alguns organismos intermediários importantes. Tivemos o mérito de abrir firme combate a essas posições errôneas. Vencemos essa dura parada, mas o inimigo não está ainda liquidado e procura sempre agir" (Vera In Santos 1996:56).

Dentre as críticas formuladas ao documento político de 1958 destaca a questão camponesa, cuja importância foi subestimada e mal formulada, e a aliança (proposta na *Declaração de Março)* com alguns setores latifundiários que tivesse em contradição com o imperialismo norte-americano. Sobre isso diz:

"Sabemos que no caso de um movimento das massas camponesas contra os latifundiários, os imperialistas correm em defesa, imediatamente, dos latifundiários, como em todo mundo acontece. Isto é uma prova de como o latifúndio é a base do imperialismo em nosso país e os latifundiários como classe o seu sustentáculo. Isto não quer dizer que não devemos aproveitar algumas contradições que existem em determinados setores de latifundiários (...). Mas, entre isto e querer colocar que o imperialismo se apóia no Brasil só em setores de latifundiários, e não nos latifundiários como classe como classe; e que setores de latifundiários possam fazer parte da frente única antiimperialista, vai uma diferença como da água para o azeite (que não se misturam)." (Vera In Santos, 1996: 59).

Podemos perceber, portanto, que se o debate sobe a questão agrária não é consensual entre a intelectualidade ligada às forças progressistas do período, também não o é entre os comunistas, sendo este um tema delicado.

Um dos autores a concordar plenamente com o documento de 1958, defendendo e fundamentando-o, é Alberto Passos Guimarães [124]– que segundo alguns depoimentos, foi um dos responsáveis, juntamente com Jacob Gorender, Armênio Guedes, Giocondo Dias e Mário Alves, pela sua redação. Deste modo, toda a sua argumentação apresentada no congresso de 1960, não apenas reafirma a *Declaração de Março*, como critica as demais posições identificadas como esquerdista, como no caso de Nestor Vera, ou errônea e reformista em outros casos.

Em relação ao Caio Prado diz: "Não participo da convicção do companheiro Caio Prado., de que os assalariados estão em absoluta superioridade no campo e

---

[124] Cf. Alberto Passos Guimarães. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro". In Santos, Raimundo. *Questão Agrária e Política: autores pecebistas.* Rio de Janeiro: Edur, 1996.

de que as formas assalariadas já estão predominando de modo incontestável em todos os setores da produção agrícola" (Guimarães in Santos, 1996:.86). Alberto Passos foi um dos mais contundentes defensores do caráter feudal da formação social do Brasil. Em seu conhecido livro *Quatro séculos de latifúndio* (1963), questiona os autores que se apóiam na esfera da circulação para definir e classificar os regimes econômicos – menciona textualmente Roberto Simonsen, mas certamente sua crítica estendia-se a Caio Prado Jr..

No seu entender, um regime econômico apenas poderia ser classificado tendo-se em vista o sistema de produção. É a partir desta afirmação que fundamenta sua tese sobre o feudalismo brasileiro, derivado fundamentalmente dos nossos colonizadores. Por essa época, a principal fonte de produção de Portugal ainda era a agricultura. Embora fosse provável que a riqueza acumulada da burguesia excedesse a dos senhores de terra, despontando a primeira como uma classe de grande potencial econômico, ainda não conseguira romper com o domínio feudal. De acordo com Alberto Passos (1967:27), a burguesia "repartia com a realeza o poder do Estado, havia já mais de um século, mas não ocupava ali uma posição dominante e não dispunha de forças suficientes para destruir a ordem de produção vigente, que continuava a ser a ordem feudal".

Isto posto, argumenta que a empresa colonial não poderia trazer outra coisa para a América senão o modo de produção dominante na metrópole. Obviamente o transplante não se impôs sem problemas e adaptações., entre os quais a escravidão. Como não poderia contar com o servo da gleba o "feudalismo colonial" teve que "regredir ao escravismo", compensando a resultante perda do nível de produtividade com a fertilidade das terras virgens e o desumano rigor aplicado à mão-de-obra. Contudo, "nenhuma dessas alterações, a que precisou

amoldar-se o latifúndio colonial, foi bastante para diluir o seu caráter feudal" (Guimarães, 1967: 29).

O assunto é polêmico e a discussão foi intensa. Como ressalta Santos (1996, p.17), o debate no interior do PCB e dele com outros interlocutores tornava oportuno e necessário, visto que estava em jogo a disputa pela hegemonia nos movimentos sociais agrários, uma sistematização do tema, esclarecendo as concepções teóricas dos comunistas sobre a questão agrária.

Na revista *Estudos Sociais* esse debate não está explícito, isto é, não o depreendemos naturalmente da leitura de seus textos. Em nenhum momento é questionado o caráter feudal do latifúndio, seu aspecto arcaico e, portanto, em contradição com o pleno desenvolvimento do capitalismo. Também não é apresentada a discussão sobre a centralidade da luta antiimperialista, refutada na tribuna de debates do V Congresso do PCB. Apenas um ou outro texto criticando Francisco Julião e o modo como conduz a luta camponesa - colocando-o como um esquerdista, que ameaçava a constituição de um movimento camponês conseqüente e verdadeiramente comunista. E um outro, de Mário Alves, destacando a importância da questão agrária, tal como a luta antiimperialista[125].

Assim, dentro dessa discussão, a revista, tal como Alberto Passos Guimarães, apresentou as teses do PCB, provindas da *Declaração de Março* de 1958. Certamente de modo mais elaborado e fundamentado, sendo em geral textos longos com amplas referências bibliográficas e estatísticas.

---

[125] Cf. A resenha crítica feita por Fausto Cupertino ao livro *Que são as ligas camponesas?* de Francisco Julião (*E.S.*, n.15, 1962); e o artigo de Mário Alves *Dois caminhos da reforma agrária* (*E.S.*, n.13, 1962).

3.4. A Tese

Deste modo, nas análises sobre o Brasil apresentadas na revista *Estudos Sociais*, uma das causas fundamentais do atraso nacional, ou seja, do subdesenvolvimento do país, era o modo de apropriação da terra, caracterizado pelo monopólio de grandes extensões territoriais e por relações de trabalho servis. Não há um único texto na revista que, ao discorrer acerca do tema, não afirme essa tese.

Como foi dito, para o PCB, nesse momento histórico, eram duas as contradições centrais responsáveis pelo entrave ao progresso sócio-econômico do país: o impasse entre nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano; entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra. No entanto, "a primeira entre as duas é a contradição antiimperialista" (Gorender In *E.S.*, n.9,1960: 8). De fato, grande parte das atenções recaia sobre a dependência econômica em relação aos Estados Unidos e os problemas políticos resultantes dessa ligação.

Do ponto de vista interno, entretanto, causa dos males sociais, nos deparamos com o tema da terra. Para os comunistas, era o debate e, sobretudo, o encaminhamento acerca da questão agrária que estabeleceria os termos da transição da sociedade brasileira à modernidade, sendo esse o eixo da nossa questão nacional[126]. Obviamente, ambas as contradições interagem, adquirindo uma imbricação quase que simbiótica. Isto porque a produção agrícola do país,

---

[126] De acordo com Coutinho, a questão nacional central não é a mesma em todos os países. Assim, na Alemanha e na Itália o problema era expresso na criação de um Estado nacional unificado, tido como fundamental para a consolidação da formação econômica e social capitalista. (Coutinho, 1990)

tal qual nos tempos da colônia, estava em peso voltada para o mercado externo. Apesar das mudanças decorrentes do avanço do capitalismo, a exportação ocupava papel decisivo na economia brasileira, criando um descompasso em sua balança comercial[127].

Por outro lado, essa "vulnerabilidade do sistema às ações externas força(va)-o para defender-se dos prejuízos decorrentes e para assegurar os lucros nas fases favoráveis, ao estabelecimento de um mecanismo de transferência de efeitos" (Sodré In *E.S.* n.17, 1963: 20). E a classe a senti-los mais intensamente era a classe trabalhadora, sobretudo, os trabalhadores do campo.

As raízes desse problema eram por demais profundas. Iniciando-se quatro séculos atrás com a primeira incursão lusa pelo novo continente e o contato com os indígenas. Segundo Alberto Passos Guimarães (1967:11), esse primeiro encontro diferencia-se pela extrema cordialidade com que foram recebidos os portugueses. Estes, por sua vez, nada mais queriam do que extrair toda e qualquer riqueza passível de ser vendida para além mar. Todavia, após esse breve período, outros interesses, diferentes da simples aventura da conquista, aparecem em cena. Já "não se tratava apenas de vir buscar e transportar para os mercados da Europa os furtos do continente descoberto e sim de fundar aqui novas fontes de riqueza com a ocupação e exploração da terra, empresa a que se lançavam os mais audazes representantes da fidalguia lusa". A partir destes novos propósitos, iniciaram-se os confrontos e o extermínio dos povos pré-colombianos – o centro do conflito é, desde cedo, a terra.

---

[127] O debate acerca das relações comerciais entre países ricos e pobres é uma constante no período. Fazendo parte também das preocupações dos economistas da CEPAL e das de Celso Furtado – ambos apresentam os termos desiguais da troca comercial como parte fundamental do subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

Abria-se daí uma nova página da nossa história. Marcada, sobretudo, por nela terem expirado as formas pré-históricas da propriedade territorial no país. A partir de então temos a implantação, por vias violentas, de um novo modo de uso da terra: o latifúndio. Origem e causa central dos infortúnios do "povo brasileiro". Nos dizeres de Guimarães:

> *"Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido, é que nasce e se desenvolve o latifúndio no Brasil. Desse estigma de ilegitimidade que é o seu pecado original, jamais ele se redimiria"* (Guimarães, 1967:19).

O continente europeu, principalmente Portugal, à época das grandes navegações "achava-se em pleno florescimento do mercantilismo" e o regime feudal, vigente até então, encontrava-se em franco declínio. Iniciava-se um processo que acumularia mudanças significativas para a estrutura econômica e social desses países. Não obstante, no entender de Guimarães, são ainda mudanças de cunho quantitativo e não um salto qualitativo. Isto é, apesar do novo quadro, no qual se via o grande poder da moeda, a desagregação dos feudos, o crescimento das cidades e do comércio, "a ordem de produção peninsular no século da descoberta, continuava a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal" (Guimarães, 1967: 24)[128].

---

[128] Assim, "desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal. E não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir (...)" (Guimarães, 1967:: 24).

A colonização embora fruto da expansão do comércio marítimo e da desagregação do regime feudal, orientava-se predominantemente pela economia feudal decadente e não pela economia mercantil em formação. Deste modo, as características fundamentais da sua "exploração latifundiária" decorriam do feudalismo e não do capitalismo, como defendiam outras teses, tais como a de Caio Prado Júnior e a dos intelectuais da USP. A metrópole transplantava assim não o seu conteúdo mais moderno e progressista, mas seus elementos mais regressivos, com o intuito de assegurar a perpetuação do seu domínio.

Estava claro, contudo, que o Brasil do século vinte, principalmente a partir da década de trinta, mudara muito em relação ao período colonial. A nova linha política do Partido Comunista marcava a diferença em relação à anterior (elaborada em 1950) justamente ao assumir o avanço das forças produtivas em terras brasileiras. A partir de então, "os comunistas deram-se conta que no Brasil estava ocorrendo uma aceleração do desenvolvimento capitalista, com o crescimento numérico da classe operária (e) ampliação dos espaços democráticos" (Del Roio, 2000: 85).

Como disse Carlos Marghella (*E.S.*, n.1, 1958: 21), destoando um pouco da linha geral, no seu primeiro e último texto na revista: "Não cabe aqui a objeção de que isto se passa em país capitalista, pois embora o Brasil seja um país subdesenvolvido, semi-colonial e semi-feudal, já vimos que toda a sua história é parte da evolução da economia capitalista mundial e sob esse aspecto não foge às suas leis".

A despeito dessas considerações, o fato era que a sociedade brasileira era ainda subdesenvolvida, estando ligada a algo arcaico não superado. Como já tivemos a oportunidade de discutir, não era parte do capitalismo, mas resquícios

do período feudal. Em meio a essa paisagem confusa, na qual desenvolvimento e atraso coexistiam, deu-se uma situação peculiar, a convivência de dois tipos de renda da terra: a capitalista e a pré-capitalista. Tornando possível a junção no tempo de modos de produção separados historicamente (Marighella In *E.S.*, n.1, 1958).

Na discussão feita na revista *Estudos Sociais* há um consenso em torno da permanência dos restos feudais na estrutura fundiária nacional. Por outro lado, encontramos diferentes matizes sobre a mesma tese.

Deste modo, enquanto para Carlos Marighella (*E.S.*, n.1, 1958) a fazenda de café não se circunscrevia às limitações do feudalismo, sendo antes um empreendimento capitalista no campo, para Alberto Passos Guimarães, o "latifúndio cafeeiro" era um retrocesso em relação à fazenda de pecuária[129].

De acordo com este último, a particularidade histórica da expansão do latifúndio cafeeiro era que ela se processava na época na qual no mundo inteiro estava em pleno florescimento o capitalismo industrial. Tornando-o, no plano interno, vulnerável à pressão do capitalismo em formação, não podendo assim resistir por muito tempo ao imperativo de adaptar-se às novas condições. O café representava assim um retorno às formas feudais, coloniais e escravocratas do

---

[129] De acordo com Guimarães, com a intenção de ampliar seus objetivos colonizadores, a metrópole utilizou-se da fazenda de pecuária. A fazenda foi o segundo tipo de domínio latifundiário, inicialmente seu nome estava associado à criação de gado, depois servindo para designar qualquer grande propriedade. Apesar de possuir a mesma origem (a política colonizadora) começam, no decorrer da história, a diferenciar-se. Sendo os engenhos mais ligados à nobreza territorial e resistência contra a infiltração de todas as formas "plebéias" de propriedade. A partir do seu surgimento até pelo menos o século XIX a fazenda provocaria um rompimento parcial com as heranças escravistas e medievais incorporadas nos senhorios açucareiros. "Apesar de manter muitos pontos de contato com o engenho, guardando dele grande parte das heranças feudais, a fazenda adotava um sistema de arrendamento mais próximo da renda agrária capitalista. Por todo esse conjunto de circunstâncias, a fazenda, no período que analisamos, representava, em relação ao engenho, um passo à frente" (Guimarães, 1967: 69).

engenho de açúcar. Embora o segundo ciclo de expansão perca algumas de suas características primitivas, deixando de ser "feudal-escravista", evoluindo para a forma feudal. "É importante assinalar que esses dois ciclos, que diferenciam a marcha do latifúndio cafeeiro, não representam dois períodos de tempo sucessivos, mas sim duas linhas paralelas de evolução, as quais, em determinada época, passam a coexistir" (Guimarães, 1967: 82)[130].

Em Nelson Werneck Sodré, assim como em Guimarães, a formação social brasileira origina-se da junção dos interesses do grupo mercantil português associado ao regime feudal monárquico. No entanto, para o primeiro, não fora possível a transferência da ordem econômica feudal, posto que camponeses e artesãos foram excluídos da empreitada ultramarina (Del Roio, 2000). Deste modo, o colonizador "originário de uma área em que domina o modo feudal de produção [teve] que regredir ao modo escravista, por imposição da finalidade mesma da produção colonial" (Del Roio, 2000: 87).

Logo, o feudalismo não foi transplantado diretamente da metrópole, mas desenvolveu-se no curso da história particular da formação social brasileira. Enquanto as regiões centrais para a economia do país recorriam ao trabalho escravo, o declínio dessas áreas econômicas resultava no deslocamento dessa mão-de-obra, permanecendo alguns trabalhadores na condição de servidão – fenômeno denominado de "regressão feudal". Para além das áreas de regressão, o feudalismo prevalecia também naquelas áreas mais extensas do interior do continente, de menor densidade demográfica e menor peso político. "Isso quer

---

[130] Mesmo quando os latifúndios de café e cana pareciam caminhar para o abismo, assistia-se ao seu ressurgimento, à custa de soluções astuciosas, tal como a parceira, que para o autor, não equivale de modo algum ao trabalho livre – tal era o poder de coação sobre os trabalhadores.

dizer que, embora a lógica histórica diga que são modos de produção que se sucedem, no Brasil escravismo e feudalismo convivem numa formação social compósita e segmentada, na qual a primeira forma aparece como mais avançada e a segunda como regressiva" (Del Roio, 2000: 88).

Essa posição destoa daquela defendida por Alberto Passos, na qual a fazenda de pecuária, cuja relação de trabalho classificada de servil, representa um "passo a frente" na história social brasileira.

Embora a *Estudos Sociais*, até certo ponto, abrigue as diferentes nuanças sobre a tese central da questão agrária, isto é, sobre os restos feudais, deve-se destacar a predominância das idéias de Alberto Passos Guimarães. Pois, enquanto Carlos Marighella escreve apenas um texto no primeiro número da revista (1958), Guimarães possui quatro artigos ao longo da sua circulação, inclusive no número dezenove (1964), seu último exemplar.

Sodré, no entanto, embora membro do conselho editorial, escreve menos – apenas três textos, dois com o pseudônimo de Rui de Pina (sobre o ofício do escritor), nenhum sobre questão agrária. Apenas um diz respeito à sua discussão principal, a saber, a revolução brasileira.

É na obra clássica de Alberto Passos Guimarães (*Quatro séculos de Latifúndio*), na qual fundamenta-se parte considerável dos ensaios da revista. Apesar do livro ser publicada somente em 1963, cinco anos após a criação de *Estudos Sociais*, parte de suas idéias foram precedentemente publicadas na mesma revista – como, por exemplo: "Um capítulo da formação da propriedade agrária", E.S., n.5, 1959:30; "Alguns aspectos da formação dos engenhos e das fazendas", E.S, n.6, 1959: 166 (este último parte de um capítulo do futuro livro). Por seu turno, Sodré publica, em 1958, *Introdução à Revolução Brasileira* – onde

sua caracterização do passado colonial afasta-se relativamente das teses do Partido Comunista. Assim o define:

> *"nessa estrutura, o que se esboça, desde os primeiros dias, como um destino a que é impossível fugir, é na verdade uma forma particular de capitalismo – o capitalismo colonial -, condicionado em todas as suas manifestações, ainda as mais elementares, ao deslocamento do capitalismo comercial europeu eivado, apenas para caracterizar a sua aparência exterior, dos traços locais antes indicados"* (Sodré apud Ricupero, 2000: 101)[131]

Muitos estudiosos do tema atribuem a Nelson Werneck Sodré o papel de substanciar a linha política partidária. De acordo com Paulo Cunha (2002), essa afirmação não procede. Apesar das teses de Sodré em diversos momentos convergirem com às do PCB, o autor demonstra através do percurso da formação do pensamento de Sodré, que muitos das categorias utilizadas em sua obra forjaram-se através de diversas influências e experiências, muitas das quais antecedem a sua aproximação com o comunismo[132].

Assim, "já utilizando o referencial marxista, com inegável influência da obra de Caio Prado, Sodré destaca a existência histórica da burguesia advinda ainda dos primórdios da colonização. Inicialmente, um ponto central é que o processo brasileiro seria norteado a partir de uma empresa mercantil capitalista

---

[131] Essa tese é revista em *História da burguesia brasileira (1964).*

[132] Nesse sentido, "é bem provável que fatores como já distante origem aristocrática de sua família, algumas das influências ou suas leituras que, naquela ocasião, já apontavam para a apreensão do conceito, tinham possibilitado ao autor uma reflexão empírica e teórica sobre o significado do feudalismo, ou mesmo dos restos feudais, como designou e como os retomará posteriormente em sua obra de Oliveira Viana, percebe-se que é uma polêmica inclusiva e às vezes, contraditória em sua reflexão, pelo menos até os anos 50" (Cunha, 2002: 153)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTR
SEÇÃO CIRCULA

colonizadora e que, ao se transfigurar historicamente, remete a uma burguesia preexistente já como classe social, com um papel determinante em nosso processo nacional e que é igualmente emancipatório" (Cunha, 2002:126).

Após seu livro *Introdução da Revolução* Brasileira, publicado em 1958, Neslon Werneck Sodré descarta a hipótese de um capitalismo colonial, passando a defender a coexistência histórica no país de relações sociais de produção distintas e utilizando-se do conceito de "regressão feudal", também afirma a permanência de restos feudais a atravancar o avanço do capitalismo.

No entanto, tanto Paulo Cunha quanto Leandro Konder, atestam sua originalidade e autonomia, argumentando que o seu feudalismo não é o mesmo que ocorreu na Europa. Na opinião do segundo:

"Nelson se mostra inabalavelmente convencido de que o monopólio da terra ('o latifúndio feudal') constitui a base de um 'feudalismo não-codificado', do qual se beneficiaram as oligarquias provinciais e estaduais, controladores do poder político. Tivemos na nossa sociedade uma dinâmica em que primeiro se estabeleceu um modo de produção escravista, depois se deu uma 'transição regressiva' para o modo de produção feudal e, afinal, ocorreu a passagem para o modo de produção capitalista. Claro que essa sucessão não se realizou aqui tal como se realizara na Europa: 'o processo brasileiro difere interiormente do modelo do Ocidente europeu, que é o modelo clássico'. No entanto – adverte o historiador – o fato de nos afastarmos de um 'paradigma' que nos aprisionaria a um esquema formal estreito não justifica que abandonaremos o 'método', quer dizer o meio imprescindível para alcançarmos o conhecimento científico" (Konder, 1991: 74).

A colocação dos autores sobreditos vem de encontro ao nosso argumento. No geral os artigos publicados na revista *Estudos Sociais* acerca da questão agrária são marcadamente influenciados por Alberto Passos Guimarães. E não

obstante a consistência e a seriedade desses trabalhos, não apresentam todo o rico debate que existe por trás das teses ali defendidas.

3.5. Interlocutores

Como foi dito, com o documento elaborado em 1958 a prioridade dos comunistas passa a ser o movimento nacionalista. Este agruparia em suas fileiras "setores de diversas classes e camadas, entidades, partidos, correntes e personalidades das mais variadas orientações políticas na luta por soluções patrióticas (...)" (*Resolução Política do V Congresso do PCB* in Documentos, 1980:51).

Em perfeita sintonia com a nova orientação partidária estava a revista *Estudos Sociais*, cuja proposta era estabelecer um amplo diálogo com os intelectuais vinculados ao debate e às posições nacional-democráticas. Nesse sentido, autores identificados com as "forças entreguistas" além de não terem espaço na revista, deveriam ser analisados e criticados, desvelando o comprometimento de sua produção intelectual com os interesses da classe dominante e com a manutenção do *status quo*. Esclarecendo, deste modo, que esses trabalhos, por vezes, advogando um discurso de cientificidade são, na verdade, "um fenômeno ideológico a serviço do imperialismo":

> *"Como tal, compreende-se que aos ideólogos do imperialismo interesse a falsificação dos verdadeiros problemas sociais, os problemas de base, de estrutura. A primeira vista, entretanto, o que não parece compreensível é que os ideólogos dos países subjugados à esfera de dominação imperialista aceitem a mistificação criada pelos primeiros, a não ser que analisemos tal*

fato à luz do conceito de alienação ou como compromisso aberto entre certos pensadores dos países subdesenvolvidos e o imperialismo" (Miglioli In *E.S.*, n.8, 1960: 424)

Dito isto, compreendem-se as críticas dirigidas a Eugênio Gudin, Roberto Campos, Gilberto Freyre, entre outros, os quais representavam e/ou serviam os interesses dos grandes latifundiários e do imperialismo. Mas nem todos intelectuais não comunistas estavam diretamente ligados aos setores mais retrógrados e reacionários da sociedade, pelo contrário, poderiam representar as idéias de uma burguesia nacional, cujo objetivo conflitava com o dos setores supracitados. Logo, apesar dela não compartilhar do mesmo projeto da classe operária – a mais firme e conseqüente do movimento nacionalista -, era uma forte aliada no processo da revolução brasileira (burguesa)[133].

Essa classe, não obstante tenha interesses comuns aos do proletariado, "não tem firmeza na luta anti-imperialista", tendendo a compromissos com os "inimigos" e assumindo atitudes vacilantes, sobretudo, em relação à reforma agrária (Documentos, 1980). Mas, por outro lado, existe uma "surda luta econômica entre a velha e a nova estrutura de produção , entre a economia exportadora e a economia de mercado interno, entre o latifúndio e a burguesia, aquele poderosamente reforçado pelo imperialismo, esta contando com as simpatias das classes e camadas inferiores" (Aristóteles Moura in *E.S.*, n.17, 1963, p.34).

---

[133] Nesse momento da história nacional, "embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista" (*Declaração de Março* In Documentos, 1980: 16).

Os representantes dessa nova estrutura de produção, cujos interesses estavam em contradição com a economia exportadora e o grande latifúndio, seriam os aliados da classe trabalhadora e de seu representante no cenário político brasileiro, o Partido Comunista. Os intelectuais, escritores, ligados ideologicamente a esse setor seriam os interlocutores do grupo de colaboradores da revista *Estudos Sociais.* Deste modo, ao contrário do que ocorre com os intelectuais identificados com o imperialismo e a grande propriedade territorial, a crítica não é incisiva, não estando a sua produção associada à pura ideologia. Discutem-se as propostas desses autores (e forças políticas) cujo conteúdo representaria um avanço, sem, contudo, deixar de apontar erros ou equívocos – pontos nebulosos, por vezes, expressão do limite imposto pelo horizonte de sua classe social. É sob essa perspectiva que Miglioli caracteriza a participação de Octávio Ianni no seminário promovido pelo Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1959):

> *"De outro lado, o sr. Otávio Ianni observa dois aspectos importantes no 'dilema da burocratização no Brasil': o primeiro se refere à organização irracional das empresas, seja no meio pelo qual escolhe seus empregados – onde ainda impera o protecionismo -, seja na maneira como opera no mercado; o segundo trata do aguçamento dos conflitos entre os interesses patronais e operários com o processo de racionalização do comportamento humano (ou, em termos, a intensificação da luta de classes, com a industrialização). Aliás, quisesse o sr. Ianni estender-se um pouco mais em suas considerações e poderia deixar explícito que as contradições de classe são inevitáveis no sistema capitalista"* (Miglioli In *E.S., n.8, p.429, 1960).*

Além de Ianni, representante do grupo de intelectuais da USP, outros são amplamente discutidos nas páginas da revista - importante exemplo é a CEPAL. Ainda de acordo com Miglioli,

> *"devemos observar a posição mais avançada dos estudiosos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), instituição aparentada com o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, pois naquela, se não se toma frontalmente a questão em termos de imperialismo verus desenvolvimento, pelo menos procura-se 'estudar o subdesenvolvimento à luz das relações internacionais desses países com os países mais desenvolvidos e de forma sistemática'"* (Miglioli In E.S., n.8, 1960: 427).

A posição mais avançada da CEPAL não a dispensou as ressalvas. Para Moacyr Paz (pseudônimo de Moacyr Paixão, economista com certa contribuição na *Estudos Sociais*), a grande maioria dos economistas, inclusive os filiados à escola metodológica da CEPAL, defendem a indispensabilidade do capital estrangeiro para o desenvolvimento do país. Com que claramente não concorda. Num longo texto, após analisar diversos quadros estatísticos, rebate essa posição: "os dados nos revelam a escassa contribuição dos capitais estrangeiros como fator de desenvolvimento" (Paz In *E.S.*, n.2, 1958: 141)[134].

A relação com o governo também se apresenta de forma dúbia, ora críticas, ora elogios - este sempre acrescido de algum porém. Entende-se tal postura justamente pelo seu caráter conciliador. De acordo com os comunistas ligados ao

---

[134] Todos os escritores da revista, ao abordar a atuação do capital estrangeiro no Brasil, defendem que o desenvolvimento econômico do país depende basicamente de seus próprios recursos internos. A economia nacional seria capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento. No entanto, alguns, como Moacyr Paz (*E.S.*, n. 11, 1960: 313)., procuram deixar claro que o fato do "desenvolvimento econômico depender principalmente dos recursos internos não significa que determinados recursos externos não possam ser úteis, recursos estes que devem ser mobilizados com inteligência"

PCB, "em decorrência da coligação de que surgiu, o governo do sr. Juscelino Kubistschek tomou um caráter heterogêneo, com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês" (*Declaração de Março* In Documentos, 1980: 6). Da mesma opinião compartilha o grupo de colaboradores presentes na revista aqui estudada. No entanto, é possível percebermos pequenas diferenças em relação aos aliados nacionalistas – ora tendem a enfatizar seu sentido progressista, ora sua natureza conciliatória.

A tônica geral, todavia, considera que "a participação do estado no processo econômico tem tomado formas as mais diversas, desde altamente positivas, como a criação de Volta Redonda, da CHESF ou da Petrobrás, até as altamente negativas ou deformadoras do caráter nacional do desenvolvimento econômico do país, como as concessões sucessivas às empresas estrangeiras de energia elétrica (Lignht e Bond & Share)..." (*E.S.*, n.1, 1958: 96)[135].

A perspectiva adotada revela-nos muito sobre o conflito interno da revista. Mário Alves, por exemplo, mostra-se bem desconfiado em relação ao governo e aos demais setores da burguesia presentes na frente nacionalista – embora não chegue a negar seu caráter progressista. Enquanto, na opinião de Jacob Gorender, Armênio Guedes tendia a conciliar-se com João Goulart, sendo um dos entusiastas da aliança política[136]. Os textos de Alves, por exemplo, procuram evidenciar o choque existente entre os grupos comprometidos com o atraso e aqueles que aspiram à libertação, acentuando a tendência governista a submeter-se aos primeiros, ou a forjar um acordo entre ambos os lados.

---

[135] O artigo não está assinado, mas não é do editorial, diz apenas: *um economista*
[136] Em entrevista, São Paulo, 2002.

Ademais, mesmo os setores (governistas) interessados na emancipação nacional, apesar de sentirem necessidade de mudanças, temeriam o povo e a ameaça socialista. Segundo Alves, seus programas distorciam a reforma agrária e qualquer transformação de caráter estrutural. Em seu lugar propunham novas frentes de colonização em terras longínquas. Tal como a solução apresentada "por um técnico burguês como o Sr. Celso Furtado".

Por outro lado, para outros autores, como Renato Guimarães (1962), percebia-se uma tendência dominante no pensamento econômico da burguesia nacional, caracterizada pela recusa da ortodoxia burguesa e motivada pela construção de uma teoria brasileira.. Seu maior representante seria Celso Furtado. E respondendo a esquerda que nega a existência de uma burguesia nacional, diz:

> *"Tais 'inquietos' deviam procurar nas livrarias o último livro do Sr. Celso Furtado, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Nele encontrarão um exemplar muito vivo e, mesmo, saliente, dessa avis rara que, a seu ver, é a 'nossa' burguesia nacional. Nele vão encontrar, na forma mais elaborada e requintada que se poderia exigir dela, a burguesia industrial brasileira, através de um de seus intérpretes mais expressivos, procurando pensar seus problemas, formular seus desejos e perspectivas"* (Renato Guimarães In *E.S.*, n.14, 1962: 109).

O livro mencionado ajudaria a perceber "a situação, as aspirações, limitações e objetivos dessa classe" (Guimarães In *E.S.* n.14, 1962). Portanto, ao mesmo tempo em que dimensiona a contribuição do autor para o movimento nacionalista, evita equívocos, posto que Furtado aparece entre alguns setores da intelectualidade como "homem de esquerda". A defesa da industrialização do país

e a crítica ao papel do latifúndio cafeeiro davam ao conjunto da obra de Celso Furtado um caráter inegavelmente progressista. Mas, em perfeito acordo com sua classe, temerosa de radicalismos e defensora das mudanças sem conflitos, evitava o tema da reforma agrária. evitava o tema da reforma agrária.

Seguindo a mesma lógica (ordem e progresso), o governo esforçava-se "por repartir os frutos do crescimento econômico entre amigos e inimigos do progresso, entre amigos e inimigos da nação", conservando o sistema latifundiário, subvencionando oligarquias (Grupo de Técnicos In *E.S.*, n.11, 1961: 296). Apesar das críticas, era importante reconhecer "os princípios e objetivos da política exterior, quer colocando em primeiro lugar a preservação da paz mundial, quer nas suas afirmações com relação a Cuba, ao colonialismo e à normalização das relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e todos os Estados, inclusive os que constituem o chamado Bloco Socialista" (Grupo de técnicos In *E.S.* n.11, 1961: 296).

À parte sua "natureza vacilante", a burguesia nacional integrava uma força social capaz de tornar vitoriosos os interesses nacionais. "Essa força é a frente única de todos os nacionalistas e democratas, que será tanto mais ampla e mais vigorosa na medida em que ela se incorporar o maior número de patriotas, independentemente de sua condição de classe ou de sua filiação partidária, em que se ligar mais estreitamente às lutas e movimentos reivindicatórios das massas trabalhadoras, sobretudo operárias e camponesas e apresentar à nação um panorama que não deixe dúvidas quanto à superioridade e à vantagem das soluções nele defendidas" (Almir Matos In *E.S.*, n.12, 1962: 403).

Todas as considerações sobreditas expressavam um corpo de idéias altamente positivas em relação à política nacionalista. Tendo em vista os limites

dos aliados, o boicote da classe dominante, sobretudo pela da imprensa reacionária, constatavam-se as conquistas da esquerda dentro do quadro da política institucional. A nova ótica, portanto, permitia afirmações como: "as eleições constituem um acontecimento de excepcional importância em nossa vida política" (*Declaração de* Março in Documento, 1980: 24). De modo que não era mais (apenas) uma farsa, um recurso ideológico da democracia burguesa, mas um instrumento de luta, do qual a classe operária poderia se beneficiar[137].

O balanço favorável das eleições de 1962, segundo análise feita pela *Estudos Sociais*, inaugurava "uma nova fase da vida política brasileira" (*E.S.*, n.15, 1962: 218), contrariando, assim, as "previsões pessimistas" expressas em outra revista por Caio Prado Jr. Em seu texto, *Aparências e realidade do panorama político brasileiro*, Almir Matos (1962) tece duras críticas ao historiador. Como o título sugere, o autor não haveria passado das aparências, não assumindo, deste modo, uma postura marxista. Logo, o prestígio desfrutado por Prado Jr entre a juventude, que o identificava com o marxismo, não corresponderia à realidade. Nesse sentido, Matos é categórico:

> *"Precisamente em estado de perplexidade é que se encontra, aliás, a julgar-se por esse artigo, o próprio fundador da Revista Brasiliense (...) seria magnífico se a capacidade de Caio Prado Júnior aplicar o materialismo e a dialética na interpretação dos fatos da vida política correspondesse plenamente ao renome que possui como escritor marxista"* (Matos In *E.S.*,n.12, 1962: 396).

---

[137] Para a revista, "as forças populares não podem omitir-se da utilização de toda e qualquer forma de luta, devem utiliza-las todas, com sua avaliação de alcance. O abandono de determinadas formas pela constatação de que não levam a uma decisão definitiva representa um erro" (*E.S.*, n.15, 1962: 212).

Celso Furtado, CEPAL, Caio Prado Jr, em certa medida os intelectuais da USP e o governo, falta-nos ainda discutir um importante interlocutor da revista *Estudos Sociais*, talvez o mais próximo entre todos eles, penso aqui no Instituto Superior Estudos Brasileiros, o ISEB. A estreita colaboração entre a revista e o instituto é evidente não apenas pelas diversas referências feitas em suas páginas, as resenhas sobre livros e autores a ele vinculados, mas, inclusive, pela presença do grupo editorial no interior do ISEB, como é o caso de Nelson Weneck Sodré.

Além deste, Leandro Konder, Jorge Miglioli e Fausto Cupertino integraram seus cursos. O primeiro, a convite de José Guilherme Merquior, realizou uma palestra no instituto, publicada na revista com o título de *Alguns Problemas do Realismo Socialista*[138]. Isso sem mencionar os demais colaboradores, tomamos por exemplo Helga Hoffmann, que trabalhou no Instituto como assistente de pesquisa de Gilberto Paim[139]. Miglioli, por sua vez, atribui sua entrada na *Estudos Sociais* ao ISEB. A convite de Guerreiro Ramos, escreveu um artigo sobre uma discussão realizada no *Cahier internationaux* - um longo debate sobre capitalismo contemporâneo. A revista, a qual publicaria, não foi editada e o artigo acabou publicado em *Estudos Sociais*.

Obviamente a estreita interlocução não impediu que fossem feitas diversas críticas ao Instituto, ao contrário, como dissemos, o dialogo estabelecido entre os comunistas e os demais setores nacionalistas através da *Estudos Sociais* teve esse perfil – consideração dos seus pontos progressistas, objetivo comum que os ligavam à classe operária, mas sem esquecer a distinção metodológica e ideológica. Assim, embora o diálogo seja travado, sendo impossível entendermos a

---

[138] Cf. *E.S.*, n.17, 1963. A palestra foi realizada no ISEB em 11/05/1963.
[139] A função da assistente de pesquisa era juntar dados, fazer tabelas entre outras coisas, como Hoffmann mesmo definiu, ela era "bagrinha". Entrevista concedida em 2003.

proposta e mesmo o conteúdo da revista sem atentarmos para os demais debatedores, não encontramos em suas páginas textos desses autores. Nenhum de Celso Furtado, de Caio Prado, uspianos, cepalinos ou isebianos – com exceção dos comunistas, como Sodré e Hoffmann. Em entrevista, Gorender disse-me a respeito do Instituto: "poucos do ISEB colaboraram, eles tinham sua própria fonte de publicação".

Mas, outro fator parece contribuir para essa ausência: desfazer a confusão, em meio aos intelectuais e à juventude de esquerda, entre marxistas e demais correntes do pensamento, presentes na frente nacionalista. A análise marxista da sociedade brasileira era feita pelos comunistas, presentes nas fileiras do partido, logo, a tese exposta nos seus documentos e fundamentadas por intelectuais, como Alberto Passos Guimarães, é que deveriam ser identificadas com o marxismo. Caio Prado, como Almir Matos afirmara, embora goze da fama de marxista, não fazia análise marxista, mesmo fazendo parte do PCB. Estava em jogo a luta pela hegemonia dentro da frente nacionalista, assim como o monopólio do marxismo que começava a sair das mãos do partido. Deste modo, "a classe operária deve aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças, e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas que nelas se manifestam" (*Resolução Política do V Congresso do PCB* In Documentos, 1980: 51). Por outro lado,

> *"O proletariado necessita fortalecer-se como classe, organizar-se e adquirir consciência revolucionária, impedir que as vacilações da burguesia atinjam suas fileiras. Para isso, deve salvaguardar dentro da frente única sua independência ideológica, política organizativa, condição essencial para que possa assumir a hegemonia do movimento e conduzi-lo à realização*

> *conseqüente dos objetivos anti-imperialistas e democráticos, criando assim as premissas para a transição ao socialismo" (Resolução Política do V Congresso do PCB* In Documento, 1980: 52).

Paulo de Lucca (1958) numa resenha crítica sobre o livro (*O nacionalismo na atualidade brasileira)* de Hélio Jaguaribe, procura marcar as diferenças entre a posição do autor, do ISEB e o marxismo. De fato, a literatura marxista reconhece o caráter progressista da burguesia dos países coloniais e semi-coloniais, considerando a existência de uma contradição entre essa classe e os países capitalistas colonizadores. Mas ressalta:

> *"O caráter progressista não é uma qualidade inerente à burguesia nacional, e sim um momento que pode ou não ocorrer em seu desenvolvimento. Permanece de qualquer modo, a solidariedade de classe entre os vários setores da burguesia, nacionais, compradores ou, mesmo, conciliadores. Esta solidariedade pode ou não se manifestar segundo as condições concretas de um país e de um momento histórico"* (Lucca In *E.S.*, n. 3-4, 1958: 417).

A posição do instituto é identificada dentro da revista com a burguesia nacional. Embora se saiba perfeitamente que não se deve considerar o ISEB como um todo homogêneo, até mesmo porque, como já dissemos, existem comunistas em seu interior. No entanto, a preocupação em separar o joio do trigo não existe apenas por consideração aos membros do partido. Álvaro Vieira Pinto, presente

nas discussões da *Estudos Sociais*, é sempre lembrado pela honestidade de seu trabalho[140].

O mesmo não ocorre com Hélio Jaguaribe, o mais criticado membro do ISEB. Sua obra "nada mais é do que um recuo em relação às posições políticas e conquistas reais do movimento nacionalista no Brasil, e uma tentativa de substituí-las por uma "ideologia" e por modificações políticas e econômicas condizentes com os interesses da burguesia conciliadora que, acreditamos, serão rechaçadas por nosso povo em sua luta de emancipação nacional e social" (Lucca In *E.S.*, n.3-4, 1958: 429).

3.6. A proposta

O problema concreto do latifúndio advinha, principalmente, das suas grandes extensões de terra serem pouco exploradas, assentadas na aplicação de sistemas agrícolas extensivos e relações de produção pré-capitalistas. Assim sendo, não questionavam a propriedade rural apenas em função de suas dimensões, mas conforme o grau de participação no processo de formação da renda e do desenvolvimento econômico em geral. Posto que, "ao elaborar a tática simplesmente em atenção à área da propriedade, daí negando qualquer aliança com as de maior tamanho, equivaleria a desconhecer a própria tendência do

---

[140] Leandor Konder (*E.S.*, n.12, 1962: 507) sobre o auto: "É nesse ponto que Vieira Pinto revela ser um verdadeiro homem de ciência, pois chega a se libertar das limitações que lhe adviriam de uma consciência de classe burguesa da filiação oficial do ISEB para assumir algumas posições que escalpam ao esquema das conveniências da burguesia como classe".

desenvolvimento capitalista na agricultura, que se baseia, afinal, no processo de absorção da pequena pela grande propriedade" (*E.S.*, n.1, 1958: 99)[141].

Nem todos fazem coro com essa idéia. Mário Alves, por exemplo, acredita que a reforma agrária deve estabelecer um limite máximo à propriedade territorial (indiferente às condições de utilização da terra) e rebate a proposta acima – numa pequena amostra de que a *Estudos Sociais* não é apenas consenso:

> *"Há quem objete contra essa tese, sob a alegação de que a fixação de um limite máximo atingiria não só o latifúndio atrasado, mas também as grandes plantações modernas, de tipo capitalista. A objeção deve ser debatida, porque fere um dos aspectos controvertidos da questão. Consideramos válida a idéia de que a reforma agrária, na atual etapa da revolução brasileira, tem como objetivo eliminar o latifúndio atrasado, de tipo semifeudal, e não abolir a propriedade agrícola capitalista. Partindo dessa premissa, a orientação básica da reforma consistirá em desapropriar e distribuir as terras inexploradas ou mal exploradas dos latifúndios, geralmente cultivadas sob a forma de arrendamento ou parceria, com o emprego de sistemas primitivos (...) Contudo, mesmo a propriedade capitalista deve ter um limite à sua extensão. (Posto que), os latifúndios que empregam processos capitalistas (...) já representam em nosso país o núcleo principal e mais poderoso da classe dos latifundiários. Não é possível golpear essa classe retrógrada, vinculada ao setor semi-colinial de nossa economia, sem ao menos limitar a extensão das propriedades..."*(Alves In *E.S.*, n.13, 1962: 22).

De acordo com o grupo reunido na revista, enquanto nos países desenvolvidos a agricultura enfrentava principalmente dificuldades decorrentes de crises de superprodução, no Brasil os problemas mais importantes e mais

---

[141] O artigo não está assinado, mas não é do editorial , diz apenas: *um economista.*

graves da economia agrária residiam no subdesenvolvimento de suas forças produtivas, em particular na sua produção de gêneros alimentícios voltada quase que inteiramente para o mercado externo, enquanto o mercado interno era carente:

> *"Foi sob a influência dos interesses e das condições da procura externa que o sistema agrário brasileiro sofreu a sua distorção básica, da qual ainda não pudemos nos libertar. Seguindo um curso antagônico ao processo natural do conjunto da economia nacional, que à medida em que se formava e se expandia o mercado interno, exigia uma estrutura produtiva cada vez mais diversificada, nossa agricultura ficou por muito tempo confiada às atividades pré-estabelecidas e reguladas pelos vaivéns da procura externa."*(Grupo de técnicos In *E.S.*, n.8,1960: 460).

Nesse sentido, eram investimentos com recursos públicos ou privados e políticas de proteção para a chamada "grande lavoura", enquanto a "agricultura de subsistência" foi sempre alvo de dificuldades e limitações. Cabia dar um basta a essa política econômica de favorecimento, cuja aplicação emperrava o desenvolvimento nacional.

> *"A problemática da sociedade brasileira (estava, portanto), condicionada pelo duelo entre dois agrupamentos de força cada vez mais claramente definidos: de um lado as correntes nacionalistas, democráticas, progressistas e populares, embora ainda insuficientemente coordenadas e organizadas; e. de outro lado, as correntes entreguistas e reacionárias, comprometidas com os inimigos seculares do povo e da nação..."* (Grupo de Técnicos In *E.S.*, n.11, 1961: 298). *Assim, motivadas pelas novas condições do país, as forças progressistas anteviam a possibilidade de um efetivo*

desenvolvimento. Exigiam reforma agrária e a implantação de uma vigorosa base industrial sob a responsabilidade do Estado (*E.S.*, n.11, 1961).

De acordo com Mário Alves (*E.S.* n.13, 1962: 19), a revolução havia de ser, "em sua essência, não apenas antiimperialista, mas também agrária". Pois, a exemplo da América Latina, o problema agrário adquiria extrema gravidade e se convertia num dos principais fatores de comoção revolucionária no continente. Levantava-se a bandeira de uma reforma agrária radical, cujo objetivo (ao menos nessa fase) era eliminar o latifúndio do tipo semifeudal e não abolir a propriedade agrícola capitalista.

De acordo com seus críticos, o Partido Comunista nada inovara com essa política antifeudal e antiimperialista. Para Caio Prado, essa tese procedia diretamente do Programa da Internacional Comunista, adotado no VI Congresso Mundial, em 1928. De fato, a *Declaração de Março* reafirmava a tese sobre o caráter nacional e democrático da revolução nos países coloniais. "Mas, além de a reafirmar a antiga estratégia, o documento reconhecia pela primeira vez na história do partido, a realidade do desenvolvimento capitalista em curso no país (...)" (Frederico, 1998: 276). Abandonando a política de recusa e enfrentamento, os comunistas passaram a interferir nos rumos do desenvolvimento através da pressão sobre o Estado e das campanhas nacionalistas pela encampação das empresas estrangeiras situadas nos setores estratégicos da economia.

A nova linha política do partido dava conta de que as transformações ocorridas no mundo, após a segunda *Guerra Mundial,* mudavam a correlação de forças a favor do socialismo, deixando as guerras de serem inevitáveis. De modo que "as formas de conquista do poder pela classe operária e de constituição do

socialismo se tornavam cada vez mais variadas, conforme a situação particular de cada país" (Prestes In Documentos, 1980: 30).

Desfeita a abordagem de estagnação econômica e guerra iminente, os comunistas repensavam a concepção de revolução em curto prazo, feita de forma violenta. O que não era pouca coisa, principalmente se pensarmos que, para Lênin, a guerra só perderia o sentido depois de vencida e expropriada a burguesia do mundo inteiro. Cabia contextualizar, portanto, o marco do marxismo brasileiro, isto é, aquele cujo pensamento forneceu as bases do comunismo no Brasil[142]. Assim, segundo Fausto Cupertino (*E.S.* n.8, 1960: 480), "formulada às vésperas da Revolução de Outubro, essa concepção de Lênin reflete a correlação de forças existentes na época, radicalmente diversa da atual".

Nesse novo quadro não haveria a necessidade do conflito armado, pois "a cada dia que passa restringe-se o campo de manobra do imperialismo e diminuem suas possibilidades de empreender aventuras guerreiras" (Cupertino In *E.S.* n.8, 1960: 482). Vale dizer que a viabilidade da transição socialista por meios pacíficos não dependeria apenas do bloco socialista, mas também das forças imperialistas. A paz deveria ser exigida, sem contudo impedir a emancipação nacional.

Contudo, embora a orientação do partido considerasse a via pacífica, alguns autores preferiam ser mais cautelosos, sobretudo aqueles pouco convencidos dessa possibilidade. Busca-se a paz, não obstante, luta-se "com muito maior ardor pela nossa emancipação econômica. Lutamos pela paz, mas

---

[142] Para João Quartim de Moraes (1995), até 1956 ser comunista, ser bolchevista e ser stalinista (e por que não acrescentar leninista) eram expressões praticamente sinônimas. A crise do stalinismo levou alguns militantes a pensar na renovação como uma volta a Lênin.

não pela paz dos colonialistas e imperialistas que nos exploram. Lutamos pela paz com justiça e não por qualquer espécie de paz" (Domingos Vellasco In *E.S.*, n.8, 1960: 486)[143].

Jacob Gorender (*E.S.* n.9, 1960: 11), embora identificado com o grupo mais radical da revista, reconhece a dificuldade, mas não nega essa hipótese. Para ele, "os comunistas brasileiros consideram que existe a possibilidade real de atingir tais objetivos por um caminho pacífico, ou seja, por um caminho que, não sendo (...) isento de contradições de classe e de choques por vezes bem agudos, exclua a inevitabilidade da insurreição armada e da guerra civil" . Mário Alves, por sua vez, é mais enfático e um dos mais ressabiados com relação a via pacífica:

> *"o povo vem empregando os meios legais que lhe são proporcionados pelo atual regime, vem utilizando todas as possibilidades existentes a fim de que as transformações da estrutura econômico-social se realizem pela via pacífica. Não é possível, entretanto, responder de antemão se os objetivos revolucionários serão ou não atingidos por este caminho, já que a resposta a tal problema depende não apenas das forças da revolução, mas também das forças da reação. Os inimigos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Se conseguirem empregar a violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao poder, poderá ser colocada na ordem-do-dia a solução por um caminho não pacífico"* (Alves In *E.S.*, n.11,1961: 269).

O Partido Comunista e a revista *Estudos Sociais* consideravam não haver, no presente momento, condições históricas que justificassem "tentativas suicidas

---

[143] Segundo Vellasco (*E.S.*, n.8, 1960: 485), "o movimento pela paz só tem sentido nos países subdesenvolvidos e colonizados, quando integrado no movimento nacionalista de emancipação econômica".

de tomada do poder por parte do proletariado" (Carlos Guilherme In *E.S.*, n.9, 1960: 126). A alternativa, portanto, era a intervenção do Estado na economia.

Assim emergia a questão do planejamento econômico em países de regime não socialistas. "Houve tempos em que esta possibilidade era inteiramente refutada, partindo-se da inexistência de condições mínimas necessárias ao planejamento e ao desenvolvimento planificado nas economias nacionais baseadas na propriedade privada, capitalista. Já agora, entretanto – e esta é uma lição prática, da realidade – admite-se não apenas a possibilidade, mas inclusive a necessidade do planejamento, nas nações ou regiões subdesenvolvidas" (Armando Alcântera In *E.S.*, n.10, 1961: 183).

Embora estivesse claro o limite desse planejamento, ele era a aposta para o momento. Helga Hoffmann, membro da Juventude Comunista e cuja contribuição na revista é significativa, escreve um livro chamado *Tentativa de planejamento nos países subdesenvolvidos*; enquanto Jorge Miglioli parte, em 1963, para a Polônia, para realizar um curso sobre planejamento econômico, de onde não voltaria em decorrência do golpe. A importância atribuída ao assunto não mudara apenas o curso da vida de Miglioli, mas igualmente o de Hoffmann. Formada em filosofia, torna-se economista pois "achava que o planejamento ia acabar com o subdesenvolvimento". Afirmando-se atualmente antiestatista, avalia: "naquela época eu acreditava... Eu nem acho que esse livrinho era ruim, mas ele reflete o espírito predominante. Reflete as coisas do partido, a idéia do imperialismo: o estado vai organizar a produção"[144].

A estatização da economia aparecia aos olhos dos comunistas como uma forma válida, embora não socialista, de melhorar a condição do trabalhador

---

[144] Helga Hofmann, em entrevista, São Paulo, 2003.

brasileiro. Como diz Hoffmann "o planejamento ia garantir um padrão de vida razoável para todo o mundo".

Essa é, em grande medida, a proposta defendida em *Estudos Sociais* para a superação do subdesenvolvimento nacional. Obviamente era a primeira etapa de um processo mais longo, que apenas encontraria soluções definitivas com a revolução socialista. A tese central sobre o atraso brasileiro e o projeto de transformação social dessa realidade, apresenta, não obstante pequenas nuanças, um corpo comum. O passado colonial de caráter feudal, as permanências desse passado enquanto obstáculo para o pleno desenvolvimento do capitalismo, a existência de uma burguesia nacional – são aspectos fundamentais das teses pecebistas, as quais, em momento algum são questionadas na revista *Estudos Sociais*. Nesse ponto em particular, embora se propondo a dialogar com outras interpretações sobre o Brasil, não há discordância e nem diálogo; posto que era extremamente importante para o PCB garantir a hegemonia interpretativa e do processo revolucionário dentro do movimento nacionalista.

4. Considerações finais

A revista *Estudos Sociais* é resultado da abertura política do Partido Comunista Brasileiro, da sua proposta de diálogo com os mais amplos setores identificados com as forças progressistas do país, ou seja, comprometidos com a luta pela emancipação nacional, fundamentalmente antiimperialista. A *nova política* expressava o rompimento com a estratégia política elaborada em 1950 no *Manifesto de Agosto* - a orientação era sair das sombras e entrar no cenário político ao lado do movimento nacionalista, formando uma grande *Frente Única.* Certamente essa mudança fazia-se acompanhar de novas leituras, ou antes, uma releitura do marxismo-leninismo; mas motivada, sobretudo, pela crise política e ideológica instaurada em 1956 e pelas conseqüências políticas do afastamento do PCB da realidade nacional.

Por outro lado, a revista *Estudos Sociais* vem acompanhada de um movimento de abertura teórica. Sendo um esforço significativo no sentido de romper com toda a produção cultural, sempre presente e muito forte no partido, mas ao mesmo tempo sempre subjugada a fins políticos partidários. Nesse sentido, o modelo de imprensa doutrinária, direcionada para o informe, a propaganda e a educação do militante, é repensado. *Estudos Sociais* foi uma iniciativa diferente. Apresentando um perfil mais teórico e plural, constituiu-se num importante meio de discussão e divulgação de idéias e pensadores. Mas talvez sua maior contribuição esteja na incorporação, por parte dos comunistas diretamente ligados ao PCB e à ação política, de questões delicadas e marginalizadas no interior do partido, referimo-nos: à subjetividade, à

psicanálise, ao cristianismo, à via nacional para o socialismo, ao existencialismo e à herança da arte burguesa e a estética, por exemplo. Isto posto, podemos considerar a revista um salto qualitativo em relação às outras publicações do PCB. Representando uma ruptura com o modelo de imprensa leninista e o esboço de um novo modelo de imprensa. Não mais voltado para a educação e a constituição da coesão interna, mas com um papel tão político quanto. A revista voltava-se para a inserção política no meio intelectual, numa luta constante pela direção interpretativa do país e pela disputa da direção do próprio marxismo que se diversificava e escapava à zona de influência do partido. Talvez por isso mesmo, o termo "tendência marxista", prescrito em sua apresentação, resultou em tantos problemas – um órgão teórico do PCB deveria identificar-se com o marxismo.

Deste modo, ao adiar a revolução armada e privilegiar o embate político, o pleito, as eleições, o partido trazia à tona a questão cultural, a direção, pela conquista e convencimento, dos aliados – papel que *Estudos Sociais* deveria desempenhar entre os intelectuais dos mais diversos círculos. Assim, segundo a *Resolução Política do V Congresso* (1960), "a questão da hegemonia do movimento antiimperialista e democrático constitui questão decisiva" (Documentos, 1980: 61).

Entretanto, apesar do grande passo representado por esta iniciativa, ela apresentou certos limites se comparada à sua proposta inicial de abertura e mesmo da perspectiva de impacto no meio intelectual brasileiro. E boa parte destas insuficiências pode ser explicada (embora não apenas) pelas restrições que a revista continuou sofrendo do partido, mesmo que de forma indireta. Pensamos aqui no acesso restrito a colaboradores não comunistas e na dificuldade de

abrigar outras teses sobre o Brasil, que não a defendida nos documentos do PCB. Deste modo, o debate sobre a questão agrária coloca, num plano geral, a tese sobre o feudalismo brasileiro, confirmando as análises pecebistas, amplamente amparadas em Alberto Passos Guimarães.

Era necessário não ceder espaço a outras interpretações que fizessem frente à posição comunista e representasse risco tanto ao monopólio do marxismo quanto a direção da *Frente Única* e, portanto, do processo de transformação da sociedade brasileira. Por outro lado, igualmente importante era mudar a relação do partido com seus intelectuais e a produção cultural. Assim, segundo Carlos Nelson Coutinho (1990) e Leandro Konder, os pensadores marxistas utilizados para a renovação do stalinismo, tais como Lukács e Gramsci, foram aproveitados primeiramente no plano da política cultural, mas não para questionar o conteúdo da ação política e da organização partidária. Haveria como que um "acordo tácito" entre esses intelectuais, membros do partido e interessados numa produção autônoma, com a direção do PCB: na filosofia, na estética, na literatura haveria uma menor intervenção, enquanto que nas áreas de economia e política, tidas como centrais para as teses pecebistas, a possibilidade para a inovação estaria restrita.

De certa forma isso se verificou na revista. Enquanto na economia e na política o debate é mais homogêneo, nas outras áreas são apresentados diferentes autores e uma discussão mais diversificada. Deste modo, no que se refere à filosofia, a estética, ou mesmo a sociologia - nas discussões mais teóricas - parece haver um esforço maior em registrar a diversidade do pensamento existente, apresentando uma abertura maior que na política e na economia.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Não nos coube aqui discutir o caráter da formação socioeconômica brasileira. Se houve ou não feudalismo não foi a esse debate que nos propusemos. Interessou-nos antes perceber que para a revista *Estudos Sociais* esta questão estava colocada e a sua posição muito clara – o Brasil fora feudal e padecia dos resquícios desse passado. De resto, como afirma Gildo Marcão Brandão (1997:103), essa discussão foi tão importante que "mesmo Caio Prado Jr., que defendeu a hipótese de que a economia brasileira já nasceu capitalista, também teve de lidar com categorias pré-capitalistas, no mínimo para demonstrar que elas não estavam vigorando na economia brasileira".

Também é importante destacar que, ao menos com relação à revista, essas idéias não foram simples importação das teses soviéticas. Além de autores (não comunistas) presentes no pensamento brasileiro que também trabalharam com o conceito de feudalismo, a *Estudos Sociais* demonstra um grande esforço desses intelectuais em realizar estudos e análises com bases em pesquisas estatísticas e historiográficas no sentido de fundamentar seus estudos, tanto isso é verdade que nos textos de economia e política existem menos traduções e referências a autores estrangeiros do que nas outras áreas.

Podemos dizer que a *Estudos Sociais* marca o início de um novo momento para o marxismo brasileiro. Certa vez um dos membros da revista *Estudos Sociais* disse numa entrevista, concedida a outros pesquisadores, gostar de uma idéia que achamos exemplificar bem o trabalho realizado com essa revista. Quando uma idéia nasce, nasce como um ser humano, cheio de gosma e sujo de sangue, depois ele é limpo e passam-se alguns anos o educando para ver no que vai dar, mas não se sabe ao certo. A *Estudos Sociais* teve seis anos de vida. Surgiu certamente de muitas idéias e expectativas num período meio que incerto dentro

do movimento comunista brasileiro. O que ela poderia ter sido não sabemos, a morte lhe veio prematura. Certamente teve erros e limites, mas foi uma experiência importante e significativa dentro do pensamento do período[145].

---

[145] A idéia foi expressa por Leandro Konder em entrevista à Maria Orlanda Pinassi e Sergio Lessa PINASSI, M. O.; LESSA, Sérgio. *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo.* São Paulo: Educ, 1995.

ARANTES, Paulo Eduardo. Origens do marxismo filosófico no Brasil. In MORAES, J. Q. (org.) *História do marxismo no Brasil*: influxos teóricos, vol. 2. Campinas: UNICAMP, 1995.

ANDREUCCI, Franco. A questão colonial e o imperialismo. In HOBSBAWM, E. J. (org.) *Historia do marxismo.* vol. 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BASTOS, Elide Rugai e Rego, Walquíria D. L. (org.) *Intelectuais e política*: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Esquerda positiva*: as duas almas do Partido Comunista, 1922-1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Literatura e Humanismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra,1967.

_____. *Cultura e sociedade no Brasil:* ensaios sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

CUNHA, Paulo. *Um olhar à esquerda:* a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

CUPERTINO, Fausto. *Raizes do atraso*: países subdesenvolvidos ou potência emergente? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977

DEL ROIO, Marcos. *A teoria da revolução brasileira.*: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In DEL ROIO, M., MORAES, J. Q. (orgs.). *Historia do marxismo no Brasil: visões do Brasil.* vol.4. Campinas: UNICAMP, 2000.

_____. *Os comunistas, a luta social e o marxismo* (1920-1940). In RIDENTI, M; REIS, D. A. (orgs.). *Historia do marxismo no Brasil:* Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. vol.5. Campinas: UNICAMP, 2002.

DOCUMENTOS. PCB: Vinte anos de política, 1958-1979. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In MORAES, J. Q. (org.) *História do marxismo no Brasil:* teorias. Interpretações. vol.3. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. *O nordeste*: problema nacional para a esquerda. . In MORAES, J. Q., DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do marxismo no Brasil:* visões do Brasil. vol.4. Campinas: UNICAMP, 2000.

FACÓ, Rui. *Os intelectuais e o Partido*. In: *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, julho de 1960, n.70.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Millor. *Millor:* o inventor da liberdade de imprensa no Pasquim. São Paulo: Circulo do Livro, 1977.

FRANK, Andrew Gunder. *A agricultura brasileira:* capitalismo e o mito do feudalismo. In *Revista Brasiliense*, n.51, 1964.

FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In MORAES, J. Q. (org.). *História do Marxismo no Brasil* : teorias. interpretações. vol. 3. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In MORAES, J. Q. (org.). *História do Marxismo no Brasil* : Os fluxos teóricos. vol. 2. Campinas: UNICAMP, 1995.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967 .

GULLAR, Ferreira. *Toda poesia* (1950-1987).Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. O marxismo: um balanço aberto. In. HOBSBAWM, E. J. (org.) *História do marxismo:* o marxismo hoje. vol. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1985.

IANNI, Octavio. *Revolução e cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

KONDER, Leandro. *Os marxistas e a arte*: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Intelectuais brasileiros e marxismo.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

_____. *Estética e política cultural.* In ANTUNES, R., REGO, W. L. (orgs.) *Lukács:* um Galileu no século XX. São Paulo: Boitempo, 1996.

LIMA FILHO, Antonio Guedes. *Resistência ou conformismo?* A ruptura política de Carlos Marighella com o BCB e as razoes da ALN (1958-1964). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da FFC/UNESP. Marilia, 2003.

LIMA, Heitor Ferreira. *Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas.* In: Moraes, Reginaldo de, *et alii* (orgs.). *Inteligência brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a revista Brasiliense. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.5, São Paulo: ANPOCS, out. de 1987.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Historia da agricultura:* combate e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÖWY, M. *A evolução política de Lucáks:* 1909-1929. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS. Georg. *Problemas do Realismo.* In: "Marxismo e Teoria da Literatura". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *História e Consciência de Classe*: estudos da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora Elfos, 1989.

_____. *Ensaios sobre literatura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In MORAES, J. Q. (org.). *História do marxismo no Brasil*: influxos teóricos. v. 2. Campinas: UNICAMP, 1995.

MARIGHELLA, Carlos (*et al*). *A questão agrária no Brasil.* São Paulo: Debates, 1980.

MORAES, Dênis. *Imaginário Vigiado*: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953). Rio: JOE, 1994.

MORAES, João Quartim. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In MORAES, J. Q. (org.). *História do marxismo no Brasil*: influxos teóricos. vol 2. Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispações (1944-1954). In MORAES, J. Q. (org.). *História do marxismo no Brasil*: influxos teóricos. vol. 2. Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. *A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro.* In *História do marxismo no Brasil*: o impacto das revoluções. In: REIS, Daniel Aarão (org.). História do Marxismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In MORAES, J.Q.; DEL ROIO, M. (orgs.). *História do marxismo no Brasil:* visões do Brasil. vol.4. Campinas/SP: UNICAMP, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974.* São Paulo: Editora Ática, 1994.

PEREIRA, Astrojildo. Desapreço ao trabalho intelectual. In: *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 16 de dez. de 1956.

_____. *Interpretações.* Rio de Janeiro: CEB, 1944.

PERALVA, Osvaldo. *O retrato.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

PINASSI, M. O.; LESSA, Sérgio. *Lukács* e a atualidade do marxismo. São Paulo: Boitempo, 2002.

PINSKI, Jaime. *Questão nacional e marxismo.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRADO Jr. Caio. Marcha da questão agrária no Brasil. In *Revista Brasiliense*, n.51, 1964.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil.* São Paulo: Editora 34, 2000.

RIDENTI, Marcelo S. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RUBIM, Antonio A. C. *Partido comunista, cultura e política cultural.* Tese de Doutoramento em Sociologia, São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

_____. Marxismo, cultura e intelectuais. In MORAES, J. Q. (org.) *História do marxismo no Brasil:* teorias. Interpretações. vol.3. Campinas: UNICAMP, 1998.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista*: reflexos do XX congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte: Oficina de livros, 1988.

_____. *O pecebismo inconcluso*: escritos sobre idéias políticas. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural, 1994.

_____. *Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50*. In *História do marxismo no Brasil*: o impacto das revoluções. In: REIS, Daniel Aarão (org.). História do Marxismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Questão agrária e política:* autores pecebistas. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.

_____. "Opinião pública" e partidos em algumas análises de conjuntura de Caio Prado Jr. In MORAES, J. Q.; DEL ROIO, M. (orgs.). *História do marxismo no Brasil:* visões do Brasil. vol.4. Campinas: UNICAMP, 2000.

SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros: 1989.

SCHUARZ, Roberto. *O pai de família: e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Que horas são?* São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

SILVA, Lígia Osório. Feudalismo, capital mercantil, colonização. In. MORAES, J. Q.; DEL ROIO, M. (orgs.) *História do marxismo no Brasil:* visões do Brasil. vol.4. Campinas: UNICAMP, 2000.

SILVA, Marilene Correa da. *A questão nacional e o marxismo*. São Paulo: Cortez, 1989.

STRADA, Vittorio. *Do "realismo socialista" ao zdhanovismo* In HOBSBAWM, E. J. (org.) *História do marxismo*: o marxismo. vol.9. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo*. In. MORAES, J. Q. (org.) *História do marxismo no Brasil:* teorias. Interpretações. vol.3. Campinas: UNICAMP, 1998.

Revistas citadas:

Revista Civilização Brasileira, n° 1965. Rio de Janeiro.

Revista Brasiliense, n° 1, setembro/outubro de 1955. São Paulo.

Revista Brasiliense, n° 6 julho/agosto de 1956. São Paulo.

Estudos Sociais, n° 1-19, 1958-1964. Rio de Janeiro.

Problemas, n°1, 1947. Rio de Janeiro

Arquivos pesquisados:

CEDEM/UNESP Arquivo ASMOB - São Paulo
Edgard Leurenth IFCH/UNICAMP - Campinas - SP

Entrevistas:

Armênio Guedes - São Paulo, junho de 1999
Jorge Miglioli - Campinas/SP , novembro de 1999
Leandro Konder - Rio de Janeiro, novembro de 2000
Jacob Gorender - São Paulo, outubro de 2002
Jorge Miglioli - Campinas/SP, janeiro de 2003
Armênio Guedes – São Paulo, março de 2003
Helga Hoffmann – São Paulo, março de 2003

6. Anexos

6.1. Tabelas das revistas analisadas

Número 1 - maio/junho de 1958

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
Texto de apresentação	Editorial	-	Programa da revista/ seus objetivos	**3-4**
Sobre os problemas do desenvolvimento econômico	Moacyr Paz	Economia	Crítica aos métodos de análise da economia brasileira	5-16
Alguns aspectos da renda da terra no Brasil	Carlos Marighella	Economia	Avanço do capitalismo no campo e os restos feudais na estrutura agrária brasileira.	17-43
O problema da terra em Pernambuco	Fragmon Carlos Borges	História	Origens históricas da propriedade privada da terra,	44-60
O trabalho na Minas Gerais	Miguel Costa Filho	História	As duras condições do trabalho escravo em Minas	61-65
Maiacovisk nos debates públicos	E. Carrera Guerra	Literatura	Personalidade forte e altiva do poeta/ seu carisma	66-72
Avaliação do idealismo clássico	Su Ju	Filosofia	Relação entre idealismo e materialismo/ a herança da filosofia chinesa e o marxismo	73-78
Notas sobre a recessão norte-americana	Hymon Lumer	Economia	Queda do crescimento da economia norte-americana/sua instabilidade	79-87
Problemas em debate: Fundamentos econômicos para uma política marxista brasileira	Não está assinado (um economista)	Economia	Análise da realidade econômica brasileira	88-103
CL:: História sincera da república ou a negação do povo na história – Leôncio Basbaum, 1957	Rui Faço	História	-	104-124
C.R.:*Revista Brasiliense*	Jacob Gorender	-	Avaliação da contribuição da *Revista Brasiliense*/ avaliação positiva	125-127

Área	Número
Economia	04
Educação	-
Filosofia	01
História	03
Literatura	01
Política	-
Sociologia	-
Outros	-
Total	**09**

Número 2- 1958

Nome do artigo	Autor	Área	Assunto	Páginas
Política exterior em crise	Jacob Gorender	Política	Análise da pol´tica internacional/ Brasil - E.U.A/ governo Kubstchek	**129-136**
Frederico Joliot-Curie	Mário Schenberg	- biografia	Importância científica e política do físico/ suas descobertas	137-139
Capitais estrangeiros: fator limitante do desenvolvimento	Moacyr Paz	Economia	A falsa idéia da indispensabilidade dos recursos externos p/ o desenvolvimento do pais	140-153
Os problemas do ciclo industrial de após-guerra e a nova crise de superprodução	E. Varga	Economia	Relação do pós-guerra e a superprodução - crise norte-americana e mundial	154-180
Novo romance de Dalcídio Jurandir	Moacir Werneck Castro	Literatura	A importância do autor/seu comprometimento com a realidade e sua transformação/ apresentação do seu romance	181-184
O romance do Sr. Guimarães Rosa e o problema da terra no Brasil	Rui Faco	Literatura	*Grande Sertão: veredas*/retrato da transição das relações feudais p/ capitalistas no campo	185-189
As greves no Brasil durante o primeiro quartel do século XX	Hermínio Linhares	História	Levantamento das greves operárias do início do século	215-228
O trabalho nas Minas Gerais	Miguel Costa Filho	História	Uso do trabalho do índio na mineração/servidão	229-234
A grande propriedade territorial latifundiária	Fragmon Carlos Borges	História	Latifúndio em Pernambuco sua origem nas sesmarias/política colonial protuguesa	235-244
CL: O niilista Octávio Brandão	R.F.	Literatura	Crítica à crítica feita por O.B. a Machado de Assis/ crítica ao sectarismo de Brandão	245-248
CL: Pesquisas Economicas	A.M.	Economia	Interesse crescente dos pesquisadores baianos pela economia da Bahia.	248-249
CR: *Roteiro*, n1/Florianópolis, 1958	D.S.	-	Apresentação da revista e de seus pressupostos	251-252
CR: *Tendência*, n.2/BH, 1958	A.P.	Literatura	Relação de forma e conteúdo/ a forma como nacional	252-254

Área	Número
Economia	03
Educação	-
Filosofia	-
História	03
Literatura	04
Política	01
SOCIOLOGIA	-
OUTROS	-
Total	**11**

Número 3 e 4 - setembro/dezembro de 1958

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
3 de outubro e o movimento nacionalista	Mário Alves	Política	Eleições/imperialismo: seu aspecto político	259-265
Capitais nacionais administrados por empresas americanas	Aristóteles Moura	Economia	Capital nacional x interesses norte-americanos/imperialismo	266-288
Os fundos de colonização e sua importância para a questão agrária brasileira	Manuel Paiva	Sociologia	Migração e questão agrária	289-301
Pensamento dialético e materialista de Machado de Assis	Astrojildo Pereira	Literatura	Machado de Assis materialista/literatura e sociedade	302-322
Duas palavras sobre o teatro machadiano	Antonio Bulhões	Literatura	Teatro- s/ atenção dos críticos brasileiros	323-327
Gabriela e os coronéis do cacau	Maurício Vinhas	Literatura	A obra c/ registro das mudanças sociais/crise do coronelismo	328-332
Correntes sociológicas no Brasil	Jacob Gorender	Sociologia	Relação entre teoria (geral) e o particular (realidade brasileira)	335-352
A dialética e as contradições do pensamento	P. Kopnin	Filosofia	Lógica formal X lógica dialética	353-361
À margem da revolução brasileira	Fábio Lucas	Política	Discussão sobre a formação e consolidação do Brasil através do livro de Nelson W. Sodré/ implicações na revolução brasileira	362-371
A situação da educação na América Latina e como melhorá-la	Paschoal Lemme	Educação	Educação c/ fruto do meio social	372-392
A posso útil da terra entre os quilombólas	Duvitiliano Ramos	História	Base econômica familiar/pequenos tratos da terra	393-398
O problema da terra em Pernambuco: as terras dos índios	Fragmon Carlos Borges	História	Colonizador X Indígenas: expropriação	399-404
O trabalho nas Minas Gerais	Miguel Costa Filho	História	Mal uso das minas/trabalho escravo	405-416
C.L: O nacionalismo na atualidade brasileira (Hélio Jaguaribe)	Paulo de Lucca	Política	Crítica as políticas conciliatórias do livro	417-429
C.L: The Political Economy of Growth (Paul A. Barn)	E. B.	Economia	Capitalismo atual como fator de atraso	429-433
Um livro esclarecedor	S. C.	Política	Direito internacional em países socialistas	433-436
C.R: Problemas del la paz y del socialismo	A. G.	Política	Diretrizes da revista	437-439
C.R: Revista Brasileira de Filosofia	G. A.	Filosofia	Diretrizes da revista	440-442

Área	Número
Economia	02
Educação	01
Filosofia	02
História	03
Literatura	03
Política	05
Sociologia	02
Outros	-
Total	**18**

Número 5 - março /abril de 1959

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
OPENO - um problema em debate	Moacyr Paz	Sociologia	Desigualdade regional	3-10
A vitória da China contra fome	Josué de Castro	Sociologia	A questão da fome	11-24
A propósito do XXI congresso do PCUS	Revista Economie et Politique	Política	A consolidação do comunismo na URSS	25-29
Um capítulo da formação da propriedade agrária	Alberto Passos Guimarães	Sociologia	A questão agrária no Brasil	30-53
Nota da redação	Editorial	-	Referente ao texto do Lukács e Szigeti	54-55
O irracionalismo	Georg Lukács	Filosofia	Fundamentos filosóficos do nazismo	56-80
Relação entre as idéias políticas e filosóficas de Lukács	Joszef Szigeti	Filosofia	Crítica ao Lukács	81 - 97
Idéias dispersas	Ilya Ehrenburg	Arte	Cultura soviética	98-105
CL: Integração econômica e política da América Latina - Alceu Amoroso Lima, José Misalem Saffre, André Franco Montoro, Veancio Flores - 1958.	H.H.	Política	Discussão sobre as resoluções tiradas por democratas cristãos num congresso internacional	106-109
CL. Terceira força – Paulo de Castro, 1958	Paulo Lucca	Política	Crítica as posições do autor no livro/deturpações/pretensões de esquerda/ relações internacionais	109 - 113
CL: O intendente Câmara/ Marcos Carneiro de Mendonça (1958)	M. C. F.	História	Crítica a biografia sobre o intendente Câmara	113-114
C.R: Recherches internationales (n.5)	F. N.	Economia	Capitalismo contemporâneo	115-122
C.R: Síntese Política Econômica Social (SPES)	P. L.	Política	objetivos da revista	123-124
Correspondência/BH, 29 de out. de 1958	Fábio Lucas	-	-	125-127

Área	Número
Economia	01
Educação	-
Filosofia	02
História	01
Literatura	-
Política	04
SOCIOLOGIA	03
OUTROS	01
Total	**12**

Número 6 maio/setembro de 1959

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
A espoliação do povo brasileiro pela finança internacional	Jacob Gorender	Economia	Dívida externa	131-148
A evolução do pensamento de Euclides da Cunha	Rui Facó	Sociologia	Trajetória intelectual de Euclides da Cunha	149-165
Alguns aspectos da formação dos engenhos e das fazendas	Alberto Passos Guimarães	Economia	Diferenças entre engenho e fazenda(aproveitamento capitalista)	166-179
Um livro sobre a história da economia de Pernambuco	Fragmon Carlos Borges	História	Problemas metodológicos: a história como ciência objetiva capaz de prever o futuro	180-200
Trechos escolhidos	Tobias Barreto	Filosofia	Direito e ciências humanas/filosofia x religião/positivismo	201-227
A vitória da China contra fome	Josué de Castro	Sociologia	A questão da fome/ como a China superou este problema	228-236
CL: Formação econômica do Brasil/ Celso Furtado (1959)	Renato Arena	Economia	Crítica ao Furtado: análise economicista e vacilante	237-244
CL: Socialismo/Paul M. Sweezy (1959)	Jorge Miglioli	Economia	Apresentação do livro (síntese)/ elogios ao Sweezy	244-247
CL: Capitais estrangeiros no Brasil/Aristóteles Moura	C. M.	Economia	Capitais estrangeiros atraídos pelo Brasil/ quais setores/ política nacional para o setor de energia elétrica	247-251
CR: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Geraisl	M. C. F.	História	História de Minas Gerais	252-254

Área	Número
Economia	05
Educação	-
Filosofia	01
História	02
Literatura	-
Política	-
Sociologia	02
Outros	-
Total	**10**

Número 7 - março de 1960

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
Cuba segundo ano de independência	Editorial	Política	Investidas do imperialismo norte-americano	259-266
Por uma política brasileira de energia elétrica	Hugo Regis dos Reis	Economia	Normas para exploração racional de energia no Brasil	267-279
Uma pesquisa sobre as empresas de capital estrangeiro	Extraído da palestra de Gilberto Paim	Economia	Atuação do capital estrangeiro no país	280-287
Palavras em Saint-Denis	Louis Aragon	Literatura	Realismo socialista	291-297
O marxismo e o ensino leigo	Jean Bruhat	Filosofia da educação	Ensino laico/posição do marxismo	299-303
Um debate sobre o capitalismo atual	Jorge Miglioli	Economia	Capitalismo atual/validade das análises de Marx	304-333
Quilombos	Miguel Costa Filho	História	A formação dos quilombos	334-360
O destino político do Rio Grande do Sul	Sérgio da costa Franco	Política	O RS. Como agente progressista na história brasileira	361-369
A origem do homem	Não é assinado	Filosofia	Polêmica científica na URSS	370-372
CL: Ideologia e desenvolvimento Nacional- Álvaro Vieira Pinto	R. de Mello	Política	Idealismo x materialismo/idéias e sociedade/mudança na postura do autor	373-376
CL: Problemas brasileiros da educação- Paschoal Lemme (1959)	J. Arno Paes Farina	Educação	Educação no Brasil	376-379
CL:Problemas fundamentales de la economia y de la politica del imperialismo- Eugenio Varga(1959)	R. Arena	Política	Imperialismo/consolidação do socialismo/mudança na conjuntura nacional	379-380
Para onde vai o Brasil? -J.Salgado Freire (1959)	H. H.	Economia	Dependência/brasileira/industrialização/desenvolvimento nacional	381-383

Área	Número
Economia	04
Educação	01
Filosofia	01
História	01
Literatura	01
Política	04
Sociologia	-
Outros	01
Total	**13**

Número 8 - julho de 1960

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
Dois anos de atividade	Editorial	-	Sobre a revista	387-388
O problema do escritor	Rui de Pina	Sociologia	Intelectual e sua tarefa/conflito com suas origens/sociedade de classe	389-418
Sociologia oficial versus desenvolvimento econômico	Jorge Miglioli	Economia	Cientistas sociais/desenvolvimento econômico/socialismo e capitalismo	419-435
A questão Hegel	Jacob Gorender	Filosofia	Sobre o livro de Djacir Menezes/crítica ao seu idealismo	436-458
Fatores contrários ao crescimento da produção agrícola brasileira	Grupo de técnicos	Economia	Economia agrária brasileira/subdesenvolvimento da força produtiva/insuficiência da produção	459-473
A nova situação internacional e o problema da coexistência pacífica	Fausto Cupertino	Política	Relação internacional/EUA e URSS	474-482
O nacionalismo econômico e a coexistência pacífica	Domingos Vellasco	Política	Relação entre emancipação da economia nacional e coexistência pacífica	483-489
Diretrizes e bases: um atentado à escola pública	Mariza-Henrique Coutinho	Educação	Atentado das forças reacionárias contra escola pública	490499
Bertolt Brecht: sobre o teatro	Bertolt Brecht	Estética	Teatro	500-514
CL: Trigo/ Paulo Schilling (1959)	H.H.	Economia	Defesa da triticultura brasileira/implantação da cultura de trigo no sul/ latifúndio	515-517
CL: O trabalho no mundo moderno/Alceu Amoroso Lima (1959)	P.L.	Economia	Intelectuais católicos, posição diante da desigualdade - crítica	517-519
CL: Inflação / Eugênio Gudin (1959)	H.H.	Economia	Inflação/moeda/industrialização/caráter antinacional e antipopular do autor	519-522

Área	Número
Economia	05
Educação	01
Filosofia	01
História	-
Literatura	-
Política	02
Sociologia	01
Outros	01
Total	**11**

Número 9 - outubro de 1960

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
O V Congresso dos comunistas brasileiros	Jacob gorender	Política	Mudança interna/PCB	3-11
Carta aos livreiros do Brasil	Geir Campos	Sociologia	Análise da situação da categoria	12-40
Um livro sobre o desenvolvimento	Aristóteles Moura	Economia	Análise do livro de Paul Baran/sobre desenvolvimento	41-49
É possível a planificação nos Estados Unidos?	Paul A.Bran	Economia	Planificação econômica e social/inviável em países capitalistas	50-58
Decadência dos trustes estrangeiros de eletricidade no Brasil	Josué Almeida	Economia	Redução do espaço da Light e Bond e Share/defesa da nacionalização	59-69
Pecuária de corte e indústria de carne	Jacob Frantz	Política Pública	Desenvolvimento da indústria de carne no Brasil	70-88
Sartre, suas contradições formais e seus méritos	Leandro Konder	Filosofia	Existencialismo/irracionalismo/razão/materialismo dialético	89-94
Quilombos (II)	Miguel Costa Filho	História	Leis e ações p/ acabar c/ quilombos	95-109
CL: Capitalismo/J. Kenneth Galbraith (1960)	Jorge Miglioli	Economia	Teoria econômica/apologia das empresas norte-americanas/pensadores americanos	110-113
CL: Perspectiva de l'homme/Roger Garaudy (1959)	J. G.	Filosofia	Filosofia/marxismo no debate com outras correntes	113-116
CL: Crônica militar/Augusto de Lima Jr. (1960)	M.C.F.	História	História de Minas/Brasil colônia/inconfidência mineira	116-117
CR: Módulo/n.18, 1960 (Rev. de Arquitetura)	Paulo Saboya	Arquitetura	Oscar Niemeyer/Brasília/arquitetura e sociedade	118-120
CR:Síntese política econômica social/n. abril/junho de 1960	H. Hoffmann	Economia	Energia elétrica/discurso da baixa rentabilidade do setor	120-122
Mosaico, n.2	Carlos Guilherme	Política	Importância do projeto da revista	123-126

Área	Número
Economia	05
Educação	-
Filosofia	02
História	02
Literatura	-
Política	02
SOCIOLOGIA	01
OUTROS	02
Total	**14**

Número 10 - julho de 1961

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
Explicação necessária	Editorial		Atraso da revista	
O ofício do escritor	Rui de Pina	Sociologia	Captar a realidade/essência	133-148
Passado e presente da literatura tcheca	Zdenek Hampejs	Literatura	Constituição e desenvolvimento	149-167
Exportação de minério de ferro	Hugo Regis Reis	Economia	Concessões p/ capital estrangeiro	
Problemas do planejamento da Economia baiana	Armando Alcântara	Economia	PLANDEB (plano de desenvolvimento da Bahia)/projeto da assembléia legislativa da Bahia.	181-193
Cuba: encontro de duas correntes	Almir Matros	Política	Revolucionários(p. burguesia) e o Comunista	194-206
Existencialismo e marxismo	Adam Schaff	Filosofia	Existencialismo em alta/marxismo - negligência com o indivíduo	207-222
A biblioteca do Padre João Ribeiro	L. Borges	História	Intelectuais e revolução de 1817 em P.E.	223-232
Quilombos (3)	Miguel costa Filho	História	Reações de aquilombados em M.G.	233-247
CL.: Eça de Queiroz, agitador no Brasil de Paulo Cavalcanti	Zdenek Hampejs	Literatura	Recomendação do livro sobre Eça de Queiroz/60º aniversário da morte do autor	248-250
CL: Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos de Astrojildo Pereira	Zdenek Hampejs	Literatura	Sobre Machado de Assis - importância da análise de Astrojildo	250-251
CL: Cuba: anatomia de uma revolução de Leo Huberman e Paul Sweezy	W.G.S.	Política	Início e desenvolvimento da revolução	251-255

Área	Número
Economia	02
Educação	-
Filosofia	01
História	02
Literatura	03
Política	02
Sociologia	01
Outros	-
Total	**11**

Número 11 - dezembro de 1961

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
Da crise de agosto à frente da libertação nacional	Mário Alves	Política	Análise da renúncia de Jânio Quadros	259-268
Tolstoi	Dalcídio Jurandir	Literatura	Contato com Tolstoi	271-282
Algumas considerações sobre a fisionomia ideológica de Fernando Pessoa	Leandro Konder	Literatura	Fernando Pessoa/classe dominante	283-294
O programa do gabinete Tancredo Neves	Grupo de técnicos	Política	Análise do programa de governo do conselho de ministros	295-303
Notas sobre o problema agrário	Rui Facó	Política	Resquícios pré-capitalistas na propriedade brasileira	304-310
Os projetos de remessa de lucros	Milton Reis	Política econômica	Avaliação do projeto de deputados/capital estrangeiro	311-318
O primeiro plano diretor de desenvolvimento do nordeste	Clélio lemos	Política	Desigualdade regional/nordeste	319-327
O tratado de Montevidéo e a integração econômica da A.L.	Assessoria técnica parlamentar	Política econômica	Pontos negativos de uma zona de livre comércio	328-341
Teorias anticientíficas das classes e da luta de classes na sociologia	V. Semónov	Sociologia	Ciência burguesa/antimarxismo/fim das classes	342-369
Questões sociais e econômicas de Minas Gerais	Miguel Costa Filho	História	A situação da agricultura em M.Gerais	370-386
CL: África- as raízes da revolta/Jack Woodis (1961)	Antônio Luiz	Política	Exploração na África	387-389
CR: Boletim de história n.6 1961	M..C.F.	Política educacional	Reforma universitária e escola pública	389-392

Área	Número
Economia	-
Educação	-
Filosofia	-
História	01
Literatura	02
Política	05
Sociologia	01
Outros	03
Total	**12**

Número 12 - 1962

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil	Astrojildo Pereira	História	O partido socialista e as primeiras organizações da classe operaria brasileira	404-419
Aparências e realidade política	Almir Matos	Política	Critica a analise política de Caio Prado	395-403
Cuba: O plano de desenvolvimento econômico de 1962	Regino Boti	Economia	Os obstáculos e as estratégias de Cuba para a planificação de sua economia	420-432
Reflexões sobre uma reforma agrária para o Brasil	Orlando Valverde	Política	Os limites da propriedade de terra	438-444
Aspectos da deterioração da economia norte-americana	Josué Almeida	Economia	Crescimento da URSS e o declínio do poder norte-americano	445-452
Manobras financeiras do Ligth	Salvador Losacco	Economia	Operações políticos financeiras que lesam os interesses nacionais	453-461
O problema dos capitais estrangeiros	Assessoria Técnica Parlamentar	Economia	Volume de remessas de lucro/ remessas clandestinas e os dados oficiais	462-468
Marxismo e psicanálise	Paul A. Baron	Filosofia	Interpretação marxista da psicanálise e a negligencia do marxismo em relação a essa questão	469-484
A participação dos homens de cor na revista de 1817	L Borges	História	A posição do movimento revolucionário ante as questões dos direitos do homem de cor	485-498
CL: Revolução e Contra-Revolução no Brasil / Franklin de Oliveira / Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1961	Rui Facó	Política	Como os pensadores brasileiros pensaram a revolução	499-502
CL: Crise econômica no Rio Grande do Sul / Paulo Schilling. Porto alegre, 1961	Rui Facó	Economia	Estudo da evolução da agricultura gaucha/ crise	
CL: Consciência e realidade nacional / Álvaro Viena Pinto. Editorial do Instituto Superior Brasileiro, 1961	Leandro Konder	-	Relação ente a realidade nacional e as ideologias vigentes	504-509

Área	Número
Economia	05
Educação	-
Filosofia	01
História	02
Literatura	-
Política	03
SOCIOLOGIA	-
OUTROS	-
Total	**11**

Número 13 - junho de 1962

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
O projeto sobre capitais estrangeiros	Aristóteles Moura	Política econômica	Cap. Estrangeiro/defesa do projeto Celso Brant	3-17
Dois caminhos da reforma agrária	Mário Alves	Política	Reforma agrária/luta por uma reforma radical	18-35
Algumas considerações sobre as calasses e camadas do campo no Estado de São Paulo	Moisés Vinhas	Sociologia	Situação do campo e seus habitantes no estado de S.P.	36-75
A revolta inofensiva	Ferreira Gullar	Estética	Movimentos contemporâneos/arte pura	76-80
A filosofia da história de Arnold Toynbee	**E.**A.Kosminski	Filosofia	Catastrofismo /idealismo do autor	81-98
CL: Lavra-Lavra /Mário Chamie (1962)	Leandro Konder	Literatura	Projeto de uma "literatura-praxis"	99-102
CR: Cinvivivm/revista de integração e cultura	Leandro Konder	Filosofia	Visão religiosa e reacionária	103-104

Área	Número
Economia	-
Educação	-
Filosofia	02
História	-
Literatura	01
Política	01
Sociologia	01
Outros	02
Total	**07**

Número 14 - setembro de 1962

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
Política e governo	Editorial	Política	Mudança na forma de governo do país/adoção do parlamentarismo/J. Goulart	107-108
Desenvolvimento e marxismo	Renato Guimarães	Economia	As interpretações do Brasil feitas por Celso Furtado - crítica/ limites da sua posição de esquerda	109-134
Problemas do carvão nacional	Antônio Luiz Araujo	Economia	A produção do carvão no Brasil/ uma política de aproveitamento	135-147
Análise e perspectivas da política cambial	Grupo de técnicos	Política econômica	Duas tendências conflitantes na economia brasileira: controle estatal X economia liberal	148-165
A questão agrária brasileira	Alberto Passos Guimarães	Economia	Mudança na estrutura colonial e pré-capitalista da agricultura brasileira	166-174
O contrato social e o liberalismo burguês	Leandro Konder	Filosofia política	Os avanços e os limites históricos da obra de Rosseau	175-182
Itinerário de um padre	Jean-Marie Marzio	Política	Militância política dos padres operários e o conflito com o alto clero	183-194
CL: Resenha de livros	Nelson W. Sodré	Sociologia	Crescimento da atividade editorial	195-197
CL:Imperialismo y desarrollo económico/Juan Carlos Esteban, 1961	A. Moura	Economia	Estudo sobre a Argentina/governo populista e política reformista, mas conteúdo progressista	197-201
CL: A questão da universidade/A. Vieira Pinto, 1962	Henrique Coutinho	Educação	A universidade no Brasil e se caráter de classe (dominante)	201-202
CR: *Síntese política, econômica e social*, n.14, 1962	Leandro Konder	Sociologia	Posição dos católicos/uma parte progressista	203-206
CR: *Movimento*, Revista da UNE, 1962	Henrique Coutinho	Educação	Criação de uma revista de estudantes p/ estudantes	206-207

Área	Número
Economia	04
Educação	02
Filosofia	-
História	-
Literatura	-
Política	02
SOCIOLOGIA	02
OUTROS	02
Total	**12**

Número 15 - dezembro de 1962

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
As eleições de 1962-uma interpretação	Editorial	Política	Avaliação dos ganhos com a eleição/a importância do voto apesar das suas deficiências	211-219
Golpe, imperialismo e democracia	Almir Matos	Política	A importância da frente nacional e democrática/aliança c/ a burguesia nacional	220-230
A burguesia nacional e a crise brasileira	Mário Alves	Política	O sentido dúbio e conciliador da burguesia nacional	231-247
O movimento camponês no nordeste	Fragmon C. Borges	Política	Consciência camponesa e o desenvolvimento do movimento camponês	248-260
Aspectos econômicos da produção de autoveículos no Brasil	Assessoria técnica parlamentar	Economia	Defesa da nacionalização da indústria automobilística	261-272
Desenvolvimento do marxismo	Renato Guimarães	Economia	Pensamento econômico e político de Celso Furtado/suas mudanças	273-284
Pela paz!	-	Política	Documentos do movimento operário: causas econômicas da 1ª guerra	285-293
Sobre a justeza do princípio: "o fim da justeza dos meios"	Leszek KolakoWski	Filosofia	A importância dos valores dentro do conceito de comunismo/não apenas necessidade material	295-306
CL: A glória de César e o Punhal de Brutus/ Álvaro Lins	Leandro Konder	Sociologia	Trajetória e pensamento de Álvaro Lins	307-311
CL: Quem explorou quem no contrato do manganês do Amapá/ Álvaro da Cunha	Antônio Luiz Araújo	Economia	Espoliação das ricas jazidas de manganês no Amapá/ abordado no livro.	311-314
Cadernos do Povo	-	-	Elogio a coleção *Cadernos do Povo*	314
CL: Que são as ligas camponesas?/Francisco Julião	Fausto Cupertino	Política	Crítica a análise sectário de Francisco Julião/revolução socialista	314-315
CR: Problemas da paz e do socialismo	Fausto Cupertino	Política	As posições unilaterais de Pedro Mota Lima que nega o papel dos intelectuais progressistas e democráticos	317-318

Área	Número
Economia	03
Educação	-
Filosofia	01
História	-
Literatura	-
Política	07
Sociologia	01
Outros	-
Total	**12**

Número 16 - março de 1963

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
O plano trienal e a inflação	Helga Hoffmann	Economia	Análise do plano trienal do governo/avanços e saídas conciliatórias	323-331
Marxismo e cristianismo: pressupostos de um diálogo	Leandro Konder	Filosofia	Visões de mundo inconciliáveis, mas importante o diálogo/ cristãos progressistas	332-340
Migrações internas (suas implicações com o desenvolvimento econômico e os problemas de saúde pública)	Menandro Novaes	Sociologia	Suas implicações no desenvolvimento econômico/problemas de saúde pública	341-362
Álvaro Lins aos 50 anos entre *A glória de César e o punha de Brutus*	Ary de Andrade	Sociologia	Elogio do livro de Lins/coerência do autor	363-374
Quando é a crítica é que dá o golpe....	Wanderley Guilherme	Política	Resposta a crítica feita por Almir Matos ao livro de W.G.	375-386
Resoluções do primeiro congresso operário brasileiro	Documentos do movimento operário	Política	Os caminhos da classe operária/ deve ou não aderir a uma política de partido	387-398
Uma lista de implicados na revolução de 1817	Luís Borges	História	Esboço da participação humana na revolução de 1817/ seu perfil	399-402
Julien Sorel, revolucionário?	Luís Jorge Werneck	Literatura	Notas sobre o *Vermelho e o Negro*/ seu personagem como um revolucionário	403-411
O problema do real na arte moderna	Ernst Fischer	Estética	A importância da arte como forma de conhecimento da realidade	412-432

Área	Número
Economia	01
Educação	-
Filosofia	01
História	01
Literatura	01
Política	02
Sociologia	02
Outros	01
Total	**09**

Número 17 - junho de 1963

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
Notas sobre o imperialismo no Brasil: empréstimos e empresas estrangeiras	Aristóteles Moura	Economia	Balanço dos empréstimos/ dívida externa	3-18
A burguesia brasileira e a República	Nelson W. Sodré	História	A constituição histórica da burguesia brasileira e de seu antagonista a classe operária	19-45
Alguns problemas do realismo socialista	Leandro Konder	Estética	Realismo socialista/ a arte como forma de conhecimento	46-60
Alimentação e desenvolvimento econômico	Pedro Borges	Sociologia	O problema da fome/estrutura agrária arcaica	61-68
Congresso operário de 1912	-	Política	Documentos do movimento operário/anarquistas	69-87
Dostoievski	Georg Lukács	Estética	Os aspectos universais da literatura	88-103
CL: Cangaceiros e fanáticos/Rui Facó	Fausto Cupertino	História	O cangaço e o messianismo	104-106
CL: Impacto da ação do governo sobre as empresas brasileiras/vários autores	Helga Hoffmann	Economia	A defesa interessada das empresas estrangeiras pela classe dominante	107-109
CL: Café: um drama na economia nacional/Cid Silveira	Fausto Cupertino	Economia	A evolução dos preços internacionais do café	109-111

Área	Número
Economia	03
Educação	-
Filosofia	-
História	02
Literatura	-
Política	01
SOCIOLOGIA	01
OUTROS	02
Total	**09**

Número 18 - novembro de 1963

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
Relação de trocas e desequilíbrio externo	Josué Almeida	Economia	A relação desigual de troca entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos	115-131
Regionalização da reforma agrária	Orlando Valverde	Sociologia	A divisão no Brasil de regiões geoeconomicos p/ fins de reforma agrária	132-136
Aspectos da vida e da obra de Rui Facó	Moisés Vinha	- biografia	Trajetória de Faço/seu envolvimento c/ as questões brasileiras e c/ o povo brasileiro	137-147
Problemas em debate: Do existencialismo à dialética: a trajetória de Sartre	Carlos Nelson Coutinho	Filosofia	As transformações do pensamento de Sartre/sua aproximação c/ o marxismo	148-176
Os marxistas e a renovação da cultura italiana/ tese n.5 do X congresso do PCI	Documento político	Política	Relação do partido c/ i campo ideológico	177-188
Direções da luta pela democracia em nosso tempo	Jacob Gorender	Política	O uso abusivo pelos inimigos do comunismo de temas c/o a democracia e a liberdade	189-193
Documento do movimento operário: Um relatório datado de 1913	Documento político	Político	Doc. Histórico sobre o movimento operário brasileiro antes de 1913	194-206
CL: Últimos livros	Nelson W. Sodré	-	Crescimento quantitativo e qualitativo da atividade editorial	207-210
CL: Inflação e monopólio no Brasil/ Alberto Passos Guimarães	S. S.	Economia	A contribuição do autor p/ entender a inflação brasileira	210-212
CL: Moderna economia política; problemas gerais/ Oskar Lange	Vicenzo Vitello	Economia	Importância de uma obra de Economia Política/avanço do pensamento econômico	212-217
CL: A origem do cristianismo/Jacó Abramovitch Lentsman	Leandro Konder	Filosofia	História do cristianismo do ponto de vista marxista	217-220
Carta ao leitor	Cid Silveira	Economia	Resposta a crítica feita por Fausto Cupertino	220-224

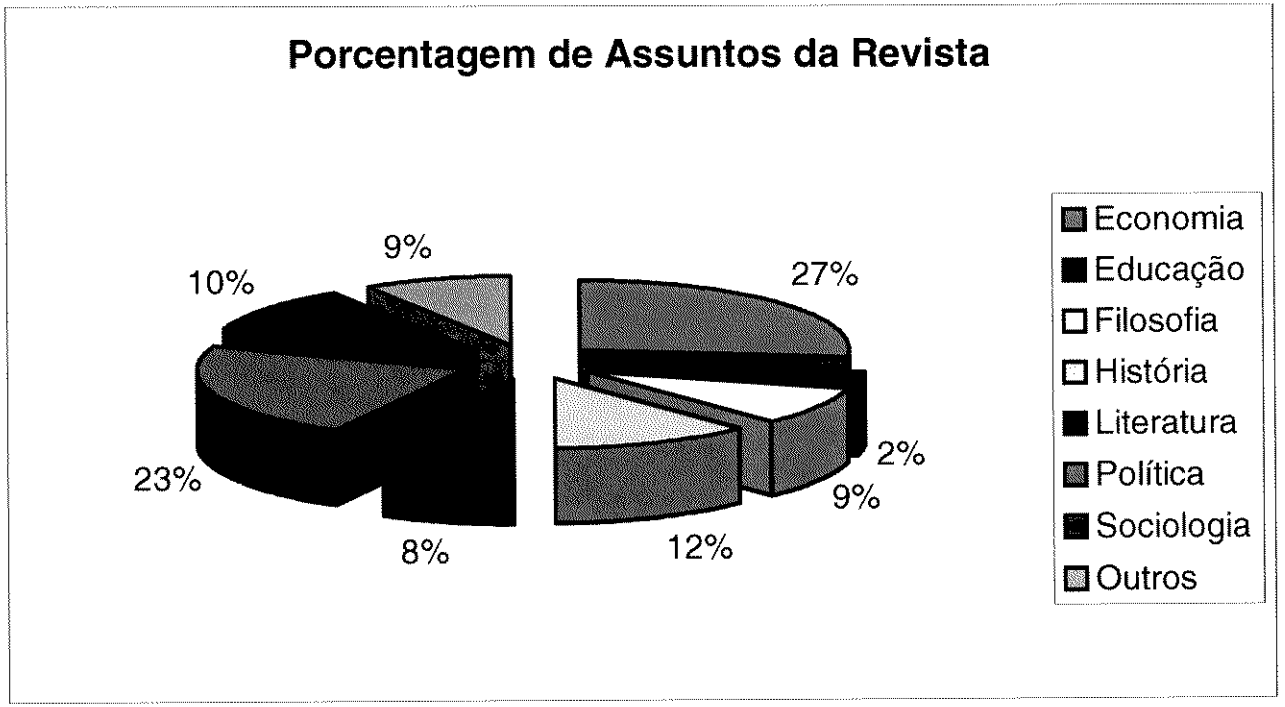
Área	Número
Economia	04
Educação	-
Filosofia	02
História	-
Literatura	-
Política	03
SOCIOLOGIA	01
OUTROS	01
Total	**11**

Número 19 - fevereiro de 1964

Nome do artigo	Nome do autor	Área	Assunto	Páginas
A concentração da produção e das rendas na economia brasileira	Alberto Passos Guimarães	Economia	Formação e desenvolvimento do monopólio da terra e da industria/ políticas que facilitam	229-248
Estrutura fundiária e tipos de exploração agrícola em Pernambuco	Manuel Correia de Andrade	Economia	Conhecimento dos problemas agrários dePernambuco/diferenças (mata,agreste,sertão)	249-261
A imprensa operária e socialista brasileira do século XIX	Evaldo da Silva Garcia	Sociologia	**LEVANTAMENTO DAS PUBLICAÇÕES EXISTENTES EM BIBLIOTECAS PUBLICAS**	262-273
A luta ideológica na esquerda norte-americana	Political Affairs	Política	o radicalismo de esquerda (Sweezy e Baran e Huberman)/afastamento da classe operária	274-290
Carta sobre o stalinismo	Georg Lukács	Política	Opinião do autor sobre: renovação do marxismo/desestalinização do partido comunista	291-305
Problemas da saúde dos povos subdesenvolvidos	Mário Magalhães da Silva	Sociologia	Programa de saúde pública próprio p/ países subdesenvolvidos integrado ao plano de desenvolvimento econômico.	306-311
Um enigma histórico	Miguel Costa Filho	História	Análise da autenticidade de um documento sobre uma rebelião de negros em Minas/séc. XIX.	312-319
V. Grib; estudioso de Balzac, e a edição Brasileira de *A comédia hudmana*	Editorial	-	Notas sobre a edição brasileira de *A comédia Humana*	320-321
CL: D'un réalisme sans rivages/Roger Garaudy	Leandro Konder	Estética	Reavaliação do conceito de realismo na arte dentro da estética marxista.	322-324
CL;:The philosophy of art history/Arnold Hauser	Cláudio Versage	Estética	Autonomia da arte apesar dos seus aspectos sociais	325-328
CL: Como o Brasil ajuda os Estados Unidos/Arnaldo Ramos, 1963	A.C.	Economia	Relação entre Brasil e EUA/falso conceito de "cooperação" estrangeira	328-329
CR: Estudos universitários/revista de cultura da universidade do Recife	Leandro Konder	-	Censura da revista	329-330

Área	Número
Economia	03
Educação	-
Filosofia	-
História	01
Literatura	-
Política	02
SOCIOLOGIA	02
OUTROS	02
Total	**10**

Área	Número
Economia	54
Educação	05
Filosofia	18
História	24
Literatura	16
Política	46
SOCIOLOGIA	21
OUTROS	18
Total	**202**

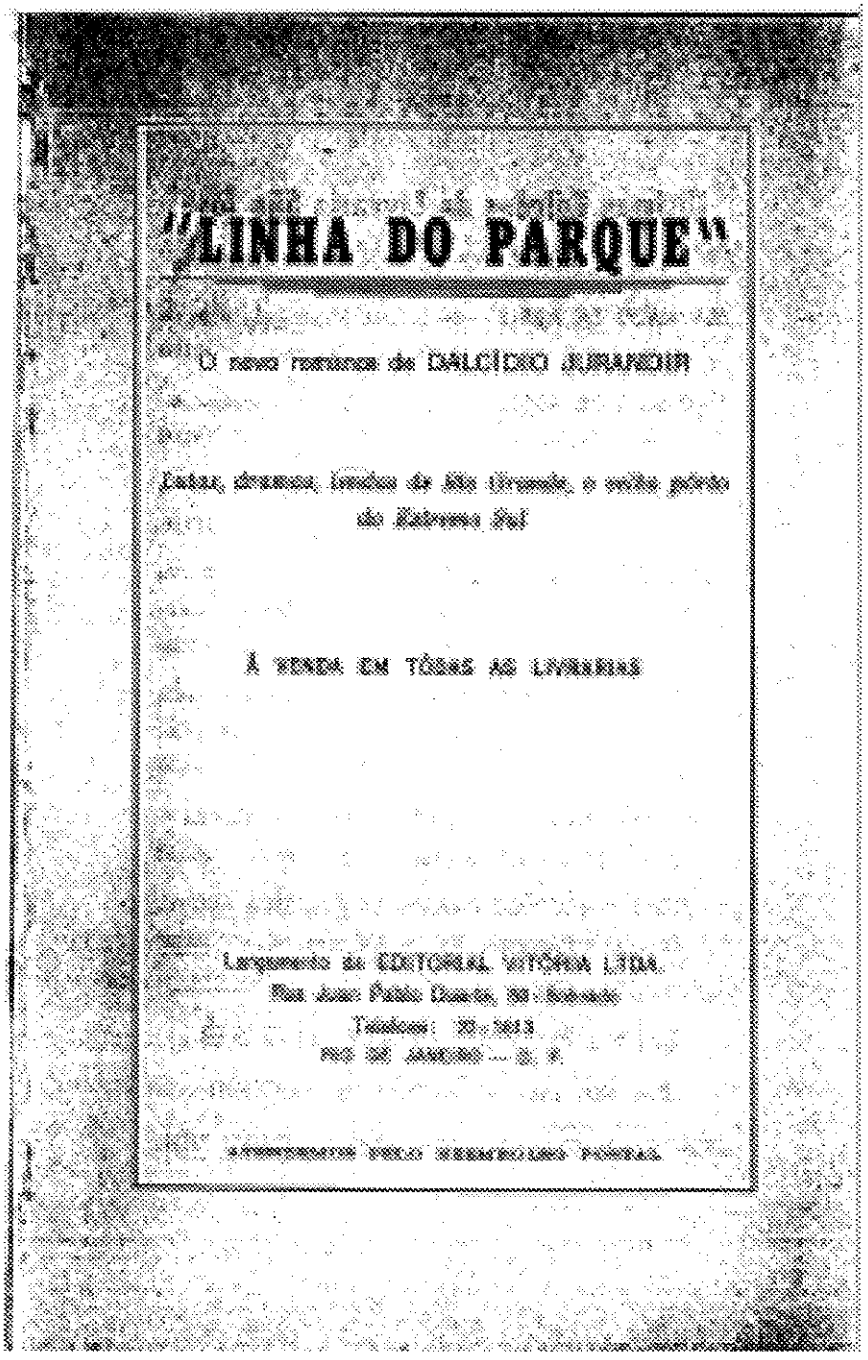


6.2. Distribuição dos artigos entre os editores da revista

Número da Revista	Nome do autor e número de textos escritos								
	Astrojildo Pereira	Jacob Gorender	Fausto Cupertino	Jorge Miglioli	Leandro Konder	Nelson W. Sodré	Rui Facó	Mário Alves	Armênio Guedes
1	-	1	-	-	-	-	1	-	-
2	-	1	-	-	-	-	2	-	1
3-4	1	1	-	-	-	-	-	1	1
5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6	-	1	-	1	-	-	1	-	-
7	-	-	-	1	-	-	-	-	-
8	-	1	1	1	-	-	-	-	-
9	-	2	-	1	1	-	-	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	-	-	1	1	-
12	1	-	-	1	1	-	2	-	-
13	-	-	-	-	2	-	-	1	-
14	-	-	-	-	2	1	-	-	-
15	-	-	2	-	1	-	-	1	-
16	-	-	-	-	1	-	-	-	-
17	-	-	2	-	1	1	-	-	-
18	-	1	-	-	1	1	-	-	-
19	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Total	2	8	5	4	12	3	7	4	2

6.3. Reprodução de imagens da *Estudos sociais*

Fac-símile da capa da revista *Estudos sociais*.



Exemplo de anúncio que circulava na contracapa da revista